

Cadernos de Campo

**UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara**

Reitor: Herman Jacobus Cornelis Voorwald

Vice-Reitor: Prof. Dr. Julio Cezar Durigan

Pró-Reitora de Pós-Graduação: Profa. Dra. Marilza Vieira Cunha Rudge

Pró-Reitora de Pesquisa: Profa. Dra. Maria José Soares Mendes Giannini

FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS – CAMPUS DE ARARAQUARA

Diretor: Prof. Dr. Arnaldo Cortina

Vice-Diretor: Prof. Dr. Cláudio César de Paiva

PPG EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Coordenador: Profa. Dra. Lucila Scavone

Vice-Coordenadora: Prof. Angelo Del Vecchio

CADERNOS DE CAMPO

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ângelo Del Vecchio (UNESP/FCLAr)
Prof. Dr. Antônio Carlos Mazzeo (UNESP/FCC)
Prof. Dr. Augusto Caccia-Bava Jr. (UNESP/FCLAr)
Prof. Dr. Bernardo Ricupero (USP)
Prof. Dr. Edmundo Antônio Peggion (UNESP/FCLAr)
Profa. Dra. Eliana Maria de Melo Souza (UNESP/FCLAr)
Profa. Dra. Elide Rugai Bastos (UNICAMP)
Profa. Dra. Fernanda Arêas Peixoto (USP)
Prof. Dr. Gildo Marçal Brandão (USP)
Prof. Dr. Jair Pinheiro (UNESP/FCC)
Prof. Dr. José Antônio Segatto (UNESP/FCLAr)
Profa. Dra. Leila de Meneses Stein (UNESP/FCLAr)
Profa. Dra. Lucila Scavone (UNESP/FCLAr)
Prof. Dr. Marcos César Alvarez (USP)
Prof. Dr. Marcos Pazzanese Duarte Lanna (UFSCar)
Profa. Dra. Maria Ribeiro do Valle (UNESP/FCLAr)
Profa. Dra. Maria Teresa Micelli Kerbauy (UNESP/FCLAr)
Prof. Dr. Milton Lahuerta (UNESP/FCLAr)
Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rego (UNICAMP)
Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade (UFSCar)
Profa. Dra. Vera Alves Cepêda (UFSCar)

Editora

Ana Fernanda Inocente Oliveira

Conselho de Redação e Comissão Editorial

Anna Paula Moreira Araujo

Frederico Daia Firmiano

Isabela Moraes

Livia Maria Terra

Mauricio Gonçalves

Natalia Scartezini Rodrigues

Revisão

Ana Fernanda Inocente Oliveira

Livia Maria Terra

Diagramação

Gianfrancesco Afonso Cervelin

Normalização

Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras

Impressão

Gráfica Faculdade de Ciências e Letras Campus Araraquara

PPG em Ciências Sociais FCL/UNESP/Araraquara

Laboratório Editorial FCL/UNESP/Araraquara

Rod. Araraquara-Jaú, Km 1 – CP 174 – CEP: 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil

Fone: (16) 3301-6219 – Fax: (16) 3301-6267

E-mail: revistacadernosdecampo@fclar.unesp.br

Artigos, resenhas e toda correspondência devem ser encaminhadas à Revista Cadernos de Campo/Departamento de Sociologia: Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Rodovia Araraquara – Jaú – Km. 1 – Caixa Postal 174 – CEP 14800-901 – Araraquara – SP

Cadernos de Campo

ISSN 1415-0689

Cadernos de Campo	Araraquara n. 16	p. 1 - 130	2012
-------------------	------------------	------------	------

SUMÁRIO

Apresentação 07

A ARTE DO TEATRO CONTRA A
BARBÁRIE NA CULTURA
Cleiton Daniel Alvaredo Paixão 11

O CONCEITO DE CONTROLE SOCIAL NOS
OLHARES ESTRUTURALISTA, FUNCIONALISTA,
FENOMENOLÓGICO E INTERACIONISTA
Leandro Haerter 23

DIALÉTICA EM MARX: UMA PERSPECTIVA A
PARTIR DE SEUS ELEMENTOS CENTRAIS
Paulo Merli Franco 39

A CULTURA DO POVO E PARA O POVO:
DIREITO FUNDAMENTAL ERRADICADO
Talita Natarelli 51

POR QUE CORONELISMO, ENXADA E VOTO
AINDA É UM CLÁSSICO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS
Larissa Rodrigues Vacari de Arruda 67

BURGUESIA INDUSTRIAL E POLÍTICA:
ENGAJAMENTO E AÇÕES DOS EMPREENDEDORES
NAS ECONOMIAS SUBDESENVOLVIDAS
Paula Guaraldo 81

MOVIMENTOS CAMPONESES NA AMÉRICA LATINA
E CRÍTICA DA MODERNIZAÇÃO DEPENDENTE
NO CAMPO: AS FRONTEIRAS ABERTAS DO MST*

Deni Ireneu Alfaro Rubbo 97

REVOLUÇÃO INFORMACIONAL, NOVAS
TECNOLOGIAS E CONSUMO IMEDIATISTA
Raimundo Nonato de Araujo Soares Neto 113

APRESENTAÇÃO

De saída, parabenizo os discentes que organizaram o presente número da revista *Cadernos de Campo* do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela apresentação ao leitor de alguns temas e problemas fundamentais da constituição atual da sociedade brasileira e do mundo contemporâneo.

A modernização no campo e na cidade, a política cultural e educacional, o coronelismo na perspectiva de Victor Nunes Leal (1914-1985), o método dialético formulado por Karl Marx (1818-1883), a tecnologia e a informática e o conceito de controle social são questões desenvolvidas pelos discentes do Programa de Pós-Graduação da FCLAr e por discentes dos Programas de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAr), da Universidade Federal de Goiás (UFG), dos Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio grandense (campus de Pelotas – IFSul) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP (campus de Marília). Cabe ressaltar que essa interlocução com outros centros de ensino superior do país é de suma importância para o intercâmbio substantivo de proposições teóricas.

Deni Ireneu Alfaro Rubbo, ao analisar a modernização dependente no campo, resgata uma celeuma secular. O assunto da propriedade da terra e da reforma agrária ainda continua sendo um dos principais entraves à democracia brasileira. Os movimentos camponeses são entendidos pelo autor como agentes críticos da modernização no mundo rural. Por outro lado, a associação dos movimentos camponeses do Brasil com os movimentos camponeses de outras partes da América Latina pode oferecer uma visão de conjunto supranacional da referida modernização.

O desenvolvimentismo, a modernização e a teoria social sob a perspectiva das obras de Fernando Henrique Cardoso (1931-) e Octavio Ianni (1926-2004) são temas do artigo de Paula Guaraldo. A autora examina a atividade empresarial e as características sociais do empreendedor, estabelecendo aspectos das relações desenvolvidas entre a política nacional e o desenvolvimento econômico.

A crítica às leis de incentivo fiscal à cultura embasa o artigo de Talita Natarelli. Para tanto, a autora realiza uma análise da legislação brasileira de incentivo à

cultura, enfatizando que a política cultural brasileira ainda não conseguiu nos dias correntes universalizar o acesso à cultura. O problema da cultura também emerge no artigo de Renato Kendy Hidaka sobre a articulação entre política, educação e emancipação no pensamento do educador pernambucano Paulo Freire (1921-1997). Encerrando a temática da política cultural, Cleiton Daniel Alvaredo Paixão investiga a origem da Lei de Fomento ao teatro na cidade de São Paulo com o objetivo de problematizar a relação da produção de bens e serviços culturais com as políticas culturais que vigoram em nosso país.

Sempre oportuna é a discussão da obra *Coronelismo, enxada e voto* (1948) do jurista Victor Nunes Leal (1914-1985). Larissa Rodrigues Vacari de Arruda retoma alguns pontos importantes do conceito de coronelismo desenvolvido naquela obra de 1948 e os confronta com as críticas efetuadas posteriormente à visão de Victor Nunes Leal. Nessa medida, a autora coloca debates essenciais para pensarmos a sociedade brasileira do presente.

O debate sobre o método dialético em Karl Marx é espinhoso. Marx não escreveu diretamente sobre o seu método de pensamento a não ser em algumas poucas passagens da sua obra. György Lukács (1885-1971), por exemplo, é um entre muitos pensadores que se propuseram oferecer sistematicidade metodológica ao pensamento dialético do intelectual alemão. É claro que o método dialético está na estrutura das obras de Marx, porém esse método é lido e relido sob diferentes pontos de vista teóricos. Paulo Merli Franco, no seu artigo, enfrenta essa questão secular das ciências sociais.

Raimundo Nonato de Araujo Soares Neto expõe como os comportamentos e tendências de consumo estão vinculadas às tecnologias da informação e da comunicação no mundo hodierno, valendo-se da teoria sobre as novas configurações da sociedade atual constante no pensamento do filósofo francês Gilles Lipovetsky (1944-). O conceito de controle social é o tema do artigo de Leandro Haerter. Discutindo o conceito de controle social a partir do estruturalismo, do funcionalismo, da fenomenologia e do interacionismo, o autor rediscute temas e problemas das obras de Thomas Bottomore (1920-1992), Robert Nisbet (1913-1996) e Pierre Bourdieu (1930-2002).

Com a publicação do seu décimo sexto número, a revista *Cadernos de Campo* se afirma no cenário nacional da produção acadêmica realizada na Pós-Graduação. Boa leitura.

Carlos Henrique Gileno
Professor do Departamento de Antropologia, Filosofia e Política.
Professor do Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais – UNESP/FCLAr.

A ARTE DO TEATRO CONTRA A BARBÁRIE NA CULTURA

THE ART OF THE THEATRE AGAINST BARBARISM IN CULTURE

Cleiton Daniel Alvaredo PAIXÃO

Doutorando em Ciências Sociais. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Filosofia e Ciências – Pós-graduação em Ciências Sociais. Marília – SP – Brasil. 17.525-900 – cleitonalvaredo@gmail.com

RESUMO: Este trabalho pretende analisar a forma como a produção de bens e serviços culturais vem sendo entendida a partir de sua relação com as políticas culturais nacionais. Para uma análise mais precisa desse processo, e até mesmo ajudar a pensar novos formatos de financiamento a cultura, sem que sejam baseados na renúncia fiscal, pretendemos entender a criação da Lei de Fomento ao teatro na cidade de São Paulo dentro do contexto que motivou e possibilitou sua efetivação.

PALAVRAS-CHAVE: Teatro. Mercado. Política Cultural.

ABSTRACT: *This paper aims to examine how the production of cultural goods and services has been understood, from their relation to national cultural policies. For a more detailed analysis of this process, and even help to think about new forms of financing culture, without being based on revenue foregone, we want to understand the creation of the law to promote the theater in the city of São Paulo within, the context that motivated an enabled its implementation*

KEYWORDS: *Theater. Market and cultural policy.*

1 Introdução e contextualização

A partir de meados da década de 1980, com a criação da primeira lei de incentivo a cultura baseado na renúncia fiscal, chamada Lei Sarney, podemos observar a forma como a área cultural assumiu um caráter fortemente mercadológico. Entretanto, foi durante a década de 1990 que esse caráter foi aprofundado com criação da Lei Rouanet, durante o governo de Fernando Collor de Mello Collor (1990-1992). Criada em 1991, a Lei Rouanet efetivada somente em 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), passou a estimular ainda mais o mercado no incentivo cultural. Esses elementos podem ser observados a partir de mudanças no sistema de financiamento privado, como o aumento da porcentagem de abatimento fiscal que poderia ser realizado por empresas que investissem em cultura através das Leis Rouanet e do Audiovisual (essa criada durante o governo de Itamar Franco (1992-1994), que assumiu a presidência após várias denúncias de corrupção que levaram ao impeachment de Fernando Collor). Também podem ser observadas a reformulação estrutural de instituições governamentais como a Fundação Nacional de Artes (Funarte), como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como a Biblioteca Nacional, entre outros.

As mudanças realizadas nesse instante se enquadravam nas transformações exigidas com a globalização que marcou a economia mundial no período. A valoração mercadológica que a cultura adquiriu durante o governo FHC, pode ser observada ainda, quando em 2001 representantes do governo brasileiro, durante a reunião da Organização Mundial do Comércio, defenderam a proposta estadunidense de incluir o comércio de produtos e serviços culturais na pauta de negociações do órgão.

Esses fatores atingiram as mais diversas áreas culturais, diversos intelectuais, diretores, cineastas, artistas do teatro, da dança, entre outros, passaram a questionar o formato comercial que as políticas públicas acabavam por estimular. A dificuldade em conseguir patrocínio para a realização dos trabalhos artísticos, fez com que em 1998 alguns representantes da cena teatral paulistana passassem a se reunir periodicamente para discutir a relação entre o contexto social, político e cultural no qual estavam inseridos. Esses encontros, devido à dimensão assumida, com a participação cada vez maior de pessoas ligadas ou não a área cultural, conseguiu ganhar visibilidade e chamar a atenção para a questão a qual reclamavam, a saber, a dificuldade em realizar o trabalho teatral no Brasil nas circunstâncias nas quais se encontravam as políticas culturais, ficou conhecido como Movimento Arte Contra a Barbárie.

A importância nessa discussão, que ainda está em uma fase ainda de maturação no Brasil, se dá por levantar a forma como o mercado acaba por regulamentar o trabalho artístico, ou seja, cria padrões culturais, comportamentais, que devem ser. É nesse contexto que pretendemos situar o Movimento Arte Contra a Barbárie e forma como influenciou para a criação do Programa Municipal de Fomento ao Teatro na cidade de São Paulo.

1.1 Política Cultural e Mercado no Brasil

Com a abertura da política nacional em 1985, em meio à crise econômica gerada durante o governo militar no Brasil, no governo do Presidente José Sarney foi criado o Ministério da Cultura, órgão que deveria firmar a participação do governo federal a área cultural e estabelecer uma estrutura para garantir a produção e a reprodução das atividades culturais e artísticas oriundas da sociedade brasileira. Logo no início dos trabalhos, o Ministério da Cultura se deparou com a debilidade da estrutura econômica nacional e enfrentou diversos problemas financeiros e administrativos, que levaram a várias substituições na direção da pasta, que em 1986 foi assumida por Celso Furtado.

O Ministério da Cultura (MinC) foi criado em 1985, uma estrutura burocrática independente do Ministério da Educação. Mais importante do que isso, houve autonomia da gestão financeira possibilitada pela existência de um orçamento próprio. Até então, por mais que as instituições criadas para a área tivessem autonomia na gestão de seus recursos, disputavam o imenso orçamento do ministério com as prioridades da Educação. Com a criação do ministério, “[...] além da possibilidade de se estruturar melhor, as fundações e institutos sob sua administração, houve a possibilidade de se trabalhar com a ideia de um orçamento próprio.” (BASTOS, 2004, p.126).

Entretanto, mesmo com orçamento próprio, devido aos diversos problemas econômicos que atingiram o país naquele instante, principalmente com a crise causada pelo forte desequilíbrio da balança de pagamentos, estimulada por um processo de desenvolvimento econômico baseado no consumismo, foi necessário eximir o Estado das atividades relacionadas a produção cultural, atribuindo ao mercado empresarial a responsabilidade de atuar no setor através da criação da primeira lei de incentivo fiscal para a cultura. A Lei nº 7.505, de 02 de junho de 1986, chamada Lei Sarney, que foi criada na pretensão de superar as dificuldades financeiras da área e abriu espaço para que o mercado cultural começasse a se desenvolver. O primeiro mecanismo de incentivo à cultura “[...] veio reverter

uma tendência retórica de desconfiança no mercado e concretizar uma política de intervenção mínima do Estado na Cultura.” (CASTELLO, 2002, p.631).

No início da década de 1990 toda a estrutura da área cultural, Ministério da Cultural, Funarte, entre outras foram desmanchadas. As responsabilidades com as políticas culturais ficaram voltadas aos governos estaduais e municipais. Em dezembro de 1991 foi instituída a Lei° 8.313, a qual previa a criação do “Programa Nacional de Apoio à Cultura” (PRONAC), a Lei Rouanet, a qual foi pensada de maneira a suprir a demanda da área cultural através de recursos oriundos da renúncia fiscal.

O Ministério da Cultura só foi reestruturado em 1992, durante o governo Itamar Franco (1992-1994), assim como outras instituições também desmembradas durante o governo Collor. No governo de Itamar Franco, além de ser mantida a Lei Rouanet, também foi criada a lei de incentivo para o Audiovisual, com foco especial para o campo cinematográfico. Segundo Calabre (2007), esse foi o início de um processo no qual a política cultural se estruturou de forma mais significativa pela posição de leis de mercado, na qual o Ministério teve cada vez menos poder de interferência na área.

Como afirma Arruda (2003), durante o governo de Fernando Henrique Cardoso os mecanismos de renúncia fiscal – Lei Rouanet e Audiovisual – responderam pelo maior volume dos investimentos na área cultural, os quais superaram os recursos provenientes do orçamento estatal, ou seja, a política implementada pelo Ministério era baseada na captação de recursos no mercado e na promoção das iniciativas ligadas ao chamado marketing cultural.

Um fator externo pressionou, desde o primeiro momento, a política cultural do governo de Fernando Henrique Cardoso: a conjuntura mundial, caracterizada pela globalização, pela internacionalização da economia e pelo predomínio do mercado. Panorama que exerceu forte influência, também, nos governos de José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco, e que naquele momento se exacerbava. Já no período em que ocupou a Secretaria da Cultura durante o governo Collor, o diplomata Sérgio Paulo Rouanet cunhou, em breves palavras, a idéia que, no governo Fernando Henrique, vinha se impor com a força de um destino: “Cultura só com lucro”. (CASTELLO, 2002, p.638).

As características externas, citadas acima, foram responsáveis pelo surgimento das diretrizes que a área cultural deveria cumprir naquele instante, a saber, uma nítida posição de mercado, a qual também forçou a reorganização das

produções culturais. O trabalho artístico passou a depender de sua adequação ao padrão cultural regulado pelo mercado, que criou parâmetros para identificar o que deveria ser entendido, patrocinado e consumido como cultura no país. Esse elemento favoreceu a utilização dos mecanismos de renúncia fiscal como forma de estruturar o “*marketing cultural*”.

Os problemas trazidos com a instauração desses mecanismos de financiamento são constantemente apresentados por produtores culturais e artistas, entretanto, é importante lembrar que na forma como ele foi instituído, além do abatimento fiscal – cerca de 100% dos recursos investidos – a empresa responsável pelo fomento também passou a se beneficiar da identificação que o produto financiado gera com o marketing cultural.

Nesse processo, o empresário ou a empresa que passaram a utilizar as leis de fomento e incentivo à cultura, também começaram a estabelecer critérios que privilegiavam produtos e instituições culturais que lhes oferecessem determinada garantia dos investimentos. Esse fator foi responsável pelo surgimento, no período, de diversas instituições culturais vinculadas às próprias empresas patrocinadoras. Essa característica é extremamente importante a ser analisada, pois, segundo Castello (2002), mais da metade dos patrocínios realizados através da Lei Rouanet ao longo do primeiro ano da gestão FHC estavam ligados a instituições culturais criadas pela iniciativa privada, em particular empresas vinculadas a grandes bancos. Com essas instituições absorvendo grande parte dos recursos dirigidos para a cultura, restava uma pequena parcela a ser distribuída entre outras produções, entretanto, essas eram beneficiadas somente se tivessem em seus quadros representantes da área artística, já consagrados pela mídia.

Os efeitos dessa posição mercadológica na área cultural, juntamente com as lacunas dos mecanismos de fomento também passaram a restringir os investimentos às regiões brasileiras que se caracterizavam como maiores mercados consumidores. Tais elementos podem ser observados entre os anos de 1996 e 2001, quando a região Sudeste recebeu 85,7% do total de investimentos na área. Logo, como observamos anteriormente, podemos afirmar que parte considerável desses investimentos foram realizados de maneira a objetivar um efetivo retorno comercial, ou seja, pouco ou nada tem haver com a tão pretendida democratização cultural prevista pelo fomento e em diversos editais expedidos pelas empresas. É nesse sentido, também, que os mecanismos de fomento acabaram por se limitarem aos grandes centros, pois, da maneira como são estruturados, não viabilizavam o acesso à cultura de forma igualitária

em todos os estados brasileiros. Somente os estados que apresentavam um potencial financeiro e comercial é que acabavam por ser escolhidos para os investimentos, contrariando a visão que Weffort apresentava acerca da política cultural que havia instituído, principalmente quando avaliou que se tratava de uma “[...] política que se [inspirava] na ideia da valorização da liberdade e da diversidade e que [buscava] fomentar o desenvolvimento cultural do País.” (CASTELLO, 2002, p.639)

O resultado de todo esse processo desestruturado da política cultural do governo FHC, foi o de uma enorme concentração das aplicações de recursos dirigidos ao fomento cultural nacional em um campo proporcionalmente restrito e se configurou pela adoção do mercado como promotor e financiador cultural. Os efeitos dessa nova configuração podem ser observados através do caráter mercadológico que a cultura vem enfrentando nessa nova lógica, no qual o trabalho artístico é avaliado pelo seu valor de mercado. Basta observarmos as dimensões que a área cultural está alcançando através de acordos estabelecidos através de sistemas de Cooperação Internacional em cultura como o Mercosul Cultural ou a Comunidade dos países que falam língua portuguesa (CPLP) ou mesmo em órgãos como a Organização Mundial do Comércio (OMC).

De acordo com os dados apresentados em documentos oficiais do Ministério da Cultura em outubro de 2008 é possível encontrar hoje certo aumento nos incentivos destinados a área cultural, os quais apontam para um crescimento aproximado de 96,8% entre os anos de 2003 e 2007. Nesse mesmo período, segundo os dados do Ministério da Cultura, seus investimentos foram aumentados nas regiões Norte e Nordeste. Durante o Fórum de Investidores Privados em Cultura, realizado em São Paulo no dia 24 de abril de 2007, organizado pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, reuniram-se institutos culturais, empresas e governo, oportunidade em que foram divulgados dados sobre a avaliação da economia da cultura no País. Por meio de dados apresentados pelo SESI (Serviço Social da Indústria) ao jornal *O Estado de S. Paulo*, observamos que, até aquele momento, somente cinco Estados brasileiros não possuíam legislação própria de incentivo à cultura: Alagoas, Maranhão, Amazonas, Roraima e Rondônia. Os dados apontam para a precariedade da produção e do acesso à cultura pela população, pois, esse fato se agrava quando pensamos que com as atuais leis federais essas regiões são as que mais sofrem a falta de investimentos, por não serem entendidas como grandes mercados consumidores para o *Marketing* Cultural. Tal evidência pode ser observada pelos índices que apontam os investimentos culturais feitos através da Lei Rouanet e do

Audiovisual entre 2003 e 2007, afirmando que a região Sudeste continua sendo responsável por cerca de 80% dos investimentos, os quais acabam excluindo a produção de projetos inovadores e sem retorno de marketing.

Em outubro de 2008 o Ministério da Cultura divulgou números que também indicam a “exclusão cultural” que cerca parte da sociedade brasileira, na qual apenas 13% da população frequentam salas de cinema durante o ano; 92% da população nunca frequentaram museus; 93,4% jamais frequentaram exposições de artes; mais de 90% dos municípios brasileiros não possuem salas de cinema, teatro, museus ou espaços culturais.

A entrada de Lula na presidência e Gilberto Gil na pasta da Cultura, a princípio, apresentou ares de mudanças, principalmente com relação ao financiamento das atividades culturais e artísticas no Brasil via “Lei Rouanet”. Contudo, as discussões levantadas pelo governo sobre esses mecanismos não tiveram uma ação efetiva que pudesse se configurar como relevante para ser identificado como uma real mudança na Lei. Isso pode ser observado, principalmente, quando comparamos os dados sobre os investimentos da Lei Rouanet por regiões brasileiras. Como vimos anteriormente, as pesquisas realizadas pelo Ministério da Cultura em 2008 apontaram que entre 1996 e 2001 a região Sudeste recebeu cerca de 85,7% do total de investimentos no setor, percentual que não mudou entre os anos de 2003 e 2007, quando esses índices somam em torno de 80% dos investimentos em cultura. Em 2008, após a saída de Gilberto Gil e com Juca Ferreira assumindo o Ministério da Cultura, foi lançado a série Diálogos Culturais, uma iniciativa do Ministério da Cultura que pretende discutir por meio de Foros e Consulta Pública os principais avanços e desafios das políticas públicas para a cultura.

Um dos pontos de destaque na área cultural durante o governo Lula foi o debate, mais uma vez, sobre a pretensão de reformulação da Lei Rouanet, que foi criticada pelo ministro Juca Ferreira por ser o principal mecanismo de financiamento da cultura, de maneira que o dinheiro público deveria assumir também outros pontos que não aqueles desejados pelos investidores do mercado. Apresentando uma série de dados Juca Ferreira apontou o crescimento de 67,5 % entre os anos de 2003 e 2007 com investimentos através da Lei Rouanet e do Audiovisual. Entretanto, mesmo com a formatação de programas como o Cultura Viva, com a criação das propostas dos Pontos de Cultura, entre outros, o acesso às produções culturais continuou restrito a uma pequena parcela da população brasileira – aquelas que habitam, principalmente, regiões estratégicas para a economia de mercado

As características que apontam para a deficiência do acesso à cultura no Brasil podem ainda ser encontradas em outras instancias do Programa Cultura Viva promovido no governo Lula, o qual, segundo Frateschi, ex-presidente da Funarte, em entrevista ao site Cultura e Mercado em 10 de outubro de 2008, afirmou que até aquele momento não havia uma atividade do Programa chegando ao cidadão, sendo que os debates não ultrapassavam as reuniões. Essas informações descrevem um quadro no qual os mecanismos de investimentos culturais parecem estar estagnados desde o período da redemocratização brasileira e a criação da Lei Sarney, pois, como podemos perceber, as poucas mudanças realizadas por meio desses mecanismos não foram suficientes para alterar as estatísticas sobre a precariedade e do acesso da população brasileira aos bens culturais.

2 O Fomento na cidade de São Paulo

Diante do contexto acima descrito, podemos observar que o mercado acabou por assumir o controle da produção e da distribuição dos serviços culturais em âmbito nacional e internacional. Contudo, também nesse contexto, a organização de diversos grupos e produtores teatrais paulistanos em torno do Movimento Arte Contra a Barbárie possibilitou a criação da lei municipal de fomento ao teatro.

Produto do constante avanço do mercado na produção artística brasileira durante a década de 1990 e as crescentes dificuldades de manutenção dos trabalhos devido à falta de patrocínios, surgiu na cidade de São Paulo o Movimento Arte Contra a Barbárie, caracterizado pela união de diversos grupos e trabalhadores do teatro como: Companhia do Latão; Parlapatões, Patifes e Paspalhões; o Teatro Vertigem; o Tapa; o Folias d'Arte; Pia Fraus; Teatro Popular União e Olho Vivo; Engenho, Fernando Peixoto, Gianni Ratto, entre outros.

Começaram a se reunir periodicamente para discutir os rumos gerais da cultura e logo perceberam a necessidade de entender criticamente os mecanismos políticos e ideológicos que levaram a drástica redução dos orçamentos do ministério e das secretarias de cultura. Como relatam criadores do movimento Arte Contra a Barbárie, o primeiro desafio foi estabelecer uma disputa do pensamento sobre arte e cultura, assim como delinear um horizonte de busca de espaços para a manifestação cultura contra hegemônica. (CARVALHO; COSTA, 2008, p.20).

O movimento Arte Contra a Barbárie levantou e difundiu a problemática discutida pelo grupo através de três manifestos lançados em 1999, nos quais o grupo questionava os problemas enfrentados pela inserção do mercado no financiamento da arte e da cultura no Brasil. Já no primeiro Manifesto o grupo questionava o formato das políticas culturais que transferem para a iniciativa privada a responsabilidade pelo fomento da produção de serviços e bens culturais. Essa perspectiva preocupava o grupo, pois a cultura era entendida como um dos principais elementos responsáveis pela união da sociedade, tão importante como áreas como a saúde, a educação, entre outros.

Proposta originalmente pelo vereador Vicente Cândido (PT-SP) e estabelecida pela Lei 13.279/02, o Programa Municipal de Fomento ao Teatro para a Cidade de São Paulo tem como pretensão financiar a manutenção e criação de projetos e trabalhos de pesquisa e produção na área teatral, além de estimular a criação de novos grupos, de maneira que esses possam desenvolver projetos de pesquisa continuados, fora do perfil momentâneo e passageiro, característico da produção para o mercado – elemento que explica a dificuldade dessa realização via o principal mecanismo de financiamento cultural no Brasil, a Lei Rouanet – também se caracteriza por manter uma preocupação com o acesso da população aos espetáculos financiados.

Importante instrumento cultural da cidade de São Paulo, o Fomento acabou por se tornar referência de políticas públicas para a Cultura para diversos movimentos artísticos, agentes políticos, entre outros trabalhadores da área da Cultura. O Fomento paulistano também serviu como base para a constituição de uma série de projetos em torno de políticas para o teatro em diversas cidades, como Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS), Guarulhos (SP), Manaus (AM), entre outros, pois, os avanços conseguidos com o instrumento na cidade de São Paulo podem ser observados a partir do número de trabalhos e projetos desenvolvidos (desde montagens de espetáculos até a realização de seminários e debates públicos), o “[...] surgimento de novos núcleos artísticos com trabalho continuado; a descentralização das atividades e a formação de público com sentido crítico e participativo.” (KINAS, 2010).

O Fomento ao teatro na cidade de São Paulo foi idealizado de maneira a mudar o cenário do financiamento da produção teatral na capital paulista. Cenário que, apesar do avanço proporcionado pelo Fomento, ainda mantém políticas de incentivo fiscal, sendo o mercado o principal investidor. A partir da negação do mercado como mediador da produção cultural no Brasil, o

Arte Contra a Barbárie levantou o debate acerca da importância das políticas públicas para a cultura, além de reforçar a questão da importância social do trabalho artístico.

Desde 2002 o programa proposto pela sociedade teatral paulistana, que coloca o estado como protagonista do interesse público na cultura, reverteu a geografia da cena da metrópole, promoveu a qualificação artística das companhias, envolveu fortemente os coletivos teatrais, e está, cada vez mais, chegando a população da cidade [...] (CARVALHO; COSTA, 2008, p.9).

Em 22 de fevereiro de 2010 foi publicado o decreto Municipal nº 51.300, com o objetivo de reestruturar as leis municipais de fomento ao Teatro e à Dança. O decreto foi alvo de constantes manifestações de diversos setores da sociedade, como movimentos culturais ligados ao teatro e ao cinema, militantes culturais, políticos, intelectuais entre outros. Dentre algumas mudanças propostas pela Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo, podemos destacar o mecanismo que possibilita à própria Secretaria apresentar projetos, também concorrendo aos recursos; também podemos destacar o mecanismo que delega ao secretário e aos seus subordinados diretos exclusivos para a realização de editais, além de realizarem mudanças sem nenhuma fiscalização, pois centraliza todo o processo no poder executivo desconsiderando a existência do Conselho Municipal de Cultura, da Conferência Municipal de Cultura.

A Lei do Fomento ao Teatro na Cidade de São Paulo possibilitou uma significativa mudança na cena teatral paulistana, principalmente no que se refere ao teatro realizado por grupos que possuem suas sedes na periferia paulistana; também foi, e ainda é, responsável pelo surgimento de novos grupos com trabalho continuados de produção coletiva, além de melhorar a produção de grupos já estabelecidos. Como todo instrumento público de financiamento, também a lei de Fomento deve estar em constante transformação de maneira a abranger as mais diversas formas de fazer teatral, além de possibilitar que outros grupos, em outras regiões, sejam criados e possam divulgar seus trabalhos. Contudo, essas mudanças devem estar em permanente acordo com a realidade social da população brasileira, de maneira que essa possa ter acesso ao produto artístico que financia com o pagamento dos seus impostos.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. A. do N. A política cultural: regulação estatal e mecenato privado. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v.15, n.2, p.177-193, nov. 2003.

BASTOS, M. R. **O espelho da nação: a cultura como objeto de política no governo FHC**. 2004. 324f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

CALABRE, L. Política cultural no Brasil: um breve histórico. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 1., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007.

CASTELO, J. Cultura. In: LAMOUNIER, B.; FIGUEIREDO, R.. **A era FHC: um balanço**. São Paulo. Cultura Editores, 2002. p.631-639.

CARVALHO, D.; COSTA, I. C. **A luta dos grupos teatrais em São Paulo por políticas públicas para a cultura: os cinco primeiros anos da Lei de Fomento ao Teatro**. São Paulo: Cooperativa Paulista de Teatro, 2008.

KINAS, F. A lei e o fomento ao teatro na cidade de São Paulo: uma experiência de política pública bem sucedida. **Revista Extraprensa**, São Paulo, v.1, p.194-203, 2010.

O CONCEITO DE CONTROLE SOCIAL NOS OLHARES ESTRUTURALISTA, FUNCIONALISTA, FENOMENOLÓGICO E INTERACIONISTA

THE CONCEPT OF SOCIAL CONTROL IN THE STRUCTURALIST, FUNCTIONALIST, PHENOMENOLOGICAL AND INTERACTIONIST PERSPECTIVES

Leandro HAERTER

*IFSul – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – Pelotas – RS – Brasil.
96.015-560 – leandro@pelotas.ifsul.edu.br*

RESUMO: O artigo discute a problemática do controle social através de algumas correntes sociológicas de pensamento: estruturalismo, funcionalismo, fenomenologia e interacionismo, relacionando tal conceito à noção de “desvio social”. Aborda a “necessidade” desses mecanismos, respectivamente, a partir da falta de coesão social; na garantia desta harmonia social; na internalização de padrões sociais; e dos comportamentos e manipulações nas relações sociais. A categoria analítica controle social será examinada a partir da abordagem oferecida pela obra: “A História da Análise Sociológica” de Bottomore e Nisbet nas perspectivas estruturalista, funcionalista e fenomenológica, enquanto que o Interacionismo será tratado a partir da perspectiva teórica de Bourdieu.

PALAVRAS-CHAVE: Controle social. Estruturalismo. Funcionalismo. Fenomenologia. Interacionismo.

ABSTRACT: *The article discusses the problem of social control by some of current sociological thought: structuralism, functionalism, phenomenology and interactionism, relating this concept to the notion of “social deviance”. It deals the “need” of these mechanisms, respectively, from the absence of social cohesion; in the guarantee of social harmony, in the internalization of social patterns; and the behaviors and social manipulations in the social relations. The analytical category of social control will be examined from the approach offered by the*

O CONCEITO DE CONTROLE SOCIAL NOS OLHARES ESTRUTURALISTA, FUNCIONALISTA, FENOMENOLÓGICO E INTERACIONISTA

work “A History of Sociological Analysis” by Bottomore and Nisbet in the structuralist, functionalist and phenomenological prospects, while Interactionism will be treated from the theoretical perspective of Bourdieu.

KEYWORDS: *Social control. Structuralism. Functionalism. Phenomenology. Interactionism.*

1 Introdução

O presente trabalho realiza uma tentativa de situar a problemática do Controle Social dentro de algumas correntes sociológicas de pensamento. São elas: o Estruturalismo, o Funcionalismo, a Fenomenologia e o Interacionismo, perspectivas teóricas não homogêneas entre si.

Trata-se, mais especificamente, de levantar algumas considerações sobre a questão do Controle Social nessas correntes sociológicas mencionadas, relacionando-as, à medida do possível, com a noção de “desvio social”, noção esta, indissociável da noção de Controle.

Salienta-se que a categoria “controle social” será examinada a partir da abordagem oferecida na obra *A História da Análise Sociológica* de Bottomore e Nisbet (1980), referência nos programas de disciplinas de introdução às teorias sociológicas, para as perspectivas estruturalista, funcionalista e fenomenológica, ao passo que o Interacionismo será examinado a partir da contribuição teórica de Bourdieu (1990).

Justifica-se a escolha deste assunto a partir de uma inquietação no sentido de pesquisar mais sobre mecanismos sociais de Controle, ou seja, sobre instrumentos utilizados por determinadas categorias humanas a fim de controlar a divergência nos comportamentos, alcançando certa dose de homogeneidade em termos de condutas coletivas.

2 Controle Social

Definimos a questão do Controle Social dentro das perspectivas estruturalista, funcionalista, fenomenológica e interacionista de sociedade como objeto deste trabalho. Desta forma, acreditamos que caiba, inicialmente, realizar uma exposição do tema a ser abordado, procurando interpretá-lo.

O Controle Social, para fins deste trabalho, é percebido como uma série de mecanismos ou instrumentos utilizados pela sociedade, ou por um grupo social, com o objetivo implícito ou explícito de controlar os comportamentos (ou diferentes manifestações destes) e ações diferentes ao seu sistema. Assim, e justificando sua proximidade com o tema “desvio social”, o Controle ocupa-se, principalmente, em limitar os “desvios”, normalmente definidos e elaborados por uma série de modelos que se apresentam como consensuais, no comportamento e ações acreditados numa sociedade ou grupo.

Nos referimos a “desvio social” como uma categoria “não existente em si”, isto é, não empiricamente constatada e sim como um produto da relação indivíduo-cultura-sociedade que, ao determinar suas regras, acaba, também, criar seus “desvios”. Em nossa perspectiva, o “desvio” é resultado de uma atribuição de forças sociais àqueles que não se enquadram no padrão de normalidade, isto é, dentro de certas expectativas que construídas socialmente.

O assunto é enormemente tratado pela Sociologia Americana, especialmente pela Escola de Chicago, tanto o “desvio” como o (seu) controle. É de importância na medida em que seu empenho pode garantir a legitimidade de visões de mundo e construção de um tipo determinado de realidade.

É através da imposição de uma determinada concepção de realidade sobre um grupo ou sociedade específica que os mecanismos de controle se processam, sendo possível verificar a manutenção de certas elites no poder, por exemplo. Neste sentido, situaria, em um sentido geral, os diretores de escolas e instituições penais, ou ainda, certos aspectos da vida social que são compartilhados por todos.

É importante que se perceba que o Controle age no sentido de assegurar a ordem social e isso se dá normalmente por meios que são legítimos. Assim, o professor pode castigar o aluno se julgar necessário. Note-se que se o castigo for imputado na presença de outros colegas da classe, o efeito “castigo” enquanto ajustamento às normas será bem mais “eficaz” se o mesmo fosse proferido individualmente, pois todos poderão observar o que acontece com o aluno que “incomoda”. Logo, os alunos estarão cientes da fronteira entre o permitido e o proibido dentro da sala de aula.

Em hospitais psiquiátricos, por exemplo, o “tratamento” de pessoas incorpora ao controle um aparato que prima pela tentativa de manter os comportamentos divergentes dentro de um determinado parâmetro de “normalidade”, noção esta, absolutamente indefinível. Este “tratamento” parte

de uma idéia consensual (e por isso mesmo não deixa de ser legítimo) de um desequilíbrio entre o indivíduo e os valores que governam a sociedade.

Desta forma, o Controle surge no intuito de uma tentativa de garantir a previsibilidade de diferentes ações e manifestações no comportamento humano, pois todo aquele comportamento “diferenciado” dos demais, diferente dos tidos como “normais”, representa um estímulo à defesa da sociedade. Assim, os mecanismos de controle são acionados para tentar evitar os “imprevistos”, o “diferente”, o “desvio”, em um sentido mais amplo.

3 O Controle para o Estruturalismo

Este tópico procura situar a noção de Controle Social na perspectiva estruturalista.

Dentro da metodologia de investigação das Ciências Sociais, no que se refere à perspectiva estruturalista, cujo início encontra-se no pensamento ocidental, o fundamental era identificar certas estruturas, as quais encerrariam dados de observação sobre o social.

“Estrutura”, para a teoria estruturalista, consiste na inter-relação de determinadas organizações à sociedade mais abrangente, ao ambiente externo. É um todo formado por elementos que o inter-relacionam, um sistema aberto e relacionado com a sociedade mais ampla e com outras organizações.

Os Pensadores, entre eles Aristóteles, davam grande ênfase na proposta do organismo, o qual seria um modelo mais ou menos acabado de estrutura. Esta estrutura organística, nas palavras de Bottomore e Nisbet (1980), pode ser estática ou dinâmica. De qualquer forma, estrutura, nessa perspectiva, seria “[...] identificação de padrões ou formas iniciais, seja num dado momento ou num período de tempo.” (BOTTOMORE; NISBET, 1980, p.728).

Estrutura organística refere-se a uma concepção de sociedade como um todo, com seus mecanismos agindo e interagindo entre si, havendo necessariamente uma idéia de uma perfeita comunicação entre as partes que constituem esta máquina com o todo, isto é, a sociedade, propriamente.

Dentro de uma série de definições de estrutura, se considerarmos uma de caráter sociológico, temos: “a relação é mais importante que as partes” (BOTTOMORE; NISBET, 1980, p.729).

Assim, observa-se a importância da relação entre as partes, funcionando como um todo integrado, como uma verdadeira simbiose social, não sendo

concebido partes funcionando em separado ou distanciadas do todo social, mesmo que para fins analíticos. A sociedade seria o conjunto de elementos que a formam, é uma perspectiva no sentido de explicar uma parcela da realidade relacionando-a ao todo.

O Estruturalismo Francês recebeu grande influência da Política Positiva de Comte (BOTTOMORE; NISBET, 1980) cuja Sociologia, cuja abordagem do social encontra-se toda nas relações com os indivíduos. Durkheim (2000) lança preocupações conscientes e inconscientes acerca da Sociedade e da Cultura, por isso sua abordagem estrutural é menos determinista e mais voltada à interação social¹ se comparado à Comte. Nessa perspectiva, cada ciência, não diferente para as Sociais, possui características estáticas e dinâmicas, com formas de análise cultural, ou seja, com análise profunda de seus eventos (ocorrências, fenômenos,...) comparando-os com relações de semelhança. Isso se deve por acreditar que o “fato social”, imprescindível à análise durkheimniana, deve ser visto e analisado sem julgamentos de valor e pré-noções do pesquisador. Relações de semelhança buscam uma certa utilidade racional.

Estática e Dinâmica (evolução e progresso), têm sido colocadas em sentido oposto e separadas uma da outra. As duas deveriam estar combinadas, pois são dois modos diferentes de se observar o mesmo fenômeno: a sociedade estruturalmente em movimento. Pode-se assim apreender os “mecanismos de solidariedade”, suas semelhanças e relações sociais em todo o tipo de sociedade.

Trata-se de uma visão de evolução social. Estas semelhanças nas relações sociais pressupõem o surgimento de outras relações, de outras ordens sociais. Assim, em certa medida, é dinâmica, a medida que prevê evolução.

É essencial ao Estruturalismo a concordância entre Comte e Durkheim de que a investigação da sociedade só pode ser legítima se analisada em estruturas sociais não individuais. Concordam também na existência de uma dinâmica e uma estática estruturalistas.

Um dos exemplos que podem clarear a abordagem estrutural atribuída a Durkheim (2000), específica a questão do Controle, é a questão do incesto. O tabu do incesto não possui qualquer origem biológica, mas sim social. É um fenômeno social banido em toda e qualquer sociedade, exceto em algumas em que era interessante manter a sucessão no poder ou no trono, como por exemplo, no Egito. Pode-se crer que existiam laços totêmicos que impediam,

¹ O conceito de interação social abrange a influência recíproca das ações de indivíduos ou grupos em contextos de contato social e nos ajuda a compreender de que forma os indivíduos e instituições se relacionam, como acontece o processo de coação entre instituição e indivíduo e as estratégias que estes utilizam para superar esta situação.

inicialmente, a realização do incesto. Qualquer atitude sexual entre parentes próximos significaria, por extensão, uma agressão ao totem ao qual o grupo era identificado ou representado. Neste sentido, o tabu serviria como algo que constrangesse certas liberdades individuais, controlando os indivíduos e os mantendo dentro de certos padrões de “normalidade”, isto é, dentro de suas expectativas sociais representadas no Totem.

Dessa perspectiva decorre uma série de representações tendo o incesto como algo repulsivo, embora este signifique mais que isso, significa na verdade uma aversão à profanação do totem. Ou seja, representa uma atitude de repúdio ao grupo social que definiu o incesto como tabu dentro de suas regras sociais e, portanto, definidor de padrões de certo e errado em sua conduta. Percebe-se incesto como um importante evento social a ser evitado, isto é, controlado. Controlado à medida que contraria as relações de dever entre marido e mulher, entre irmão e irmã. É neste sentido, de impedir a “poluição” desses laços afetivos de dever dentro de relações de parentesco, que o tabu do incesto existe e se reafirma. Significa, em última instância, uma transgressão ao sagrado, ao definido socialmente e representado por um determinado totem. O não impedimento, na visão de Durkheim, acabaria por abolir as relações mais vitais do parentesco.

Para uma explicação, que se pretenda científica, para o Estruturalismo, precisa ter o seu objeto colocado em uma relação com um grande número de outros dados. No caso, o Controle Social, deve ser perpassado por várias variáveis, entre elas, variáveis econômicas, religiosas, valores, padrões de certo e errado,... Também, para o Estruturalismo é importante perceber se sua incidência é mais comum em certas variáveis do que em outras. Para o Controle Social, o que é importante e o que faz com que ele se mantenha adquirindo importância dentro da sociedade mais ampla (ou dentro de um grupo social) é justamente todo o seu conjunto, pessoas que o compõem, seus papéis, suas crenças.

Uma análise sociológica, para o Estruturalismo, preocupa-se em apreender o significado do Controle para determinado grupo social, não esquecendo-se de sua relação com outras dimensões da vida humana. Isto é, deve ser avaliado como uma estrutura a qual compreende funções, papéis, peculiaridades do grupo social estudado, suas crenças, religião, costumes,... na medida em que tudo isso (o todo) compõe tal estrutura.

4 O Controle para o Funcionalismo

Dentro da Sociologia Contemporânea, o Funcionalismo tem recebido uma série de críticas por membros importantes de outras correntes de pensamento. Tais críticas têm sido feitas por orientações sociológicas que se dizem críticas, justamente por uma questão de valor, ponto aliás, que sempre norteou as discussões sociológicas, em sua teoria e método, de modo que esta corrente sociológica de pensamento ficou frágil dentro da Sociologia Contemporânea, adquirindo caráter quase que de uma teoria imperfeita e antiquada.

O Funcionalismo ainda é, admite Wilbert Moore (1980, p.422), “[...] cultivado por um grupo cada vez menor de crentes que envelhecem e não se renovam.” A preocupação centra-se neste ponto: a perda da credibilidade dos funcionalistas em detrimento às teorias mais radicais de orientação neo-marxistas, orientações estas, preferidas entre os jovens sociólogos.

Uma análise do Funcionalismo nos mostra uma de suas idéias mais centrais. Os grupos humanos possuem uma série de unidades diferenciadas e interdependentes entre si, compostas por pessoas, famílias, estruturas de parentesco e categorias de ordem mais analíticas como idade e sexo. Isso permite, nessa perspectiva, que a sociedade seja um modelo, uma formulação analítica. Assim, considerando a diferenciação entre as partes e, sua interdependência, é possível perceber como se dá essa comunicação entre as partes e o todo.

Durkheim foi, sem dúvidas, o primeiro sociólogo a se dedicar profundamente a questões como integração² e diferenciação sociais. O fundamental, então, é entender que “[...] partes diferenciadas desempenham várias funções interdependentes na manutenção da visibilidade do organismo complexo como um todo.” (MOORE, 1980, p.425). A diferenciação para Durkheim era observada a partir do seu contraste com a sociedade mais ampla (homogênea, sem diferenciação e coesa) emergindo a questão da coesão social como fator fruto da idéia de homogeneidade em detrimento à diferenciação.

Durkheim percebe que a interdependência entre as partes em relação ao todo não é suficiente para garantir a coesão da sociedade, o que o conduziu a investigar a função de valores e crenças não questionados como, por exemplo, a religião. O argumento de que toda a sociedade evolui do “simples” para o

² Utilizamos aqui “integração” em seu sentido atribuído pela corrente teórica funcionalista e especificamente baseado em Durkheim (2000), ou seja, uma relação de pertencimento em que os indivíduos se sentem membros de determinado grupo social, partilhando crenças, normas e valores, considerando que funções sociais de diferentes instituições se complementam entre si dentro de uma perspectiva funcionalista.

“complexo” traduz um princípio funcionalista fundamental: as partes da sociedade ou da cultura devem ser ao resto do sistema, do todo social.

Muito provavelmente, o ponto mais interessante de Durkheim ao relacionar diferenciação e integração sociais à questão do controle social, seja justamente o encontro de uma situação de anomia (isto é, ausência de regras), situação que se distanciaria do que denominou ordem moral. Pode-se pensar a questão do Controle Social a partir inclusive desta perspectiva.

Para o Funcionalismo, as diferentes partes da sociedade funcionam em coesão com o todo, como se fosse um organismo, metaforicamente falando, em que as partes orgânicas eram de vitais importância para o organismo, interpretado como o todo, a sociedade, ou a cultura. Desta forma, podia-se, dentro de uma perspectiva funcionalista, investigar as diferentes partes da realidade social como fazendo parte de um sistema mais amplo e não separadamente como se estivesse dissociadas do todo.

Decorre do exposto que qualquer realidade investigada, qualquer padrão de comportamento ou regra de conduta deve ter uma função no todo. Então, a análise funcionalista desenvolve sua investigação, a partir de uma metáfora orgânica e que não havendo comunicação entre as partes, haveria uma situação de desintegração social. Por isso, um dos principais enfoques dessa perspectiva é a integração, o “sistema” visto de maneira integrada. É possível, a partir disso, refletir acerca da questão do Controle Social, considerando seu objetivo que é “limitar os desvios”, uma vez tomado a problemática da integração social como fundamental ao Funcionalismo.

Os mecanismos de Controle Social seriam acionados graças a uma situação de desequilíbrio entre objetivos e meios e o ambiente social tornasse favorável ao aparecimento desses indivíduos anômicos, justamente pelo afrouxamento de normas e valores que governam o sistema social. Assim, o controle seria dirigido àqueles membros divergentes que não internalizariam as regras de conduta de seu sistema, sociedade ou cultura.

5 O Controle para a Fenomenologia

A expressão sociológica “Fenomenologia” tem vários significados, inicialmente vinculados à Filosofia de Husserl e também a tentativa de Alfred Schütz (1975) em mostrar a relação que esta Fenomenologia de Husserl tinha com a Ciência Social. A abordagem interpretativista da fenomenologia de Schütz se apresenta como uma das variantes da Fenomenologia.

Dentro das Ciências Sociais, por exemplo, temos a fenomenologia sociológica, tida como uma espécie de sociologia da vida cotidiana (WAGNER, 1979), cuja formulação fora influenciada diretamente pelo pensamento de Weber e de Husserl. Schütz (1975), a partir da filosofia de Husserl, Schütz foi quem elaborou teoria e método para a investigação da realidade social.

Nessa perspectiva, Schütz busca compreender as maneiras pelas quais os membros comuns de determinada sociedade constroem e atribuem significados a sua vida cotidiana, introduzindo assim elementos capazes de sustentar as bases teóricas de autores etnometodológicos (GARFINKEL, 1967) e contribui significativamente ao processo de construção do conhecimento na medida em que acredita que as Ciências Sociais devem se direcionar para as ações do cotidiano, daquilo que é vivido e experienciado pelas pessoas.

Dessa forma, fundamental para a compreensão da perspectiva fenomenologia, em seu significado sociológico, é a questão da socialização, isto é, a maneira pela qual as normas sociais, valores, padrões de comportamento entre outros aspectos da consciência humana são internalizados e interpretados pelas pessoas no mundo em que vivem. Entendemos este “mundo” de acordo com informações que recebemos sobre ele em nosso processo de socialização, o que sugere uma possibilidade de questionamento de nossa própria Cultura e Sociedade. A Fenomenologia é crítica, não considera tudo apreendido como definitivo.

O “objetivo” de questionar, ou melhor, de suspender nossa cultura assim como uma série de noções prontas e acabadas que recebemos em nosso processo de socialização, é descobrir como determinados aspectos sociais nos aparecem na realidade, questionando a forma pela qual estes nos são repassados através de valores, preconceitos, normas, etc.

Acreditamos que a grande contribuição do pensamento fenomenológico à Sociologia está no fato de que é possível por em xeque idéias pré-determinadas e julgamentos de valor sobre o mundo e a realidade, o que contribui no sentido crítico de ciência. A chamada suspensão fenomenológica coloca em suspenso uma série de processos os quais constituem a consciência, pois procura ver como as pessoas apreendem aspectos específicos em sua consciência.

O Controle Social na perspectiva fenomenológica seria pensado sob o aspecto que tem sobre a consciência de indivíduos ou grupos sociais. Isto é, não se deve pensar o Controle Social “em si”, como se fosse algo abstraído da consciência, mas sim, procurá-lo, emicamente, apreendendo seus significados

conscientes para indivíduos ou grupos específicos. Para Schütz (1975), as relações face a face e a vida cotidiana são o tempo e o espaço privilegiados na etnometodologia. Assim, deve-se observar (interpretar/compreender) como diferentes indivíduos têm o elemento Controle agindo em sua consciência, e como estes organizam sua vida cotidiana, como acham este fenômeno “normal” e, até mesmo, relativizar no sentido de entender como para outros grupos, diferentes dos primeiros, podem considerá-lo “não normal” ou “desviante”.

Os fenômenos sociais, para a Fenomenologia, são buscados ao nível de seu significado e sua análise extrapola a simples apresentação e explanação desses fenômenos à consciência. Assim, a consciência que as pessoas têm sobre a noção de Controle Social não se forma de uma única vez, mas de um conteúdo determinado, não fechado em um momento e em um local determinado. Pode vir de diferentes formas, como também de diferentes experiências, mas não todas elas, apenas as que ficaram solidificadas em sua consciência.

6 O Controle para o Interacionismo

O interacionismo tem sua base centrada na Escola de Chicago e apresenta dois tipos fundamentais de concepção: o interacionismo de Mead e a sociologia da própria Escola de Chicago.

Mead, Thomas e Park desenvolveram suas formas de conceber a sociedade numa situação caracterizada pela imigração e urbanização desenfreadas, lançando uma sociologia preocupada com problemas sociais, “(des)integração” e “desvio”.

A preocupação central de Thomas e Park era a questão da coesão nacional considerada a heterogeneidade de diferentes grupos e em diferentes posições na estrutura social e de classes. Assim, questões como imigração e a possibilidade de organização reivindicatória de grupos étnicos eram alvo de suas análises, sempre primando pela necessidade dos indivíduos compartilharem da utilidade de uma nova instituição, capaz de congrega todos e “garantir” a coesão de diferenças.

As diferentes mudanças ocorridas, graças à rápida industrialização em relação à comunidade nacional era promovida pela luta “inevitável” de diferentes grupos a fim de sobreviver e se desenvolver. Com isso, há transformação nos valores dos indivíduos acompanhada de uma idéia de “degeneração” dos valores tradicionais (“ou nacionais”), o que pedia que uma nova instituição fosse criada. Esta é um ponto central nas análises de Thomas e Park.

O Controle Social, na perspectiva interacionista, estaria calcado na (re)criação de uma nova sociedade, cujo principal instrumento seria a

individualização, pois, para haver funcionamento ou mudança na sociedade era preciso haver a incorporação de novos valores/normas sociais, em que estaria incluído o Controle. Elas apresentariam-se como “soluções” para problemas surgidos com a industrialização e conseqüente urbanização da cidade de Chicago.

Importante a ser destacado aqui é que, segundo esta abordagem, devia-se buscar conhecer como as pessoas ou diferentes grupos sociais eram forçados pelas instituições na obtenção de conformismo às normas e como iam além destas limitações. Devia-se buscar uma forma de se explicar as transformações sociais que evitariam a imagem de uma ação individual e também a imagem de uma sociedade totalmente coagida. Trataria-se, então, de buscar-se o fator negociação entre as pessoas e a sociedade, pilar fundamental da perspectiva interacionista. A questão da imagem e do controle de informações sociais surgem neste sentido.

A temática central da escola interacionista é a compreensão das diferentes formas pelas quais as pessoas reagem a determinadas situações, deveria-se, grosso modo, procurar respostas considerando o indivíduo, sua inserção na sociedade e os diferentes contextos sociais nos quais tais relações se processam. Isso significa que não são somente as condições estruturais capazes de explicar a ação humana, embora sejam necessárias para a apreensão da realidade.

Talvez a principal contribuição das expressões “Interacionismo”, “Interacionismo simbólico”, “Escola de Chicago” para a Sociologia, seja o tema do comportamento dito “desviante” e suas relações com supostas noções de normalidade sociais. A própria existência de regras subentende-se a possibilidade de seu descumprimento e, por sua vez, um estímulo à defesa da sociedade, o que se dá através de mecanismos de controle.

O interacionismo “inova” em relação às perspectivas mais tradicionais no sentido de apreender o “desvio”, o “normal” e os mecanismos de controle numa perspectiva que não “separa” o indivíduo de sua cultura e sociedade, não ignorando processos sociais e históricos. Esta corrente de pensamento relativiza a simples noção de um indivíduo identificado por um estigma particular e condenado por uma relação quase que sempre violenta por parte da sociedade, contribuindo para a superação de uma visão menos fragmentada da realidade.

Para o interacionismo, a compreensão das diferentes manifestações do comportamento humano acontece não a partir daquele indivíduo “inadaptado”, termo próprio das teorias evolucionistas, mas sim como alguém que utiliza os mesmos recursos simbólicos de uma sociedade mais ampla, interpretando-os de forma diferente, às vezes contraditória. Então, no que se refere ao estudo do

comportamento “desviante” e seu controle, a problemática da “diferença” está justamente na leitura feita por pessoas ou grupos sociais que é também diferente da maioria ou do tido como consensual.

O indivíduo “desviante”, em quem recai os mecanismos de controle, é aquele que faz uma leitura divergente, ou seja, aquele que atribui diferentes significados a códigos sociais comuns. Assim, dentro de uma cultura ou sociedade, é inevitável a existência de comportamentos que se “enquadrem” mais facilmente às expectativas e outros que, ao contrário, sejam diferenciados socialmente a ponto de terem sua diferença exaltada e rotulada pelos demais membros, o que se configura em instrumento de Controle Social à medida que instiga conformação às normas sociais.

A manifestação do comportamento humano não é determinada por uma “sociedade”, nem por uma “instituição”, nem pelos seus “valores”, é sim influenciada por estes através de sentimentos, de preferências, de gostos pessoais, em última instância, pelos diferentes “eus”. Neste sentido, a ação social dos indivíduos, assim como as diferentes manifestações de seus comportamentos são consequência do modo pelo qual estes indivíduos interpretam a realidade e o contexto social no qual estão inseridos. O que os indivíduos fazem ou como se comportam é fruto de seu processo de interpretação de uma dada situação social.

Na perspectiva interacionista, a ação dos indivíduos é manifesta pela situação que se apresenta a esses atores sociais (BOURDIEU, 1990); a ação social dos atores é construída de acordo com sua interpretação da situação apresentada, isto é, depende do contexto social, conforme a situação modifica-se o comportamento. O interacionismo nos coloca que não há comportamento desviante “em si”, mas sim uma acusação disto. O que existe, na realidade, seria uma acusação de que determinados comportamentos ou ações humanas estariam extrapolando os “limites de normalidade” de um certo segmento social e não um “desvio”, no sentido *strictu* do termo. As acusações, assim como o acionamento de mecanismos de controle, são proferidas por aqueles que se julgam “normais”, por aqueles que detêm o poder, por aqueles que, consensualmente, são conformes aos padrões que seu grupo, sociedade ou cultura elegem como apropriados.

A acusação pressupõe o desejo de excluir e está calcada no princípio de “defesa” de padrões sociais. A acusação sugere a existência de marcantes relações de poder na sociedade. Na medida em que o cientista social mergulha na lógica dessas acusações remete-se a uma relação de “quem rotula quem”, ou seja, em relações de poder. O que a acusação de desvio, própria da abordagem

interacionista, tem a ver com a questão do controle? A acusação parece surgir como um instrumento político de “aviso” de que alguns valores e padrões estão sendo violados e torna-se pacífico a ação de mecanismos de controle capazes de limitar tais “desvios”.

O Controle Social encontra-se presente em todo e qualquer tipo de sociedade, das mais variadas formas. Apresenta-se, também em diferentes formas, isto é, manifesta-se através de diferentes mecanismos ou instrumentos, sendo variável segundo as conjunturas sociais, os tipos de sociedade e os diferentes grupos culturais nelas inseridos.

Desta forma, e nesta perspectiva, considera-se a questão da negociação de papéis à medida que a vida social é produto das relações que os indivíduos estabelecem cotidianamente, face a face. As relações entre os indivíduos têm comunicação no sentido de transmitir certos comportamentos e de como os outros, na intenção de causar determinada impressão, impõem e modificam seu comportamento. Isso nos remete a negociação de papéis sociais e valores, bem como a questão do controle de informação sobre si dentro de um determinado grupo social ou sociedade, com o objetivo de controlar sua imagem a fim obter êxito naquele contexto.

7 Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo de abordar a questão do Controle Social dentro de algumas correntes sociológicas de pensamento, mais especificamente, o Estruturalismo, o Funcionalismo, a Fenomenologia e o Interacionismo.

A questão do Controle Social para o Estruturalismo está em um de seus próprios pressupostos, isto é, em havendo uma situação de não coesão social, há, por extensão, uma idéia de desequilíbrio entre as partes que constituem a sociedade. Assim, com esta noção de desequilíbrio entre as partes que compõem o todo, emerge a “necessidade” de mecanismos de controle capazes de controlar ou manter a perfeita comunicação entre as partes, entendido como sinônimo de coesão social.

A perspectiva Estruturalista de sociedade constitui um exemplo de macro análise dentro da Sociologia e pode ser pensada em várias variáveis, tais como: econômicas, religiosas, familiares, valores,... Cada uma delas faz parte de uma estrutura que considera funções, papéis e também peculiaridades do grupo ou sociedade situada nesta estrutura.

Para o Funcionalismo, o importante é que diferentes partes originam o todo e, em certa medida, asseguram de coesão à sociedade, isto é, cada parte deve ter uma função no todo. O Controle emerge no sentido de garantir que a sociedade funcione, se mantenha, ou seja, no sentido de fazer com que ocorra uma plena comunicação entre as partes as quais, funcionando em harmonia, seriam responsáveis pela manutenção da sociedade. Estas partes funcionariam em harmonia a fim de garantir a estabilidade da sociedade. É o mesmo princípio de coesão social existente na perspectiva Estruturalista, havendo inclusive alguns autores que trabalham dentro de uma abordagem estrutural-funcionalista pela própria semelhança em termos de seus pressupostos.

A perspectiva Fenomenológica, em sua ramificação sociológica, preocupa-se com a internalização de padrões sociais (normas, valores,...) na consciência humana. Sua noção de suspensão tem como objetivo o questionamento de nossos padrões sociais, colocando em dúvida a forma pela qual os fenômenos sociais se constituíram desta ou daquela maneira.

Para fins de uma análise fenomenológica do social, o que deve ser buscado é sua importância ao nível do significado dentro das consciências das pessoas. Neste sentido, a questão do Controle Social pode ser apreendida através de seus diferentes significados para grupos distintos, o que significa a possibilidade de poder relativizar e perceber que tais padrões de consciência não são universais, e sim dependentes de construções sociais e históricas determinadas. Trata-se, mais precisamente, de captar as percepções conscientes que as pessoas têm de determinado fenômeno.

A questão fundamental para uma abordagem que se pretenda Interacionista acerca da noção de Controle Social é o próprio questionamento do determinismo social em relação a aspectos específicos da realidade. Para esta perspectiva entra a possibilidade de “problemas sociais” serem definidos dentro de uma arena social e política, onde realidades e limites são constantemente negociados.

O Interacionismo dá especial importância ao fato de se perceber como as pessoas se conformam e/ou como ultrapassam suas próprias limitações. Desta forma, verifica-se um verdadeiro jogo de imagens e de controle de informações, ou seja, esta perspectiva admite que nas relações entre as pessoas existem manipulações de situações e estas com um objetivo bastante determinado, que é justamente o de alcançar êxito dentro de determinados contextos sociais. A questão de como se comportar em determinado contexto é fruto de interpretações da situação que se apresenta e o pesquisador deve estar atento

ao mergulhar nesta realidade onde o tipo de controle que impera encontra-se, inclusive, na informação e na imagem.

Por fim, este artigo não teve a pretensão de encontrar uma síntese teórica entre as teorias sociológicas tratadas em seu corpo, mas sim de possibilitar o reconhecimento de suas principais diferenças e de sua não homogeneidade, buscando estimular outros debates em torno desse diálogo que não se esgota nesta oportunidade.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: _____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990. p.149-168.

BOTTOMORE, T.; NISBET, R. **História da análise sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

DURKHEIM, E. **Suicídio**: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GARFINKEL, W. B. **Studies in ethnomethodology**. Englewood Cliffs; New Jersey: Prentice-Hall, 1967.

MOORE, W. O funcionalismo. In: BOTTOMORE, T.; NISBET, R. **História da análise sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. p.421-474.

SCHÜTZ, A. **Collected papers**: the problem of social reality. The Hague: Martinus Nijhoff, 1975.

WAGNER, H. R. (Org.). **Fenomenologia e relações sociais**: textos escolhidos de Alfred Schütz. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DIALÉTICA EM MARX: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DE SEUS ELEMENTOS CENTRAIS

DIALECTIC IN MARX: A PERSPECTIVE FROM ITS CENTRAL ELEMENTS

Paulo Merli FRANCO

Bolsista CNPq. Mestrando em Sociologia. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-Graduação em Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – pmerlifranco@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo pretende analisar o método dialético desenvolvido por Karl Marx. Uma das maiores dificuldades ao estudar a concepção marxiana da dialética deve-se ao fato do autor não ter escrito uma obra específica acerca dessa temática. O objetivo é enfocar o método dialético de Marx a partir de duas análises principais. Primeiro, apontando a crítica e o reconhecimento à dialética hegeliana, com destaque para os aspectos que diferenciam o método marxiano do hegeliano. Em seguida, analisando a construção do método dialético marxiano a partir de seus elementos centrais (movimento perpétuo, historicidade, totalidade, contradição, determinação e materialismo histórico). A finalidade desta tarefa é compreender esse método a partir desses princípios explicativos, e não defini-lo de modo fechado e taxativo. Entretanto, é possível a tentativa de uma síntese-explicativa através da ideia do concreto real como ponto de partida e de chegada da dialética em Marx – considerada conjuntamente com seus princípios explicativos.

PALAVRAS-CHAVE: Marx. Método dialético. Elementos centrais. Concreto real.

ABSTRACT: *This article analyzes the dialectical method developed by Karl Marx. A major difficulty in studying the Marxian conception of the dialectic is due to the fact that the author did not write a book about this specific topic. The objective is to focus on the dialectical method of Marx from two main analysis. First, pointing the criticism and recognition of the Hegelian dialectic, especially for aspects that differentiate the Marxian method from the Hegelian method. Then analyzing the construction of the Marxian dialectical method from*

its central elements (perpetual movement, historicity, totality, contradiction, determination and historical materialism). The purpose of this task is to comprehend this method from these explicative principles, and do not define it so closed and exhaustive. However, it is possible to attempt an explicative synthesis through the idea of the real concreteness as a point of departure and arrival of the dialectic in Marx – considered together with its explicative principles.

KEYWORDS: *Marx. Dialectical method. Central elements. Real concreteness.*

1 Introdução

Este trabalho pretende estudar e analisar o método dialético. Mas não qualquer dialética, e a sim a dialética desenvolvida pelo pensador alemão Karl Henrich Marx.

Antes disso, é importante ressaltar que a dialética tem suas origens na Grécia antiga; e era entendida em termos gerais como a “arte do diálogo e da discussão”. Ou melhor dizendo, nas palavras de Leandro Konder (1998, p.7), era “[...] a arte de, no diálogo, demonstrar uma tese por meio de uma argumentação capaz de definir e distinguir claramente os conceitos envolvidos na discussão.”

Assim, esclarece-se de modo prévio que não é o objetivo do trabalho defender a dialética como método exclusivo de Marx e de intelectuais marxistas.

O método dialético desenvolvido pelo autor de *O Capital* está inserido no contexto da era moderna, e não mais da era antiga. E no caso específico do pensador em questão, o seu método dialético encontra-se no período histórico do século XIX (1818-1883).

E, por isso, a ideia da dialética na época moderna não é a mesma da Grécia antiga. Em sua concepção moderna, a dialética pode ser entendida como “[...] o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação.” (KONDER, 1998, p.8).

Etimologicamente, a palavra dialética é composta pelo prefixo “*dia*” e pelo substantivo “*logus*”. O primeiro termo significa reciprocidade, enquanto o segundo, razão. Assim, a palavra dialética indica uma relação entre a reciprocidade e a razão, e segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 1999), é definida como o “[...] desenvolvimento de processos gerados por oposições que provisoriamente se resolvem em unidades.”

Uma das maiores dificuldades ao estudar a concepção marxiana da dialética deve-se ao fato de nosso autor não ter escrito uma obra específica acerca dessa temática, apesar de ter anunciado sua intenção nesse sentido numa carta de 1875 endereçada a Joseph Dietzgen. Ao que tudo indica os trabalhos relativos a *O Capital* impediram-no de realizar tal tarefa (KONDER, 1998).

Portanto, torna-se também uma árdua tarefa realizar a seleção de alguns trechos da vasta obra marxiana. Neste trabalho, foram escolhidos três textos de Karl Marx para analisar seu método dialético.

Em primeiro lugar, a sua “Introdução” à *Crítica da Economia Política* de 1859, no qual “figura a mais condensada e famosa síntese do materialismo histórico” (GORENDER, 1982, p.XI). Em segundo, a sua “Introdução” publicada por Karl Kautsky (1903) ao mesmo livro, na qual “[...] se encontra a mais extensa e única exposição sistemática sobre a questão do método na imensa literatura marxiana.” (GORENDER, 1982, p.XI). E, por último, o seu “Posfácio” a *O Capital* de 1873, por trazer uma síntese ao mesmo tempo da crítica e do reconhecimento à dialética hegeliana feita pelo próprio Marx (IANNI, 1982).

A ideia deste trabalho é focar o método dialético de Marx a partir de duas análises principais.

Primeiro, pretende-se apontar a crítica e o reconhecimento à dialética hegeliana elaborada por Karl Marx com destaque para os aspectos fundamentais que diferenciam o método marxiano do hegeliano, tais como: as noções de contradição e reciprocidade, o ser humano como sujeito histórico, a relação conservação-transformação da realidade, e a oposição entre idealismo e materialismo na busca pelo real.

E por fim, analisar e pensar a construção do método dialético marxiano a partir de seus elementos centrais, tais como: o movimento perpétuo, a historicidade, a totalidade, a contradição, a determinação e o materialismo histórico. A finalidade desta tarefa é compreender esse método a partir desses princípios explicativos, e não defini-lo a partir da obra do próprio Marx ou de um de seus intérpretes.

Para realizar essas duas análises, além dos já mencionados textos selecionados da vasta obra de Marx, serão utilizados textos de alguns autores marxistas brasileiros com o intuito de, num primeiro momento, apontar os aspectos fundamentais da crítica e do reconhecimento à dialética hegeliana e, depois, explicar os elementos centrais da dialética marxiana.

2 Crítica e reconhecimento à dialética hegeliana

Ao analisar o desenvolvimento do método dialético marxiano é imprescindível constatar sua intrínseca relação com a dialética hegeliana. Tanto do ponto de vista da crítica, quanto do reconhecimento às ideias de Hegel.

O próprio Karl Marx, no “Posfácio” à segunda edição de *O Capital*, reconhece a importância da dialética hegeliana por “[...] ser o primeiro a apresentar suas formas gerais de movimento, de maneira ampla e consciente.” E ressalta também que a “[...] mistificação por que passa a dialética nas mãos de Hegel não o impediu.” de conseguir atingir tal feito (MARX, 1968, p.17).

O ponto de partida da dialética em Hegel encontra-se na ideia de que “[...] se todas as coisas e todos os seres são diferentes, singulares, é porque eles existem em movimento, transformando-se em algo que ainda não são e entrando em colisão com o outro.” Assim, Marx aprende com Hegel que “[...] nas coisas essenciais, nas contradições decisivas, o conhecimento nunca era ‘neutro’ ou meramente ‘pragmático’.”, pois os sujeitos fazem história “[...] ao se esforçarem para alcançar seus objetivos particulares, ao se empenharem em satisfazer seus desejos pessoais ou os anseios de sua classe ou de seu grupo.” (KONDER, 2010, p.51-52).

Entretanto, Marx vai além dessa lição e entende a necessidade de atividade humana, mas não de qualquer uma e sim de “[...] uma atividade capaz de refletir (*reflectere*, debruçar-se outra vez), de transformar a si mesma e se inventar.” (KONDER, 2010, p.52), ou seja, de conseguir transformar o mundo e o ser humano ao mesmo tempo de maneira recíproca e por meio das contradições geradas nesse movimento.

Além desse reconhecimento teórico, declarou-se também discípulo de Hegel, justificando que criticou “[...] a dialética hegeliana, no que ela tem de mistificação, há quase 30 anos, quando estava em plena moda.”, mas que se confessou “então, abertamente discípulo daquele grande pensador”, pois ao “[...] tempo em que elaborava o primeiro volume de ‘O Capital’, era costume dos epígonos impertinentes, arrogantes e medíocres, que pontificavam nos meios cultos alemães, comprazerem-se em tratar Hegel [...] como um ‘cão morto’.”, e finalizou exemplificando que “no capítulo sobre a teoria do valor” do primeiro volume de *O Capital* jogou “várias vezes, com seus modos de expressão peculiares” (MARX, 1968, p.16-17).

No entanto, nosso autor em questão não se furta de também criticar os equívocos da dialética hegeliana, tanto que, no mesmo “Posfácio” de *O Capital*,

para ele “[...] a dialética [de Hegel] está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico.” (MARX, 1968, p.17). Neste ponto, o autor de *O Capital* indica qual o principal objetivo no desenvolvimento de seu método dialético, que consiste em se aproximar do concreto relacionado ao racional e se afastar do transcendental ao mesmo tempo. Com isso, o seu movimento teórico é de conservação-mudança a partir da dialética desenvolvida por Hegel.

Uma das diferenças fundamentais entre a dialética hegeliana e a dialética marxiana pode ser encontrada na confrontação entre a formulação de Hegel (1959) – em sua obra *Princípios de Filosofia do Direito* – de que “o que é real é racional e o que é racional é real” e a formulação de Marx – em sua 11ª Tese sobre Feuerbach – de que “os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”. O elemento central desta diferença está na relação conservação-transformação; por um lado, Hegel explica a realidade com o objetivo de conservá-la. Por outro, Marx explica também a realidade, mas com o objetivo de transformá-la.

Para Octavio Ianni (1982), “[...] enquanto que a dialética idealista hegeliana é um método de pensar o real, a dialética marxista é um método de pensar e transformar o real.” Sendo assim, a “[...] interpretação dialética opera na constituição e transformação da realidade, ao mesmo tempo que a interpreta.” (IANNI, 1982, p.12).

Em sentido complementar, Michael Lowy enfatiza que para “Hegel, o papel da filosofia dialética é o de explicar, descrever e legitimar a realidade existente como racional [...]. É por isso que a dialética de Hegel é uma tentativa de legitimação da realidade e de reconciliação com a mesma.”, enquanto que para “Marx é radicalmente diferente. [...] o marxismo não é uma teoria científica como as outras, não visa simplesmente descrever ou explicar, mas visa transformar a realidade, visa uma transformação revolucionária.”, e conclui que neste ponto “[...] se dá o divisor de águas fundamental entre a dialética de Marx e a de Hegel. É a dimensão revolucionária da dialética marxiana contra a posição de caráter conservador e legitimador do status quo da dialética hegeliana.” (LOWY, 1998, p.17-18).

Outra diferença fundamental é explicitada pelo próprio Marx quando diz que seu “[...] método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto.” E explica que para “Hegel, o processo do pensamento – que [o mesmo] transforma em sujeito autônomo sob o nome de

ideia – é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa.”, enquanto para ele “[...] ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado.” (MARX, 1968, p.16). Já nesta diferença, a centralidade encontra-se na oposição entre idealismo e materialismo. Enquanto a dialética hegeliana parte da ideia para atingir o real, a dialética marxiana parte do material para alcançar o real.

Para Michael Lowy, neste caso a “[...] diferença entre a dialética materialista de Marx e a dialética idealista de Hegel está na importância determinante da economia no desenvolvimento histórico da obra de Marx.” Desse modo, “[...] a dialética marxista é aquela teoria científica que explica o comportamento dos indivíduos por seus interesses materiais, sobretudo os econômicos.” (LOWY, 1998, p.17).

Por fim, nestes apontamentos sobre a crítica e o reconhecimento marxianos às ideias de Hegel, cabe salientar, como faz Octavio Ianni, que “[...] a crítica de Marx à dialética hegeliana, tanto nas formulações de Hegel como na dos seus discípulos, não se limitou a rechaçar.”, visto que “Hegel e os seus discípulos estiveram preocupados com problemas históricos fundamentais, apesar de que deram a eles soluções que Marx julgou preliminares, incompletas ou equívocas.”, e por isso deve se reconhecer que nosso autor “[...] deu soluções novas e também revolucionárias à maioria desses problemas. Mas é inegável que o resultado mais importante e revolucionário da crítica do pensamento hegeliano é a descoberta da dialética materialista.” (IANNI, 1982, p.10-11).

3 Elementos centrais ou princípios explicativos da dialética marxiana

O objetivo não é buscar uma definição da dialética na obra de Karl Marx, mas sim – através dos elementos centrais ou dos princípios explicativos que constituem a dialética marxiana – buscar compreender esse método. Para tal, serão utilizados, em especial, seus três textos selecionados e também alguns autores marxistas brasileiros. Tanto para encontrar os principais elementos centrais da dialética em Marx, quanto para auxiliar na tarefa de torná-los uma espécie de princípios auto-explicativos desse método.

Os elementos centrais ou princípios explicativos – a partir dos quais se pretende buscar uma compreensão do método dialético marxiano – são os seguintes: o movimento perpétuo, a historicidade, a totalidade, a contradição, a determinação e o materialismo histórico. A ideia é apontar através de trechos da

obra de Marx esses elementos centrais do seu método e explicá-los recorrendo ao pensamento de alguns autores marxistas brasileiros.

O primeiro elemento central, denominado o movimento perpétuo, pode ser encontrado no seguinte trecho do “Posfácio” de *O Capital*:

A dialética [...], na sua forma, racional, causa escândalo e horror à burguesia e aos porta-vozes de sua doutrina, porque sua concepção do existente, afirmando-o, encerra, ao mesmo tempo, o reconhecimento da negação e da necessária destruição dele; porque apreende, de acordo com seu caráter transitório, as formas em que se configura o devir; porque enfim, nada se deixa impor, e é, na sua essência, crítica e revolucionária. (MARX, 1968, p.17).

Para Marx, sua concepção do existente fundamenta-se, ao mesmo tempo, no reconhecimento, na negação e na necessária destruição dele mesmo, já que esse existente possui caráter transitório e está inserido em um movimento de permanente transformação.

Assim, é imprescindível entender que a “[...] hipótese fundamental da dialética é de que não existe nada eterno, nada fixo, nada absoluto. Não existem ideias, princípios, categorias, entidades absolutas, estabelecidas de uma vez por todas.”, pois “[...] tudo o que existe na vida humana e social está em perpétua transformação, tudo é perecível, tudo está sujeito ao fluxo da história.” (LOWY, 1998, p.14).

A historicidade pode ser considerada outro elemento central do método marxiano. Em sua “Introdução” à *Crítica da economia política* o nosso autor diz que

[...] até as categorias abstratas – precisamente por causa de sua natureza abstrata –, apesar de sua validade para todas as épocas, são contudo, na determinidade dessa abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites destas. (MARX, 1982a, p.17).

Nesse trecho fica clara a importância das condições históricas, as quais limitam toda a existência humana e qualquer formulação abstrata, tanto no plano material quanto no racional. Desse modo, as ideias e os conceitos possuem sua validade condicionada e limitada por sua determinada época histórica.

Para Michael Lowy, a historicidade mostra “[...] que não existem princípios eternos, nem verdades absolutas, todas as teorias, doutrinas e interpretações de realidade, tem que ser vistas na sua limitação histórica.” e por isso nela é encontrado “[...] o coração mesmo do método dialético, é o primeiro elemento do método e da análise dialética.” (LOWY, 1998, p.15).

Já o princípio explicativo da totalidade é explicitado por Marx no seu famoso “Prefácio” à *Crítica da economia política*, quando ele diz que

[...] relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de ‘sociedade civil’ [...] (MARX, 1982b, p.25).

A totalidade nega a possibilidade de analisar um aspecto da realidade a partir de si próprio e também a partir de um hipotético desenvolvimento geral da civilização humana, afirmando a necessidade desta análise ser feita a partir de um todo ligado – em última instância – à infraestrutura da sociedade e às relações materiais de vida.

Isso aponta para dois significados: primeiro, diz aquilo que a totalidade não tem como seu objetivo, ou seja, essa “[...] categoria metodológica obviamente não significa um estudo da totalidade da realidade, o que seria impossível, uma vez que a totalidade da realidade é sempre infinita, inesgotável.” Enquanto o segundo diz que ela pretende como “categoria metodológica da totalidade” buscar “[...] a percepção da realidade social como um todo orgânico, estruturado, no qual não se pode entender um elemento, um aspecto, uma dimensão, sem perder sua relação com o conjunto.” (LOWY, 1998, p.16).

A ideia de contradição na obra marxiana pode ser evidenciada em um trecho do mesmo “Prefácio” de 1859, no qual se afirma que

Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (MARX, 1982b, p.25-26).

Marx deixa claro que não é possível entender o ser humano ou analisar um período histórico a partir de seu próprio pensamento abstrato. Por isso se faz necessário explicar a realidade e a vida humana a partir de suas contradições e dos conflitos que ocorrem na vida material e nas relações sociais concretas. Isto é, entender que uma “[...] análise dialética é sempre uma análise das contradições internas da realidade.” (LOWY, 1998, p.16).

Como bem observa Carlos Nelson Coutinho, a dialética “[...] não pensa o todo negando as partes, nem pensa as partes abstraídas do todo. Ela pensa tanto as contradições entre as partes [a diferença entre elas (...)] como a união entre elas [...] se relacionarem no seio da sociedade enquanto totalidade].” (COUTINHO apud KONDER, 1998, p.46).

Mais uma vez em seu “Prefácio” de 1859, pode ser encontrado o elemento da determinação na dialética marxiana, segundo o qual

[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. (MARX, 1982b, p.25).

Neste trecho específico, é possível retomar a ideia já desenvolvida na parte da “Crítica e reconhecimento à dialética hegeliana”, ficando claro novamente a diferença entre a dialética idealista de Hegel e a dialética materialista de seu discípulo. Em última instância, o econômico ou o modo de produção determina o processo em geral da realidade e da vida como um todo, e, por isso, a consciência humana é determinada por seu ser social, logo, sua consciência não determina seu ser e sim seu ser é condicionado por relações de produção determinadas, necessárias e independentes de sua vontade.

Desse modo, “[...] a dialética marxista é aquela teoria científica que explica o comportamento dos indivíduos por seus interesses materiais, sobretudo os econômicos.” (LOWY, 1998, p.17).

Por fim, como último elemento central, o materialismo histórico explicitado na famosa síntese elaborada por Marx:

Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de devir. (MARX, 1982b, p.25).

Aqui fica evidenciada a “prioridade metodológica atribuída à Economia Política” pelo método marxiano tendo “[...] sua explicação ontológica na conclusão de que nela reside a anatomia da *sociedade civil*, cujo conceito compreende a totalidade das relações materiais de vida.” Por isso, essa “[...] dialética entre forças produtivas e relações de produção, bem como entre base econômica e superestrutura ideológica e institucional, determina a sucessão dos modos de produção e das formações sociais.” Demonstrando que para Marx “[...] a sociedade burguesa é declarada forma transitória de organização social – a última forma antagônica.” (GORENDER, 1982, p.XI, grifo do autor).

4 Conclusão

Após os apontamentos sobre a “Crítica e reconhecimento à dialética hegeliana”, e considerando também a análise do método dialético de Marx a partir de seus elementos centrais ou princípios explicativos, conclui-se que não é possível nem necessário alcançar uma definição fechada e taxativa a respeito da dialética marxiana.

Primeiro, considerando que Marx não escreveu um tratado específico sobre dialética e que também em nenhum trecho de sua vasta obra elaborou um conceito pronto e acabado acerca do seu método. Segundo, haveria uma imensa contradição e autonegação dos seus elementos centrais, em especial, os princípios do movimento perpétuo e da historicidade – visto que as teorias devem ser analisadas sempre a partir de sua limitação histórica e também de seu caráter perecível.

Entretanto, é possível a tentativa de uma síntese-explicativa – considerada como ponto de partida e de chegada da dialética em Marx e também inserida em conjunto com os seus princípios explicativos já desenvolvidos.

Mais uma vez, em sua “Introdução” de 1903, pode ser encontrada essa síntese-explicativa em um trecho no qual o autor de *O Capital* desenvolve sua ideia acerca do concreto real:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem a reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso é que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo; enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de modo nenhum o processo da gênese do próprio concreto. (MARX, 1982a, p.14).

Para Marx, sua concepção do concreto real é fundamentada a partir da ideia de que “[...] o concreto pensado não é o concreto real caótico inicialmente captado pela intuição e pela representação.”, mas sim é “[...] a unidade do diverso, a sistematização de múltiplas abstrações unilaterais previamente refinadas e elaboradas a partir da intuição empírica.” Ou seja, “[...] o concreto-totalidade supera o abstrato unilateral, do qual parte de modo imediato (e não do empírico).” Diferentemente de Hegel – “[...] para o qual o concreto pensado é autocriação do conceito, de fora e por cima da intuição e da representação.” – seu discípulo “[...] insiste em que o ponto de partida do processo cognoscitivo está no concreto real.” E, por isso, esse concreto real “[...] constitui o objeto sobre o qual o pensamento exerce sua atividade criadora específica, que é a atividade teórica.” Sendo assim, “[...] o conhecimento percorre escalas necessárias do intuitivo empírico ao abstrato e deste ao concreto pensado, que retorna, enquanto totalidade de múltiplas determinações, ao concreto real.” (GORENDER, 1982, p.XII-XIII).

Por fim, cabe ressaltar novamente que nosso autor em questão recebe a dialética hegeliana do conhecimento e polemiza com seu mestre, “[...] quando enfoca o processo cognoscitivo do ponto de vista do materialismo.” Porém, essa polêmica transcende uma “mera inversão de sinais, da substituição sumária do idealismo pelo materialismo” e atinge “uma visão profundamente inovadora” (GORENDER, 1982, p.XII).

REFERÊNCIAS

DIALÉTICA. In: Ferreira, A. B. de H. **Novo Aurélio XXI**: o dicionário da língua portuguesa. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GORENDER, J. Introdução. In: MARX, K. **Para a crítica da economia política**; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p.VII-XXIII. (Os economistas).

HEGEL, G. W. F. **Princípios de filosofia do direito**. Lisboa: Guimarães Editores, 1959.

IANNI, O. **Dialética e capitalismo**: ensaio sobre o pensamento de Marx. Petrópolis: Vozes, 1982.

KONDER, L. **Em torno de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O que é dialética**. 28.ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Primeiros passos, 23).

LOWY, M. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 12.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, K. Introdução. In: _____. **Para a crítica da economia política**; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982a. p.3-21. (Os economistas).

_____. Prefácio. In: _____. **Para a crítica da economia política**; Salário, preço e lucro; o rendimento e suas fontes: a economia vulgar. São Paulo: Abril Cultural, 1982b. p.23-27. (Os economistas).

_____. Posfácio da segunda edição. In: _____. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. v.1. p.8-17.

A CULTURA DO POVO E PARA O POVO: DIREITO FUNDAMENTAL ERRADICADO

THE CULTURE OF PEOPLE AND FOR THE PEOPLE:
FUNDAMENTAL RIGHT ERADICATED

Talita NATARELLI

Mestranda em Ciências Sociais. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-Graduação em Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – tati_penariol@hotmail.com

RESUMO: O acesso à cultura constitui um direito fundamental de segunda geração, previsto no artigo 215 de nossa Constituição Federal. Sua inclusão na segunda geração dos direitos positivos implica em afirmar a necessidade de posicionamento ativo por parte do Estado para sua efetivação e universalização. Sempre que algo se antepõe ao sistema de valores da nacionalidade, surgem formas de arte engajadas para evitar seu perecimento. Todo cidadão precisa conhecer, consumir e acreditar em sua cultura, recebendo uma educação de qualidade, que respeite plenamente sua identidade cultural. A política cultural brasileira, mediante leis de incentivo fiscal, vem tentando sanar os graves óbices encontrados no acesso popular à cultura, sem alcançar êxito para conceder a cada um o que lhe é direito. O presente artigo visa examinar as bases de nossa legislação de incentivo à cultura, buscando entender a razão da maior parte da população encontrar-se afastada das manifestações artísticas produzidas.

PALAVRAS-CHAVE: Direito fundamental. Política cultural. Leis de incentivo fiscal.

ABSTRACT: *Access to culture is a fundamental right of second generation, under Article 215 of Brazilian Federal Constitution. Its inclusion in the second generation of positive rights implies the need to active stance by the state for its implementation and universalization. Whenever something come in contrariety to the value system of nationality, ways of art engaged emerge to prevent their extinction. Every citizen needs to know, consume and believe in his own culture, receiving an education of quality, that fully respect his cultural identity.*

Brazilian cultural policy, through tax incentive laws, is trying to remedy the serious obstacles encountered in popular access to culture, without achieving the necessary success to give each one what is rightfully theirs. This article aims to examine the foundations of our laws to encourage the culture in order to understand why we still have a large population away from artistic production.

KEYWORDS: *Fundamental right. Cultural policy. Tax incentive laws.*

1 Introdução

O acesso à cultura é um direito fundamental de segunda geração, previsto no art. 215 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2012), o que incita a prática de posturas positivas por parte do Estado em prol de sua efetivação e universalização.

Há uma falha no cerne de nossa nação que talvez nunca consiga ser reparada: a inacessibilidade à cultura. Visto com hipocrisia, do grego *hypokrisía*, que significa o desempenho de um papel, uma devoção fingida de bondade de idéias ou de opiniões apreciáveis, por todos os detentores do *status* de classe economicamente dominante no país, fechamos os olhos para tudo o que a cultura realmente representa e simulamos atitudes que parecem estar contribuindo para sua propagação quando na verdade, o que se está visando é meramente o lucro.

Investimentos privados e públicos vêm promovendo um aumento considerável na produção cultural, sobretudo no que diz respeito a cinematografia. À primeira vista parece que finalmente a cultura se encontra em seu lugar de direito: no centro da estratégia de desenvolvimento do país. Será? Isto vem sendo um benefício destinado a todos? Afinal, quão eficazes são nossas leis de incentivos?

No Brasil, a disseminação do conhecimento é extremamente tardia e limitada. Tardia, pois data de cerca de meio século os estudos pioneiros especificamente voltados para o setor cultural produzidos na Europa e nos EUA. Limitada, pois são ainda muito poucos os centros universitários que abrigam atividades de ensino e pesquisa orientados para tal. Estamos, pois, diante de um longo caminho a ser percorrido, tanto por instituições quanto por indivíduos, em prol de uma autêntica melhoria no convívio geral.

O dever que possui o Poder Público (federal, estadual e municipal) de intervir no setor cultural mediante políticas públicas, voltadas à difusão dos bens

da cultura, esbarra no fato de que, além de suscitar a produção cultural, o Estado deve olhar para o cidadão, foco principal de qualquer política pública voltada a garantir o direito de acesso aos bens culturais.

Vejam, qual o motivo de apesar de a cada ano mais e mais filmes serem realizados mediante apoio do Estado, de entidades setoriais e da iniciativa privada, a população, em geral, ainda não possui condições de vivenciar uma sessão em família sem comprometer o balanço semanal de suas finanças?

Em recente pesquisa realizada pelo Ministério da Cultura, em parceria com o IBGE, chegou-se ao alarmante resultado de que não chega a 20% o número dos brasileiros que estão hoje envolvidos em um processo de consumo e desenvolvimento cultural.

Sendo assim, não basta reconhecer que o povo faz cultura, é necessário, em um país democrático do século XXI, disponibilizar inteiramente cultura para todos, em todas as regiões do Brasil. Essa é uma responsabilidade inalienável do Estado para com o povo.

Nossa política de incentivos fiscais, infelizmente, sustenta o *status quo* de desigualdade da nação, posto que ao invés de beneficiar o consumo cultural, distancia o seu público, priorizando lucros e não a difusão e consequente conscientização da orbe. Esta, inclusive, é uma das razões da proposta de reforma à Lei Rouanet, cuja análise é um dos propósitos deste trabalho.

O Estado é um sistema complexo de alocação dos recursos provenientes de impostos naqueles que são os objetivos coletivos, e as leis de incentivo aprovadas aqui, entronizam o viés público de considerar, sempre, a cultura como produção, e não como consumo.

Partindo do crescimento gradativo da que se convencionou chamar Economia da Cultura, o presente artigo tem ainda como um de seus desígnios discorrer sobre os motivos de ainda nos encontrarmos em estado de ingente afastamento da promoção igualitária dos direitos culturais.

A cultura tem papel decisivo na formação de cidadãos plenos na capacidade de lidar com a complexidade de decisões que a vida contemporânea vem trazendo, mediante seu bombardeamento porfioso de informações; sem ela, e seus inerentes valores sociais, a democracia ou o Estado de Direito perdem sua finalidade e substancial importância.

À esse país que vos encanta e assombra pelos díspares fatores, só caberá a impavidez colossal quando, em seu próprio território, forem garantidos a todos,

integralmente, os direitos à educação e à cultura. Do contrário, como saberemos, enfim, tudo o que temos e somos capazes? Como suscitar nos indivíduos, grupos e classes a percepção de que são sujeitos sociais e políticos? Como tornar evidente que carências, privilégios, exclusões e opressão não são naturais nem impostas por Providência superior (divina)? Quando nos veremos, afinal, livres do eterno desastre colonizador?

2 Cultura e Constituição

Por ser indissociável da cultura a comunidade da qual essa provém, a Constituição de um Estado é, acima de tudo, um fenômeno cultural, que reflete a formação, as crenças, as atitudes mentais, a geografia e as condições econômicas de uma sociedade. Simultaneamente, imprime-lhe caráter, funciona como princípio de organização, dispõe sobre direitos e deveres de indivíduos e de grupos que rege os seus comportamentos, racionaliza as suas posições recíprocas e garante a vida coletiva como um todo (MIRANDA, 2006).

Historicamente, a cultura só passou a integrar textos constitucionais a partir do momento em que as Constituições abriram um título especial para a ordem econômica, social, educação e cultura, primeiro com a Constituição Mexicana de 1917 e segundo com a Constituição de Weimar em 1918. Esta última exerceu uma influência maior sobre as Cartas Políticas produzidas entre as duas Grandes Guerras Mundiais (SILVA, 2001).

No Brasil, foi somente com a Constituição de 1988 que a cultura efetivamente ascendeu-se ao patamar de ser tratada não somente como dever do Estado, mas como direito de todos os cidadãos.

Sendo assim, a cultura constitui objeto da Constituição tanto no sentido lato que acaba de ser deslindado, quanto nos sentidos menos latos e que são aqueles em que ordinariamente se fala. São nesses sentidos menos latos que se ligam o conceito de Constituição cultural e de direitos culturais: a) cultura como expressão da identidade de uma comunidade, de um povo; b) cultura como educação, ciência e cultura *stricto ou strictissimo sensu*; c) cultura como tudo quanto não recai na educação e na ciência ou, em termos positivos, como criação e fruição de bens de cultura (MIRANDA, 2006).

3 Leis de Incentivo Fiscal e Óbices ao Acesso Popular

Constitui objetivo fundamental de nossa República Federativa, nos termos do art. 3º da CF/88, reduzir as desigualdades sociais e regionais. Mas de fundamental este objetivo não tem nada.

A criatividade do artista brasileiro é inesgotável, mas nossa rica diversidade cultural e o consumo da produção cultural do país esbarram na exclusão sociocultural. Atente-se para esses indecorosos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística):

Apenas 13% dos brasileiros vão ao cinema uma vez por ano; 92% nunca visitaram um museu; só 17% compram livros; 78% nunca assistiram a um espetáculo de dança; 90% dos municípios brasileiros não possuem pelo menos um desses equipamentos: salas de cinema, teatro, museu ou espaços culturais multiuso; 600 municípios brasileiros não possuem qualquer tipo de biblioteca (405 deles ficam no Nordeste e apenas 2 no Sudeste); 1,8% livro per capita/ano é a média de leitura do brasileiro (contra 2,4 na Colômbia e 7 na França); 25 reais é o preço médio do livro de leitura corrente no país; 56,7% da população ocupada na área de cultura não têm carteira assinada. (BAHÉ, 2009).

A realidade é um suplício. Apenas por observar tais percentuais, pode-se dar por justificado o motivo desse trabalho: a política cultural brasileira vem se alicerçando em bases nocivas, o antagonismo entre a produção e o consumo deve ser notado de uma vez por todas para que seja sanada essa discrepância na partilha.

Como mudar esses números senão com uma política cultural que tenha no acesso uma meta fundamental?

Talvez o maior problema enfrentado para promover ações culturais seja o grande volume de dinheiro gasto em grandes espetáculos, para os quais poucos podem aceder, em oposição à imensa carência existente nas periferias e no interior onde a diversidade cultural acontece.

A cultura está por toda parte, sem restrições, e como disse Fernanda Montenegro, “[...] nós temos é que buscar a cultura no povo, dando condições para que ela brote.” (MONTENEGRO apud SANTOS, 2010).

Herdamos um modelo baseado principalmente na renúncia fiscal, que não se presta a política pública. Quando se associam a projetos culturais, as empresas buscam retorno de marketing e dão prioridade a artistas consagrados

e ao público formado por brasileiros de maior poder aquisitivo, principalmente nas regiões Sul e Sudeste.

O caso é que, seguindo o padrão da desigualdade que assola nossa nação, 3% dos proponentes de projetos recebem 50% dos recursos. Vivemos em um apartheid cultural, e se nada for feito, esses “generosos” e “aprazíveis” números crescerão em ingentes proporções. Afinal, isso incomoda?

Para constituirmos uma cultura real é preciso preliminarmente realizar uma transformação de natureza política. Diferentes grupos e classes sociais precisam fazer um esforço intenso para romper com estados mentais, modos de ver e de agir, valores consagrados e organizações institucionalizadas que mantêm um colonialismo invisível dentro de uma situação de dependência de extrema visibilidade (MOTA, 1978).

O incentivo fiscal, também denominado mecenato¹, possibilita benefícios para investidores que apoiam projetos culturais mediante doação ou patrocínio.

Em 2 de julho de 1986, procurando incentivar a produção cultural no país, foi aprovada a Lei nº 7.505, conhecida por Lei Sarney, que oferecia benefícios fiscais na área do imposto de renda, proporcionando um abatimento da renda bruta ou dedução de despesa operacional aos contribuintes que efetivassem doações, patrocínios ou investimentos a favor de pessoa jurídica de natureza cultural cadastrada no Ministério da Cultura. Para as pessoas físicas o abatimento em questão ocorreria da seguinte forma (Artigo 1º da Lei):

§ 1º Observado o limite máximo de 10% (dez por cento) da renda bruta, a pessoa física poderá abater: I – até 100% (cem por cento) do valor da doação; II – até 80% (oitenta por cento) do valor do patrocínio; III – até 50% (cinquenta por cento) do valor do investimento.

§ 2º O abatimento previsto no § 1º deste artigo não está sujeito ao limite de 50% (cinquenta por cento) da renda bruta previsto na legislação do imposto de renda. (BRASIL, 1986).

Quanto às pessoas jurídicas, o procedimento seria basicamente o mesmo (Artigo 1º):

§ 3º A pessoa jurídica poderá deduzir do imposto devido, valor equivalente à aplicação da alíquota cabível do imposto de renda, tendo como base de

¹ Deriva do nome de Caio Mecenaz (68 a.C. – 8 a.C.), um influente conselheiro de Otávio Augusto, que formou um círculo de intelectuais e poetas, sustentando sua produção artística. Esse tipo de inventivo à arte tornou-se prática comum no período renascentista, que buscava inspiração na Antiguidade grega e romana, e vivenciava um momento de pujança econômica com o surgimento da burguesia. (Fonte: Wikipédia, a enciclopédia livre).

cálculo: I – até 100% (cem por cento) do valor das doações; II – até 80% (oitenta por cento) do valor do patrocínio; III – até 50% (cinquenta por cento) do valor do investimento.

§ 4º Na hipótese do parágrafo anterior, observado o limite máximo de 2% (dois por cento) do imposto devido, as deduções previstas não estão sujeitas a outros limites estabelecidos na legislação do imposto de renda. (BRASIL, 1986).

Observando o limite de 50% (cinquenta por cento) de dedutibilidade do imposto devido, a pessoa jurídica que não se utilizasse, no decorrer de seu período-base, dos benefícios concedidos por esta lei, poderia optar pela dedução de até 5% (cinco por cento) do imposto devido para destinação ao Fundo de Promoção Cultural, gerido pelo Ministério da Cultura.

Foi com a Lei Sarney que tivemos a ligação entre setor privado e setor cultural, assunto que vem gerando discussões acirradas até hoje, por deixar na mão de empresas o financiamento de políticas culturais, transferindo parte da responsabilidade Estatal para a lógica do mercado.

No ano de 1991 a proposta de lei do então Ministro da Cultura, Sérgio Paulo Rouanet, é aprovada. Tal lei, conhecida por Lei Rouanet (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991), possuía como um dos principais pontos o estabelecimento do Programa Nacional de Apoio a Cultura (PRONAC).

A Lei Rouanet acabou por se tornar ineficaz, não conseguindo romper com o lastro constituído pela Lei Sarney (dependência do setor privado e sistema de abatimento do imposto de renda), primeiramente porque os recursos provindos do FNC são bastante escassos para atender a uma demanda mínima para implementação das políticas públicas culturais no país, sobrecarregando o Mecenato. E em segundo lugar, porque embora o Mecenato permita que os projetos culturais sejam apoiados por meio da renúncia fiscal, as empresas não o concebem dessa forma, e acabam por apoiar somente projetos que lhe interessem, que lhe dêem retorno de imagem.

Veja, a empresa que se beneficia da Lei Rouanet não está interessada em novas experiências artísticas, promovidas por um novo Glauber Rocha², ou por inventores de linguagens. Afinal, não possui o desejo de que sua imagem seja vinculada a experiências culturais ainda não compreendidas pelo grande público.

² Cineasta, ator e escritor brasileiro, nascido em Vitória da Conquista, no sudoeste da Bahia.

Outras Leis de Incentivo foram sendo elaboradas nas três esferas públicas, merecendo destaque as seguintes:

a) Lei do Audiovisual (Lei Federal nº 8685/93) – Permite desconto fiscal para quem comprar cotas de filmes em produção. O limite de desconto sobre o imposto de renda é de 3% para pessoas jurídicas e de 5% para pessoas físicas;

b) Lei de Incentivo à Cultura (LINC – Lei Estadual nº 8819/94) – Cria o programa estadual de incentivo à cultura e institui o Conselho de Desenvolvimento Cultural, responsável pela análise de projetos;

c) Lei Mendonça (Lei Municipal nº 10923/04) – Permite que o contribuinte do IPRJ e ISS abata até 70% do valor do patrocínio desses impostos.

Como a utilização do mecanismo proposto pela Lei Rouanet não obteve o exato êxito em democratizar a contento o acesso à produção e à fruição cultural por parte da população brasileira, tramita hoje no Congresso uma proposta de reformulação – Projeto de Lei n. 6722/2010 – que entrou na pauta após o recesso parlamentar, em fevereiro de 2010.

A bem da verdade, a Lei Rouanet tornou-se a salvação da cultura nacional em tempos muito complicados e ajudou a desenvolver inúmeros empreendedores culturais. Todavia, por falta quem sabe de uma gestão hábil ou de vontade política, dois de seus mecanismos – FNC e Ficart – nunca funcionaram da forma como deveriam, transformando o Mecenato no único meio válido de financiamento à cultura, o que não justifica, nesta reforma proposta, decretar o fim de todos os benefícios já conquistados.

Amparado por campanha publicitária milionária e com alto grau de manipulação ideológica, o Projeto em questão não sana qualquer dos itens questionados e exigidos pela sociedade, como por exemplo, a garantia de uma distribuição eficaz dos recursos públicos para as mãos do que precisam.

Precisa-se de mudança sim. Há sete anos se espera por isso. Mas, lamentavelmente, não acredito que será com o Procultura – a “menina dos olhos” do Projeto – e seu “poder miraculoso” que conseguiremos. Somente com estudos e pesquisas precisas, obteremos tal sucesso, afinal, tem-se que alterar um quadro de anos de falimento. O Brasil do século XXI exige um despertar para a importância da cultura, sendo que o próprio Papa João Paulo II disse que: “A cultura não deve sofrer nenhuma coerção por parte do poder, político ou econômico, mas ser ajudada por um e por outro em todas as formas de iniciativa pública e privada conforme o verdadeiro humanismo, a tradição e o espírito

autêntico de cada povo.” Portanto, é na valorização da diversidade e no acesso a ela como direito de todos, que poderemos formar uma geração de cidadãos culturalmente ricos e plenos. Só assim fortaleceremos nossa jovem democracia.

4 O Papel do Estado

O artigo 23, inciso V, da CF/88 (BRASIL, 2012), dispõe ser competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, proporcionar meios de acesso à cultura. Conforme a socióloga Anita Simis (2007), no Estado democrático, o papel estatal no âmbito da cultura não é produzir cultura, dizer o que ela deve ser, dirigi-la, conduzi-la, mas sim formular políticas públicas de cultura que a tornem acessível, divulgando-a, fomentando-a, e criando também meios de produzi-la, pois a democracia pressupõe que o cidadão possa expressar sua visão de mundo em todos os sentidos, afinal:

A cultura é uma das formas de libertação do homem. Por isso, perante a política, a cultura deve sempre ter a possibilidade de funcionar como antipoder. E se é evidente que o Estado deve à cultura o apoio que deve à identidade de um povo, esse apoio deve ser equacionado de forma a defender a autonomia e a liberdade da cultura para que nunca a ação do Estado se transforme em dirigismo. (ANDRESEN, 2011).

O Estado possui papel determinante no financiamento direto das atividades artísticas e culturais, devendo regular o mercado e sanar desigualdades econômicas e sociais, quer de estados da federação, quer de minorias étnicas e culturais.

Os incentivos fiscais, introduzidos em nosso ordenamento jurídico através de normas que têm por finalidade estimular ou incentivar os contribuintes a fazerem algo que a ordem jurídica considera conveniente, visando atingir um interesse público (ARAÚJO, 2003), vêm sendo utilizados de forma crescente para dinamizar a produção cultural.

O Estado, através desses incentivos, dirige a iniciativa privada para empreendimentos que julga prioritário, em áreas ou setores menos atraentes não fosse o estímulo de menores encargos tributários. O artigo 151, inciso I da Constituição Federal traz a seguinte disposição:

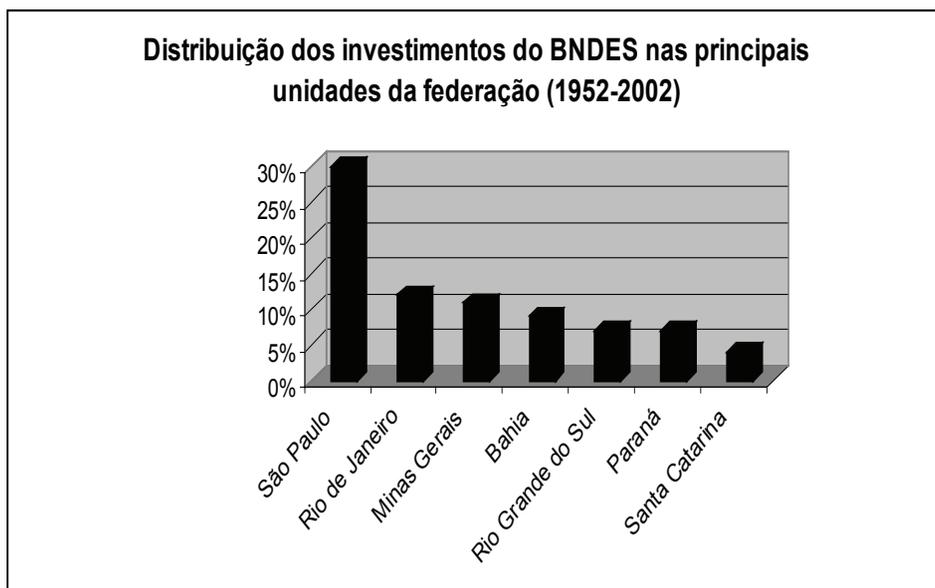
Art. 151. É vedado à União: I – instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em

relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, *admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País.* (BRASIL, 2012, p.94, grifo nosso).

Convenhamos que a desigualdade entre as regiões é fulgente, e pertence ao Estado o dever de equilibrar tal discrepância. Em 2009, 80% dos recursos destinados à cultura foram captados apenas por uma das cinco regiões do país. Segundo dados do Ministério da Cultura, ficaram para a região Sudeste um total de 79,11%, enquanto 9,69% ficaram para a região Sul, 6,91% para a região Nordeste, 3,84% para a região Centro-Oeste e apenas 0,45% para toda a região Norte (BRASIL, 2010).

Para se ter idéia da concentração que ocorre em nosso país, em pesquisa realizada entre o período de 1952 à 2002, o BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento – um dos principais agentes financiadores da economia brasileira, investiu 30% de seus recursos em São Paulo, enquanto que em Santa Catarina não chegou a 5%:

Gráfico 1 – Distribuição dos investimentos do BNDES nas principais unidade da federação (1952-2002).



Fonte: Relatórios de atividades do BNDES (1952 – 2002).

Nossa Magna Carta apresenta especificamente o papel estatal no âmbito cultural em seu art. 215. Segundo este dispositivo o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais, protegendo, inclusive, as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

Complementado pela Emenda Constitucional nº 48 de 2005, o artigo supracitado, em seu § 3º e respectivos incisos, passou a ter a seguinte redação:

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II produção, promoção e difusão de bens culturais; III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV democratização do acesso aos bens de cultura; V valorização da diversidade étnica e regional. (BRASIL, 2005).

Para garantir o pleno exercício dos direitos culturais, bem como a inclusão social, o Estado deve envolver todos os atores interessados na construção e implementação das políticas de cultura, afinal o primeiro ponto que se considerar na formulação de uma política nacional de cultura é a definição clara do papel do Estado.

Neste mundo ainda marcado por injustiças e desigualdades, está provado que a cultura enobrece as relações sociais e reduz os focos de tensão e violência, elevando a autoestima e o sentido de pertencimento do indivíduo. Ela liga as pessoas, estimula as trocas, aproxima, identifica, enfim, valoriza aquilo que o ser humano tem de melhor. Faz com que a gente seja mais e queira sempre ir além, experimentando novas possibilidades.

Sem dirigismos e sem interferência no processo criativo, ao Estado compete assumir plenamente seu papel no planejamento e fomento das atividades culturais, na preservação e valorização do patrimônio cultural material e imaterial do país e no estabelecimento de marcos regulatórios para a recente economia da cultura, sempre levando em conta o interesse público e o respeito à diversidade cultural, oportunizando a todos o acesso à cultura que lhes é direito.

5 Para Não Perecer a Nacionalidade

A poesia existe nos fatos. Os casebres de açafião e de ocre nos verdes da favela, sob o azul cabralino, são fatos estéticos. O Carnaval no Rio é o acontecimento religioso da raça pau-Brasil. Wagner submerge ante os cordões de Botafogo. Bárbaro e nosso. A formação étnica rica. Riqueza vegetal. O minério. A cozinha. O vatapá, o ouro e a dança. Toda a História bandeirante e a História comercial do Brasil. O lado doutor, o lado citações, o lado autores conhecidos. Comovente. Rui Barbosa: uma cartola na Senagâmbia. Tudo revertendo em riqueza. A riqueza dos bailes e das frases. Negras de jóquei. Odaliscas no Catumbi. Falar difícil [...].

Oswald de Andrade (2001, p.41).

Neste mundo globalizado, parece comprovar-se o ditado outrora atribuído ao liberalismo: “*Fiat quaestus, et pereat mundus!*”, “haja lucro, e pereça o mundo!”. Havia, na época, a suposição tranquila de que o mundo nunca iria perecer, e o lucro poderia aumentar ao infinito. Porém, crescem gradativamente os temores de que o mundo pode sim perecer pelo desvario do sistema econômico. Todavia, mesmo perante esse caos, temos uma luz: a luz radiante que emana da cultura. Ainda hoje se vê que certos modos de criar, fazer e viver se erguem da fumaça globalizada com mais força.

Constatou José Afonso da Silva, a verdadeira missão político-revolucionária da cultura:

A cultura não é neutra, especialmente não o são as formas de criar, fazer e viver. Sempre que algo se antepõe ao sistema de valores da nacionalidade surgem as formas de arte engajada, tais como poemas de Castro Alves, os poemas e canções de Vinícius de Moraes, as crônicas e poesias finamente críticas de um Carlos Drummond de Andrade, as canções de um Chico Buarque de Holanda (“Apesar de você...”), de Geraldo Vandré (“Prepare o seu coração...”; “Caminhando...”), o reggae; o teatro de um Gianfrancesco Guarnieri (“A semente...”); as fotografias de um Salgado (“Terra”, “Êxodos”) ou de um Marcus Prado (“Os carvoeiros”). (SILVA, 2001, p.121).

A cultura jamais deixará perecer a nacionalidade, devendo, por esse motivo, ser cultivada. Quanto mais oportunidades forem dadas ao povo, ou

melhor, quanto mais o Estado cumpra com o seu dever de dar ao povo o que lhe é direito, mais manifestações e enriquecimento ocorrerão em nossa nação.

Mas, é confortante poder acreditar que mesmo que tentem destruir e relegar o que já está inclusive garantido por nossa Magna Carta, formas diferenciadas de manifestações culturais poderão ser criadas por mentes brilhantes que habitam essas terras verdejantes para reerguer o que a ignorância tenta a todo custo mitigar.

6 Considerações Finais

Os dezoito anos da Lei Rouanet culminaram por provocar distorções na repartição dos auxílios destinados à promoção do setor cultural. Nessa toada, a diversidade brasileira clama por uma partilha equitativa em todas as áreas e segmentos, e, sobretudo, em todas as regiões, pois cada uma delas completa nosso panorama rico de expressões. Afinal, a demanda de acesso existe em todo lugar. O pleno exercício dos direitos culturais só poderá existir com a ação positiva do Estado, no sentido de apoiar e incentivar as manifestações culturais. As leis de incentivo, especificamente a Lei 8.313/91 (BRASIL, 1991), incrementaram a produção de bens culturais no Brasil, focando, entretanto, na produção e não na distribuição dos recursos e dos bens ora produzidos – fato muito marcante inclusive no que concerne à nossa cinematografia.

A cultura não deve reverter-se em apenas uma economia estratégica no mundo, precisando tanto do investimento público quanto do privado para conseguir exercer o seu papel social. O Poder Público não pode se escusar do fato de que ainda possui um papel central nessa conjuntura.

A cultura deve ser compreendida dentro de um ambiente que a tome como parte indispensável da vida, referente não só ao grupo populacional que a legitima, mas de toda a coletividade. Só assim o nacional será valorizado. Só assim o nacional renascerá sempre que tentarem dizimá-lo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, O. de. **A utopia antropofágica**. 3.ed. São Paulo: Globo, 2001.

ANDRESEN, S. de M. B. **A cultura e a libertação**. 2011. Disponível em: <<http://amigosdofreud.blogspot.com/2008/02/cultura-e-libertao.html>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

ARAÚJO, A. C. M. dos S. **Drawback e o comércio exterior**: visão jurídica e operacional. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

BAHÉ, M. **O Brasil e sua vergonhosa exclusão cultural**. 2009. Disponível em: <<http://acertodecontas.blog.br/cultura/o-brasil-e-sua-vergonhosa-exclusao-cultural/>>. Acesso em: 21 mar. 2010.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Nova lei da cultura**. 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2010/01/projeto-15-28jan10-web.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura. Emenda constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 ago. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc48.htm>. Acesso em: 27 mar. 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/1992 a 68/2011 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/1994. 27.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313compilada.htm>. Acesso em 27 mar. 2010.

BRASIL. Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. **Diário Oficial da União**: República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 02 jul. 1986. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7505.htm>. Acesso em: 27 mar. 2010.

MIRANDA, J. **Notas sobre cultura, constituição e direitos culturais**. 2006. Disponível em: <<http://www.fd.ul.pt/Portals/0/Docs/Institutos/ICJ/LusCommune/MirandaJorge.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2010.

MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira (1933:1974)**: pontos de partida para uma revisão histórica. 4.ed. São Paulo: Ática, 1978.

SANTOS, K. M. **A importância do diferente ao crescimento pessoal**. 2010. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/banco/a-importancia-do-diferente-ao-crescimento-pessoal>>. Acesso em: 14 maio 2012.

SILVA, J. A. da. **Ordenação constitucional da cultural**. São Paulo: Malheiros, 2001.

SIMIS, A. A política cultural como política pública. In: ENECULT: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 3., 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2007. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AnitaSimis.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2010.

POR QUE CORONELISMO, ENXADA E VOTO AINDA É UM CLÁSSICO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

WHY CORONELISMO, ENXADA E VOTO STILL IS
A CLASSIC OF SOCIAL SCIENCES

Larissa Rodrigues Vaccari de ARRUDA

Bolsista. FAPESP. Mestranda em Ciência Política. UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas. Pós-Graduação em Ciência Política. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 – larissa.vaccari@hotmail.com

RESUMO: Esse artigo revisita a contribuição de Victor Nunes Leal em *Coronelismo, enxada e voto* para as Ciências Sociais. Perpassa as críticas que a obra despertou, destacando as acirradas discussões que chegaram até a questionar a existência do coronelismo, ressaltando também a interpretação que foi dada ao questionamento da tese de Leal.

PALAVRAS-CHAVE: Coronelismo. Críticas. Discussões. Leal.

ABSTRACT: *This article revisits the contribution of Victor Nunes Leal in Coronelismo, Enxada e Voto for the Social Sciences. Permeates the criticism what the work aroused, highlighting the heated discussions that have even questioned the existence of the Coronelismo, stressing also the interpretation that was given to questioning the thesis Leal.*

KEYWORDS: *Coronelism. Criticism. Discussions. Leal.*

1 Introdução

Em 1949 Victor Nunes Leal publicou a primeira edição de *Coronelismo, enxada e voto* (1975). Originalmente foi escrita como tese para concorrer à

cadeira de Ciência Política, na antiga Faculdade do Distrito Federal incorporada a Universidade do Brasil.

A tese intitulada “O município e o regime representativo no Brasil- Contribuições ao Estudo do Coronelismo” logo após a publicação já era reconhecida como clássico por vários intelectuais, contudo não deixou de receber acirradas críticas, chegando até ao questionamento da existência do coronelismo no Brasil. Através desses debates a temática sobre o coronelismo foi amplamente aprofundado por vários autores.

Esse artigo objetiva ressaltar a importância do autor para as Ciências Sociais e recuperar o debate que questionou a existência do coronelismo e como ele foi solucionado no Pensamento Social Brasileiro.

Para isso será feita uma análise comparativa utilizando o pensamento dos seguintes autores: Cammarck (1979), Queiroz (1976, 2006) e Carvalho (1980, 1997).

A próxima seção irá discorrer sobre a importância da obra para as Ciências Sociais Brasileiras, sua originalidade e inovação. Em seguida será retomado o conceito de Leal, para então adentrar no terreno das principais críticas, como as de Cammack e Queiroz. Retomo a defesa feita por Carvalho a existência do compromisso coronelista.

2 Importância da Obra

Coronelismo, enxada e voto inaugura uma nova forma de realizar estudos sobre o Brasil. O livro tem como mérito ser um dos primeiros estudos científicos realizados no país.

Segundo Otto Lara Resende (apud FAVETTI, 2012):

O livro obteve grande sucesso e repercussão nos meios universitários, sobretudo nos cursos de ciências sociais, por marcar um divisor de águas. Até a década de 30 os estudos de política eram de autoria de autodidatas, alguns bastante importantes como, entre outros, Tavares Bastos, Alberto Torres e Oliveira Viana, mas que ressentiam da falta de uma cultura sistemática e do convívio universitário com a literatura especializada.

O livro é incluído nas obras escolhidas por Nelson Werneck Sodré em *O que se deve ler para conhecer o Brasil*.

No prefácio da versão inglesa, publicada pela Cambridge University Press, o professor Malcom acentua que a obra “[...] representa um marco divisório dos estudos de ciência política no Brasil, constituindo o início da fase universitária desses estudos.” (FAVETTI, 2012).

José Murilo de Carvalho caracteriza *Coronelismo, enxada e voto* como a “[...] primeira obra importante da moderna sociologia política brasileira.” (CARVALHO, 1980, p.6), não por sua temática que é estudada desde o Império e passa por uma redefinição após o conturbado período da Primeira República.

A desilusão com a incapacidade de implantação da Democracia durante a República Velha faz com que os pensadores busquem outras explicações que não fosse centralismo monárquico e a escravidão. Carvalho cita alguns desses que se detiveram com o problema, começando com Alberto Torres, e Virgílio Santa Rosa, Gilberto Amado, Oliveira Viana, Nestor Duarte. Mesmo divergindo esses autores preocuparam-se em “[...] como conciliar com as realidades do país o ideal de uma sociedade politicamente organizada, de uma cidadania ativa e de um governo representativo.” (CARVALHO, 1980, p.7).

Para Carvalho o livro inova na abordagem e metodologia. Em primeiro lugar Leal quebra o estilo dicotômico presente na maioria das interpretações sobre o país, tais como as polaridades “[...] do tipo feudal versus capitalista, litoral versus sertão, urbano versus rural, país real versus país legal, Casa-Grande versus Estado, eleição versus representação e, particularmente, ordem privada versus ordem pública.” (CARVALHO, 1980, p.7).

A última polaridade domina a obra de Nestor Duarte (1997), *A ordem privada e a organização política nacional* (1939). Carvalho aponta que o trabalho de Duarte contrasta com *Coronelismo, enxada e voto*. Enquanto Duarte as vê de forma polarizada Leal:

[...] as veria antes como lados de uma mesma moeda, irredutíveis mas convivendo num arranjo que chamaria de compromisso, antecipando-se a várias análises recentes produzidas em torno da idéia do Estado de compromisso. As tensões entre latifúndio e Estado, entre o coronel e governo estadual, entre ordem pública e a ordem privada, apareceriam em seu livro numa relação de complementaridade em que os dois lados se afetavam mutuamente e mesmo se reforçam. (CARVALHO, 1980, p.7).

André Botelho (2007) também acredita que o livro renova a perspectiva apresentando uma nova forma de encarar o poder público e o privado, não mais como duas esferas irreconciliáveis.

Outra inovação da obra é a integração entre teoria e pesquisa. Se comparado com Gilberto Freyre que “[...] predominava ainda o tipo ensaístico de trabalho intelectual, freqüentemente brilhante mas falho na produção de evidências científicas.” (CARVALHO, 1980, p.8). A demonstração no caso de Freyre vinha de dedução lógica ou argumento de autoridade.

Victor Nunes iria antes buscar no estudo cuidadoso e pormenorizado do município, de sua economia, de sua estrutura social, de seu governo, as bases para as generalizações sobre o sistema político nacional. (CARVALHO, 1980, p.8).

Assim, *Coronelismo, enxada e voto* é considerado de importância fundamental para compreensão do país.

3 O Coronelismo

O Coronelismo é um compromisso entre o poder público fortalecido e o poder privado decadente. No Brasil a configuração histórica entre as duas esferas assume peculiaridades, sendo a principal característica o baralhamento, a falta de nítidos contornos entre o poder público e o poder privado.

O poder privado no começo da Colonização era quase único, esse poder da família patriarcal se expressava nas rebeldias das Câmaras Municipais. Porém, a chegada da Corte, a Independência e constitucionalização do país contribuíram para “redução progressiva do poder privado”. Ocorre que no decorrer do século XIX opera-se, então, “um trabalho perseverante de consolidação” do poder público (LEAL, 1975, p.72).

Embora, gradualmente se fortalecendo o poder público não era independente. O poder privado estava decadente, “[...] em consequência de crises econômicas e da agricultura predatória do café.” (LEAL, 1975, p.27), já não podia confrontar com a esfera pública como fazia na Colônia, pelo contrário, passa dela necessitar para manter o seu poder.

Então, ambos unem-se, visto que não podiam seguir sozinhos. “O simples fato do compromisso presume certo grau de fraqueza de ambos os lados.” (LEAL, 1975, p.252).

O poder público legitima o poder privado outorgando aos mandões da terra poder institucional. “[...] quando... são boas as relações entre o seu poder privado (coronel) e o poder instituído, pode o “coronel” desempenhar, indisputadamente, uma larga parcela de autoridade pública.” (LEAL, 1975, p.42-43)

Coronelismo é, assim, uma tentativa do poder privado sobreviver a um regime de base representativa. O Coronelismo:

[...] não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado tem conseguido coexistir com o regime político de extensa base representativa. (LEAL, 1975, p.20).

O Coronelismo é uma “forma de incursão do poder privado no domínio político” (LEAL, 1975, p.251), não é só uma sobrevivência do poder privado, é também isso, assim como uma forma peculiar, uma adaptação para coexistir com o regime representativo.

O poder público alimenta e legitima o poder privado em decorrência do regime representativo, sendo um fenômeno típico do regime representativo. Os dois unem-se, de modo que o Coronelismo é um:

[...] sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os “coronéis”, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre da graças e o poder da desgraça. (LEAL, 1975, p.43).

Leal aponta características secundárias do Coronelismo: o mandonismo, filhotismo, falseamento do voto e desorganização dos serviços públicos. O mandonismo se manifesta na perseguição aos adversários, o filhotismo se caracteriza na concessão de favores aos amigos, colocando-os em empregos públicos, o que gera a desorganização na administração já que os funcionários não são pessoas qualificadas, são apenas os afilhados do coronel.

Tanto o Filhotismo como o Mandonismo são as faces de uma mesma moeda, expressa na frase “[...] para os amigos pão, para os inimigos pau.” (LEAL, 1975, p.39) O que elucida o caráter pessoalista descrito por Sérgio

Buarque de Holanda (2009) do homem cordial. As ações do coronel, como as do homem cordial, tanto boas quanto ruins, são baseadas na emoção.

Para Leal existe uma mistificação do regime representativo, dada a postura governista do município. O governismo é uma postura coercitiva desse sistema tanto para com o cidadão como para com o município, somente aquele que apóia o governo recebe benefícios, caso não o faça deixa de receber seus direitos, e até sofre perseguições. Por exemplo, dada a pouca receita do estado para suprir a real necessidade dos municípios, o político estadual escolhe o município que receberá verbas públicas segundo sua filiação partidária. “O critério mais lógico, sobretudo por suas consequências eleitorais, é dar preferência aos municípios cujos governos estão nas mãos dos amigos.” (LEAL, 1975, p.45).

Por essa razão para o autor há uma mistificação do regime representativo, pois mesmo que as eleições sejam honestas o eleitor sabe quem é o candidato que pode trazer melhorias para o município, ou seja, somente o candidato governista. Mesmo que o candidato oposicionista seja eleito ele não assumiria, pois existia a Comissão de Verificação de Poderes para impedi-lo. Não há um ambiente em que a oposição possa concorrer em igual situação, o que constringe a um só posicionamento possível, um só caminho para política, o governismo.

Nesse quadro, as pessoas disputam para apoiar o governo. “[...] não se batem para derrotar o governo no território do município, a fim de fortalecer a posição de um partido estadual ou nacional não- governista: batem-se para disputar, entre si, o privilégio de apoiar o governo e nele se amparar.” (LEAL, 1975, p.49).

O maior mal que pode acontecer a um chefe político é ser oposicionista. Contudo não significa que eles não tenham existido, mas ter o “cofre das desgraças” aberto sobre si não era uma posição confortável.

O governo federal tinha como ideal obter mais votos com o mínimo de esforço, para isso apoiava a situação majoritária no estado. Em troca o político estadual dava apoio ao candidato governista federal. O mesmo ocorria na esfera estadual e municipal. Então, a essência do compromisso Coronelista se dava:

[...] da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta-branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar. (LEAL, 1975, p.50).

Rompendo com as dicotomias anteriores que viam a esfera pública e a privada separadas, sem nenhuma ligação, Leal afirma que o governo precisa do coronel; e o coronel precisa do poder público. Portanto, público e privado tem um compromisso que os unem. O governo estadual precisa dos votos controlados pelo coronel.

O coronel, não é mais o mandão político da Colônia que exigia e conseguia o que queria da Coroa, ele está fraco, precisa do aparato público para exercer seu poder no município. Assim, apoiando o governo estadual recebe em troca o controle os cargos públicos para distribuir suas graças e obter prestígio, persegue seus adversários utilizando a polícia, exerce ampla jurisdição sobre seus dependentes.

No município o coronel era livre para agir como queria, sabia que podia contar com apoio ou omissão do governo estadual. “O chefe local pode praticar o bem ou mal, com ação ou omissão do estado.” (LEAL, 1975, p.47).

Sua situação econômica de dono de terras é a base de seu poder político, em um cenário onde o poder é encarnado no coronel e o município mais parece um território privado. “A força eleitoral (do coronel) empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e social de dono de terras.” (LEAL, 1975, p.23). O problema não é de ordem pessoal está ligado a estrutura econômica e social, que prendem o roceiro ao grande senhor de terras.

Sobre o comportamento dos dependentes do coronel Leal (1975, p.25) afirma “O lógico é que presenciamos: no plano político ele luta com o coronel e pelo coronel. Aí estão os votos de cabresto, que resultam, em grande parte, da nossa organização rural.”

A estrutura econômica e social inadequada produziu um eleitorado incapaz, segundo o autor, unindo os governantes e os condutores desse eleitorado. Somados ao regime federativo que deu imensos poderes aos estados.

O Coronelismo atua no município que, a até a escrita do livro, estava impregnado do elemento rural. Sua base de sustentação é a estrutura agrária, o Coronelismo só se modifica alterando a estrutura agrária. A vitalidade do Coronelismo é “[...] inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como comércio e indústria.” (LEAL, 1975, p.251).

Leal aponta uma relação entre a histórica falta de autonomia do município e a extensa autonomia extralegal do coronel.

[...] com a autonomia legal cerceada por diversas formas, o exercício de uma autonomia extralegal fica dependendo inteiramente das concessões do governo estadual. Já não será um direito da maioria do eleitorado, será uma dádiva do poder. (LEAL, 1975, p.51).

O coronel sacrifica a autonomia municipal para sobreviver. Na medida em que legalmente o município pode agir por quadros restritos o coronel tem amplo poder para agir. O município não tem verba para assistir a população rural, quem o faz é o coronel. As “bondades do coronel” são encaradas como favor, assim como existe o dever de retribuir. Ou seja, ao invés do atendimento das necessidades da população constituir um direito de fato, ela é uma dádiva do coronel que tudo provê. Contudo, ao menos alguém o auxilia sobreviver a sua miserável existência!

Sendo, por conseguinte, difícil que as pessoas acostumadas a tal ordem pessoal e concreta reconheçam um poder que não é personificado, ou consigam enxergar uma ordem pública, pois suas vidas são mediadas pela esfera privada. Deste modo é compreensível que algo tão abstrato e longínquo como o voto, ou a esfera pública, seja “[...] totalmente alheio a sua existência.” (LEAL, 1975, p.36).

4 Discussões

A temática é renovada com as pesquisas da socióloga paulista Maria Isaura Pereira de Queiroz, segundo a mesma:

O coronelismo se integra, pois, com um aspecto específico e datado dentro de um conjunto formado pelos chefes que compõem o mandonismo local brasileiro –, datado porque, embora aparecendo a apelação de coronel desde a segunda metade do Império, *é na Primeira República que o coronelismo atinge sua plena expansão e a plenitude de suas características. O coronelismo é, então, a forma assumida do mandonismo local a partir da proclamação da República;* o mandonismo teve várias formas desde a Colônia, e assim se apresenta como o conceito mais amplo em relação aos tipos de poder político-econômico que historicamente marcam o Brasil. (QUEIROZ, 2006, p.177-178, grifo nosso).

O Coronelismo tem seu auge na República Velha, mas alguns de seus elementos já apareciam no Império, como também escreveu Leal. A autora afirma, ainda, que o mandonismo sempre existiu, e o Coronelismo é o momento que o mandonismo toma o poder no regime republicano.

A Constituição de 1891 permitia a todo brasileiro (ou brasileiro naturalizado) alfabetizado votar. A mudança no alistamento eleitoral ampliou o poder dos mandões locais, visto que mudara o regime e não a estrutura econômica e política que trazia também os coronéis.

O aspecto político do coronel é o que mais chama atenção, no entanto a autora afirma que prender-se apenas a esse aspecto é “mutilar um todo complexo”. Dessa forma, não só analisa as bases políticas do Coronelismo, como também os fundamentos socioeconômicos.

Maria Isaura argumentava que o mandonismo encontra meios para assegurar seus interesses ao se apoiar na *parentela*, sua *dimensão sociológica*, e não exclusivamente na propriedade fundiária, sua dimensão socioeconômica. (BÔAS, 2009, p.288, grifo nosso).

A origem da estrutura coronelística se dá nas parentelas. Um coronel era também chefe de uma parentela. Uma das críticas a Leal é essa falta da base sociológica em sua obra, Queiroz também o acusa de considerar o roceiro irracional politicamente.

Queiroz acredita que a política brasileira é racional e cabe à sociologia mostrá-la. Opondo-se ao pressuposto que a política brasileira era irracional ela posiciona-se contrariamente ao voto-de-cabresto.

Em suas pesquisas, chegara à conclusão que nem todo o voto de indivíduos pertencentes a camadas populares era de cabresto, polemizando com colegas para quem esse tipo de voto, nas regiões rurais, sujeitas à dominação de proprietários de latifúndios, era fato incontestável e um grave obstáculo à implementação do regime democrático no país, como Victor Nunes Leal em *Coronelismo, enxada e voto* (1949). (BÔAS, 2009, p.287).

O voto de cabresto é considerado por Leal um falseamento do voto, que é controlado pelo coronel, algo em que o roceiro não vê interesse direto e é indiferente. Os coronéis “[...] conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burro.” (LEAL, 1975, p.43).

A autora advoga que havia a possibilidade do voto ser considerado como posse, o que ocorria devido aos vários graus hierárquicos existentes entre os coronéis. Embora exista a possibilidade de trocar o voto por algo, Queiroz não

esquece que dada à assimétrica entre coronel e eleitor era recorrente tanto a barganha quanto a violência. Como Leal já afirmara “[...] a regra é o recurso simultâneo ao favor e o porrete.” (LEAL, 1975, p.47).

Queiroz não nega que houve voto de cabresto, mas que ele era algo irracional.

Votar num candidato indicado por um coronel não é aceitar pacificamente a vontade deste; é dar conscientemente um voto a um chefe poderoso, de quem já se obteve algo, ou se almeja obter algo. O voto é, pois, consciente, mas orientado de maneira diversa do que o voto de um cidadão de sociedade diferenciada e complexa; no primeiro caso, o voto é um bem de troca; no segundo caso, o voto é afirmação pessoal de uma opinião. (QUEIROZ, 2006, p.182).

Embora, Leal por vezes afirme que seria lógico e natural a atitude do homem do campo de votar com seu coronel, ele afirma que no mundo rural diferente do urbano “[...] não passaria pela cabeça de ninguém dar posição de chefia ao trabalhador assalariado *incapaz* de governar o seu voto.” (LEAL, 1975, p.22-23, grifo nosso). Ressaltando o comportamento das pessoas descrentes com a democracia mais não hesitam em se beneficiar do sistema coronelista Leal afirma que “[...] esse ceticismo perdura até o momento em que o interessado, concorrendo a nova eleição do lado governista, se possa beneficiar dos *votos inconscientes* do coronel.” (LEAL, 1975, p.37, grifo nosso).

Carvalho (1997) concorda com Queiroz ao afirmar que o Coronelismo é um momento que o Mandonismo local assume o poder durante a República Velha. Sendo o ápice desse sistema datado historicamente na República Velha, já o Mandonismo sempre existiu, conforme também relata Freyre (1963).

Dentre os vários autores que Carvalho (1997) analisa destaque Paul Cammarck por sua oposição a tese de Leal.

Sustentarei que sua discussão do papel desempenhado pelos proprietários de terra e seus aliados na política municipal, estadual e nacional acha-se viciada por uma série de pressupostos falsos e inconsistências internas e que, em particular, o próprio conceito de “compromisso coronelista” é totalmente destituído de validade. (CAMMACK, 1979, p.01).

O autor identifica Clientelismo com Coronelismo, o que é criticado por Carvalho, que tenta fazer separação entre os conceitos de Coronelismo e Clientelismo.

Cammarck nega a validade do compromisso coronelista, nega que os coronéis controlassem votos, questiona a dependência do eleitor em relação ao coronel.

A crítica de Cammarck quebra um dos pés do compromisso coronelista, que é o controle de votos exercido pelo coronel trocados pela carta branca no município. “[...] Nunes Leal não submete a nenhuma análise crítica sua afirmativa, enganosamente simples, de que o governo estadual dependia do coronel para obter os votos que o mantinham no poder.” (CAMMACK, 1979, p.7).

Soma-se a contestação de Cammarck a crítica feita por Queiroz (2006) ao constatar que dependentes do coronel eram analfabetos, logo eram proibidos de votar durante a República Velha, isto é, os coronéis não controlavam votos!

Na República só votava quem era alfabetizado, aliás, desde a lei Saraiva de 1881. Quem participava das eleições, conforme Queiroz era uma camada independente economicamente composta por sitiantes, pequenos funcionários, artífices, vendedores dos vilarejos. Era essa população que recebia tanto favores como violência.

De acordo com Leal o que fazia o público legitimar o privado, lhe entregando cargos e aparato público, era os votos que o coronel colocava a disposição do governo estadual.

Porém, os coronéis não controlavam votos dos dependentes, impedidos de votar desde 1881. “Completamente *analfabeto*, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas [...] (ele) tem o patrão na conta de benfeitor.” (LEAL, 1975, p.25, grifo nosso). Referindo-se a lei eleitoral da República Velha em nota Leal escreve “A lei, diga-se de passagem, excluía as mulheres. Também estavam excluídos pela Constituição os mendigos, os *analfabetos*, as praças de pré [...]” (LEAL, 1975, p.226, grifo nosso).

Existiu então o compromisso coronelista? No que se refere a Queiroz, a autora não contesta o compromisso coronelista, suas contestações objetivam mostrar que além da existência do voto de cabresto existiu também um eleitorado economicamente independente, que o coronel precisava conquistar. Defendeu que havia o voto trocado conscientemente e a possibilidade da barganha.

Quanto às críticas de Cammarck, Carvalho faz duas ponderações. Primeiro, há consenso segundo testemunhos da época e de estudiosos que os coronéis controlavam votos. Segundo, Carvalho aceita a crítica de Cammarck quanto ao valor dos votos como moeda troca, pois na época a votação valia pouco, era manipulada facilmente.

Ou seja, o voto como base de sustentação do compromisso coronelista pode ser relativizado. Para Carvalho a idéia de compromisso pode ser mantida sem que se dê peso decisivo ao voto.

Considerados individualmente em relação ao governador haveria alguns coronéis desafiavam o poder público. Porém, considerados em conjunto os governadores não podiam ficar sem o apoio dos coronéis, ou ficariam em difícil situação, custando até a vida como aconteceu com o governador do Mato Grosso Antônio Paes de Barros em 1906.

A estabilidade do sistema como um todo exigia que a maioria dos coronéis apoiasse o governo, embora essa maioria dos coronéis pudesse ser trocada. As manipulações dos resultados eleitorais sempre beneficiavam um grupo em detrimento de outro e tinham custo político. Se entravam em conflito com número significativo de coronéis, os governadores se viam em situação difícil, se não insustentável. Basta mencionar os casos da Bahia, do Ceara e de Mato Grosso. Em todos eles, os governadores foram desafiados, humilhados e mesmo depostos. (CARVALHO, 1997).

Os coronéis beneficiavam também os políticos estaduais com sua popularidade, pois existia a transferência de votos de uma personagem carismática a um determinado político. Queiroz aponta o apoio dado pelo padre Cícero a políticos, e como de fato ocorria transferência de votos a ponto de vários políticos realizarem uma difícil viagem até sua cidade só para obter a benção do padre (QUEIROZ, 1976).

Dentro das configurações complexas do país que incluem diferentes contextos regionais existiram relatos tanto de votos mercadoria, de um segmento independente do coronel que recebia quites com presentes em épocas eleitorais; voto de cabresto, de quem era ou não alfabetizado (no último caso através de fraudes); irregularidades nas eleições, ocorrendo caso em que pessoas votavam duas vezes, mortos que votavam ou simplesmente o bico de pena proclamando o vencedor independente dos votos.

Consequentemente, o compromisso coronelista existiu, já que o necessário era existir o arranjo institucional entre as esferas municipal, estadual e federal para o sistema existir. Não era no voto que ele se baseava, mas sim nesse compromisso.

5 Conclusão

É inegável a contribuição de Leal para a compreensão social e política do país, como as novas perspectivas de investigação que sua obra lança.

Leal percebe a tamanha complexidade de nosso país, e deixa como uma de suas principais contribuições a percepção de que fazer uma análise dualista, determinista, reducionista, maniqueísta não capta toda a dimensão da problemática analisada.

O pensamento social brasileiro desde o século XIX apresenta de um lado os que enxergam negativamente a atuação do Estado, autores como Tavares Bastos, Raymundo Faoro. De outro os que vêem negativamente a sociedade, como fizeram Oliveira Vianna e Nestor Duarte.

O que Leal faz é simplesmente acabar com essas polaridades, um exemplo é a idéia de compromisso entre o público e o privado, que consegue abarcar a complexidade dessa relação.

Embora seus leitores profundamente arraigados desse dualismo tenham sempre enquadrá-lo em algum desses “lados” da discussão, a magnitude de Leal reside aí, em ser uma das primeiras tentativas de acabar com essa forma de analisar que não detecta as complexidades.

Coronelismo, Enxada e Voto continua ser uma obra de referência para estudos que queiram compreender o Brasil. Tal obra abriu novas perspectivas até então não abordadas e possibilitou a compreensão de características que ainda persistem na política brasileira, tais como pessoalismo, mandonismo, clientelismo (CARVALHO, 1997).

Por mais que sua obra tenha apresentado falhas e lacunas, como as apontadas por Queiroz e Cammack, o respeito a ela reside no consenso de que essa interpretação traduz elementos profundos da política brasileira.

REFERÊNCIAS

BÔAS, G. A tradição renovada na obra de Maria Isaura Pereira de Queiroz. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p.282-295.

BOTELHO, A. Sequências de uma sociologia política brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v.50, n.1, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582007000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 mar. 2012.

CAMMACK, P. O coronelismo e o compromisso coronelista: uma crítica. **Cadernos do Departamento de Ciência Política**, Belo Horizonte, n.5, p.1-20, 1979.

CARVALHO, J. M. de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v.40, n.2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 mar. 2012.

_____. Em louvor de Victor Nunes Leal. **Dados**, Rio de Janeiro, v.23, n.1, p.5-9, 1980.

DUARTE, N. **A ordem privada e a organização política nacional**: contribuição a sociologia política brasileira. Brasília: Ministério da Justiça, 1997.

FAVETTI, R. T. **Brevíssima introdução aos principais conceitos utilizados em Coronelismo, enxada e voto, de Victor Nunes Leal**. Disponível em: <http://www.ivnl.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=164&Itemid=29>. Acesso em: 5 mar. 2012.

FREYRE, G. Características gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida. In: _____. **Casa-grande & senzala**. 13.ed. Brasília: Ed. da UnB, 1963. p.3-82.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

QUEIROZ, M. I. P. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira**. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p.172-212.

_____. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

BURGUESIA INDUSTRIAL E POLÍTICA: ENGAJAMENTO E AÇÕES DOS EMPREENDEDORES NAS ECONOMIAS SUBDESENVOLVIDAS

BOURGEOISIE AND INDUSTRIAL POLICY: ENGAGEMENT AND ACTIONS
OF ENTREPRENEURS IN UNDERDEVELOPED ECONOMIES

Paula GUARALDO

Doutoranda em Sociologia. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras Pós-Graduação em Sociologia – Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – paulaguaraldo@yahoo.com.br

RESUMO: O tema Desenvolvimentismo, Modernização e Teoria Social motivou o desenvolvimento do presente artigo, cujos autores estudados foram Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni. A proposta é discutir o engajamento e as ações políticas dos empresários e empreendedores nas economias subdesenvolvidas em busca da explicação da atividade empresarial nas condições de mercado e no tipo social do empreendedor brasileiro. O debate levará em conta o momento político da sociedade para o desenvolvimento das análises e argumentos a serem apresentados, aprofundando-se em questões como a relação entre empreendedores e capitalismo, sua atuação nas economias subdesenvolvidas e o desenvolvimento econômico por meio da política nacional.

PALAVRAS CHAVES: Burguesia industrial. Política. Economias subdesenvolvidas.

ABSTRACT: *The theme Developmentalism, Modernization and Social Theory, motivated the development of this article, which studied authors were Fernando Henrique Cardoso and Octávio Ianni. The proposal is discuss the engagement and the political actions of business owners and entrepreneurs in economies underdeveloped in the explanation of search activity business in market conditions and the type of social Brazilian entrepreneur. The debate will take into account the political momentum for the development of society analysis*

and arguments to be presented, deepening on issues such as the relationship between entrepreneurs and capitalism, its performance in the underdeveloped economies and economic development through national policy.

KEYWORDS: *Industrial bourgeoisie. Political. Underdeveloped economies.*

1 Introdução

O tema do artigo é fruto de discussões e levantamentos bibliográficos ligados ao tema Desenvolvimentismo, Modernização e Teoria Social. Dentre os autores estudados colocamos nosso foco em Fernando Henrique Cardoso, mais especificamente na obra *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* (1972). Octávio Ianni também colaborou com o desenvolvimento do trabalho por meio da obra *Estado e capitalismo* (1989), com o respaldo de bibliografia complementar.

A partir da leitura e reflexão das obras citadas, a proposta do presente trabalho é discutir o engajamento e as ações políticas dos empresários e empreendedores nas economias subdesenvolvidas em busca da explicação da atividade empresarial nas condições de mercado e no tipo social do empreendedor brasileiro. O debate levará em conta o momento político da sociedade para o desenvolvimento das análises e argumentos a serem apresentados.

2 A relação entre empreendedores e capitalismo

Para iniciarmos a abordagem proposta é conveniente conhecer na literatura sociológica e econômica os mecanismos de formação e transformação do sistema capitalista industrial, assim como o papel do empreendedor econômico no período clássico da formação do capitalismo¹. No entanto, para Fernando Henrique Cardoso (1972), a teoria socioeconômica sobre o capitalismo não é conclusiva em relação à ação empresarial e a própria função dos empreendedores quando se trata do desenvolvimento atual da economia ocidental “[...] no capitalismo monopolista das áreas altamente desenvolvidas e no capitalismo marginal das regiões subdesenvolvidas.” (CARDOSO, 1972, p.19).

¹ Análises de Werner Sombart, Max Weber e Joseph Schumpeter, desenvolvidas no decorrer de suas trajetórias, assim como críticas anteriores de Karl Marx, proporcionam o delineamento básico para a compreensão da questão. “[...] O grupo de economistas com o qual Schumpeter mais se identificou quando veio para a Sociologia foi o chamado *Youngest Historical School*. Da qual os membros-chaves eram Max Weber, Werner Sombart, e Arthur Spiethoff [...]” (SCHUMPETER, 1961, p.45).

Com o passar do tempo, o conceito de sociedade capitalista passou a ser menos expressiva devido à incorporação da expressão sociedade industrial. Conforme indica o autor, os aspectos político-sociais passam a ser mais relevantes na explicação do processo econômico e na análise dos padrões que definem as formas estruturais da sociedade. Prova disso é que na Teoria do Desenvolvimento Econômico a atividade empresarial aparece como uma função na dinâmica do desenvolvimento. Para explicar a afirmação, Fernando Henrique Cardoso cita Joseph Schumpeter (1961):

Basicamente, a função empresarial nas economias capitalistas consiste, para Schumpeter, na combinação nova dos meios de produção e de crédito: ‘o empreendimento de novas combinações denominamos empresa e os indivíduos cujas funções é realizá-las, empreendedores’ (SCHUMPETER, 1961, p.103). Sem novas combinações não há desenvolvimento econômico, embora possa haver crescimento [...]. Só quando as transformações se originam no âmago do sistema, rompendo o ponto de equilíbrio através de inovações na combinação dos elementos de produção, tem-se um processo de desenvolvimento [...] (CARDOSO, 1972, p.24).

Segundo Octávio Ianni (1989), no país subdesenvolvido, a industrialização é simultaneamente um processo de ruptura com o presente, podendo envolver até mesmo um rompimento com o sistema econômico social vigente, em suas dimensões internas e externas. “Em alguns casos a ruptura é total, como ocorre nas nações que optam pelo desenvolvimento segundo o modo socialista de organização da produção.” (IANNI, 1989, p.98). Em outros casos dá-se apenas uma interrupção ocasional, uma quebra transitória daquelas relações da nação consigo mesma e com o exterior. “É o que está ocorrendo no Brasil [...]”, considera o autor que salienta que o desenvolvimentismo é a ideologia dessa ruptura parcial das nações que optam pelo desenvolvimento capitalista.

[...] No processo de conversão do capital agrícola, comercial, e bancário em capital industrial, essa doutrina constitui-se como uma visão prospectiva da civilização industrial. Exprime alguns conteúdos sociais e políticos dessa metamorfose, desse processo civilizatório. Principalmente, exprime a conversão do poder econômico da burguesia industrial em poder político, em que a hierarquia das classes sociais se reordena em uma nova configuração. O Estado patriarcal se converte em Estado Burguês. Nessa concepção, desenvolvimento significa industrialização. [...] É a ideologia da nova classe dirigente, na fase de ascensão ao poder. (IANNI, 1989, p.98).

Em contornos mais gerais, sob a perspectiva de Octávio Ianni (1989), no contexto em que foi gerado o desenvolvimento nacional, a classe dirigente tomou delineamentos cada vez mais nítidos. Para o autor, a singularidade das relações dessa classe, com o proletariado, a burguesia agrária exportadora, o capitalismo internacional e o Estado funda-se na configuração *sui generis* em que se realizou a conversão da economia agrária exportadora em uma economia voltada em grau crescente para o mercado interno.

O que singulariza a burguesia industrial no Brasil é que a sua hegemonia está repartida em outras facções da burguesia e se apóia, deliberadamente, em composições sucessivas com o proletariado, em conjunto ou em suas facções. Antes de mais nada, a burguesia industrial foi gerada no bojo das crises do capitalismo mundial [...] (IANNI, 1989, p.109).

Neste sentido, compreende-se que na nova conjuntura, a decisão econômica torna-se de certa forma uma decisão total, ou seja, econômica, política e social, que para ser posta em prática dependerá do jogo de influências, persuasão e imposição.

Por isso a necessidade de compreender a classe dirigente e, no caso da pesquisa em andamento, compreender em especial a ação dos modernos líderes econômicos, os empreendedores, pois além de criar novas combinações, eles tem a tarefa de dar continuidade à organização, pondo em prática técnicas que asseguram vantagem econômica através de novas práticas comerciais, financeiras e/ou de produção. Sendo assim, as antigas práticas empresariais passam a orientar-se por formas de pensamento e ação social de novo tipo.

Fernando Henrique Cardoso (1972, p.32) considera que “[...] o homem de empresa é hoje, mais do que tudo, um líder no sentido político [...]”. Entretanto, o autor pontua que esta transformação não se deu porque o espírito do capitalismo mudou e com ele os desígnios, os motivos, a consciência e o sentido da ação dos empresários, mas porque o capitalismo, isto é, as condições de realização do lucro no mercado e as condições de inversão, modificaram-se.

Na época das grandes sociedades anônimas, a economia é, cada vez mais política [...]. Política, no sentido de que o controle da sociedade depende da formação de grupos de pressão nas empresas, do poder de decisão alcançado através das alianças que se formam nas assembleias de acionistas, como mostra Berle, e das alianças entre grupos econômicos. [...] Mas, política, sobretudo, porque a concentração de capitais e a divisão do mercado mundial obrigam,

de forma crescente, o surgimento na cena econômica de um novo personagem para garantir a prosperidade: o Estado. (GILLMAN, 1961; DOBB, 1961 apud CARDOSO, 1972, p.33).

No capitalismo contemporâneo não houve alteração substancial. O papel do capitalismo de Estado e os efeitos dessa forma de capitalismo, somado a outros fatores sobre o ciclo econômico passam a ser levados em consideração. A distribuição da força de trabalho no sistema produtivo e nas relações dentro da empresa, os desenvolvimentos recentes do capitalismo impuseram modificações, conforme indica Fernando Henrique Cardoso (1972). Neste sentido, o funcionamento do sistema capitalista acaba resultando na politização da economia, tanto no ajuste que se faz necessário entre as empresas para evitar a concorrência, quanto no apelo que se faz necessário a estímulos externos para a criação de condições novas de inversões lucrativas. Isso leva Fernando Henrique Cardoso a concluir que

O Estado se torna então tanto um instrumento que “regula” a divisão do mercado entre empresas gigantes (nos desenvolvimentos mais completos desta tendência aparecem os planos “reguladores” do tipo de plano francês e a noção de “economia concertada”), quanto um meio de absorção dos excedentes econômicos [...]. Somando-se a isto o papel decisivo dos Estados nacionais na expansão imperialista e na reorganização da política exterior para permitir o neocolonialismo, tem-se uma idéia bastante nítida do peso da política nacional sobre a prosperidade das empresas. (CARDOSO, 1972, p.41-42).

Por este motivo o autor argumenta que as elites dirigentes da economia no capitalismo contemporâneo tornaram-se, ao mesmo tempo, elites políticas, pois ultrapassar as fronteiras da própria empresa é uma forma de garantir-lhe o êxito. Assim, Fernando Henrique Cardoso demonstra que no plano das relações dos grupos econômicos com o Estado, obter novos contratos governamentais e impelir o governo a estratégias que permitam a continuação da prosperidade tornam-se condições para a realização de lucros crescentes, e o controle de opinião pública, nas sociedades de massa, torna-se algo necessário para o êxito capitalista: “[...] É preciso que a Nação se veja representada no Estado e sinta as decisões deste como expressão de vontade coletiva, embora, de fato, o Estado continue a ser, nas resoluções fundamentais, instrumento da prosperidade dos capitalistas [...]” (CARDOSO, 1972, p.42).

Nesse novo contexto, a liderança empresarial redefiniu-se no jogo de influências junto à assembleia de acionistas, ou junto ao governo, nas composições entre grupos de burocratas das empresas, na habilidade de convencer a clientela, na persuasão das agências financiadoras para a obtenção de apoios entre grupos financeiros, dentre outros aspectos apontados por Fernando Henrique Cardoso (1972). Em sua percepção, a complexidade das decisões na economia moderna ultrapassa a busca pela realização de um fim econômico, a capacidade de coordenação, de persuasão e imposição políticas torna-se vital.

Pelo fato de o lucro supor relações de dominação e, portanto, políticas, é possível compreender o porque de na época do capitalismo concorrencial as funções dos empreendedores também acabam sendo políticas, incorporando novos tipos de elites dirigentes dentro da camada proprietária. Sendo assim, o empreendedor moderno cria novas condições para influir sobre a política econômica visando assegurar a prosperidade capitalista e garantir contratos e privilégios governamentais para sua organização.

3 Atuação nas economias subdesenvolvidas

Para alcançarmos o objetivo de analisar os empreendedores nas economias subdesenvolvidas, colocamos nosso foco nas peculiaridades do processo econômico que explicam as diferenças no comportamento social e na mentalidade dos industriais que operam nas economias periféricas e, como salienta Fernando Henrique Cardoso, nas ações dos empreendedores que modificam o estágio de subdesenvolvimento da economia destas áreas. Atualmente, designa-se a realidade como uma Economia de Mercado, como é o caso do Brasil, com um mercado largamente controlado pelo Estado e o governo intervém como agente empresarial. Por tudo isso,

[...] os mecanismos de acumulação de capital, de obtenção de lucros, de inversão econômica e de utilização da capacidade empresarial redefiniram os empreendedores, nas economias subdesenvolvidas, como categoria social. (CARDOSO, 1972, p.46).

Para isso o autor determinou as características do comportamento social dos industriais brasileiros e a mentalidade industrial existente, tentando defini-las totalidades singulares que se constituíram a partir de condições específicas,

que estruturam as possibilidades de ação e dão sentido aos projetos de realização econômica. Assim, o autor busca uma explicação para a atividade industrial no Brasil a partir de da gênese de duas variáveis: as dependências funcionais e significativas entre as condições de mercado e o tipo social de empreendedores existentes no Brasil.

Para o autor, a camada industrial no Brasil caracteriza um modo de organização da produção cujas características essenciais estão definidas por determinações gerais e particulares que envolvem por um lado capitalismo moderno, imperialismo, sociedades industrializadas, sociedades agrárias tradicionais, países desenvolvidos, regiões subdesenvolvidas, por outro lado, as tensões entre países de economia socialista planificada e países com economia monopolística ou de livre empresa, definem as condições de possibilidades de organização da produção.

Assim, no esforço para explicar o processo de formação da ordem industrial-capitalista no Brasil, a partir da constituição da camada empresarial, Fernando Henrique Cardoso tenta compreender a ação empresarial tanto como resultado de uma estrutura determinada do mercado e da sociedade, quanto como variável que interfere na gênese deste mercado e sociedade.

Deste ponto de vista, os mecanismos de formação dos preços nas economias subdesenvolvidas ou as técnicas de obtenção de capitais, por exemplo, podem explicar algumas práticas empregadas pelos industriais brasileiros que, julgadas pelo prisma do “capitalismo ortodoxo”, seriam “irracionais”. Não reside neste ponto, contudo, a crítica fundamental a este tipo de análise mecânica do *take-off*. O problema básico consiste em verificar sociologicamente como se deflagrou a industrialização [...] (CARDOSO, 1972, p.49).

O autor acaba supondo que as condições exteriores da ação empresarial instigam os empresários a descobrir mecanismos econômicos de defesa e reação que salvaguardam os lucros empresariais. Para sintetizar a análise das características sociais da camada empresarial, o autor introduz uma discussão sobre a imagem que de si mesmo formam os empreendedores e o grau de consciência que tem do processo de desenvolvimento industrial e de modernização no Brasil, analisando especificamente as ideologias dessa camada, observando como se delineiam nos vários grupos de industriais as alternativas de futuro para o país e determinando as formas de consciência social que alcançam para explicar o papel que exercem na sociedade brasileira.

A partir do que foi exposto até então, é pertinente que se faça uma abordagem a cerca do desenvolvimento econômico e da camada empresarial. Fernando Henrique Cardoso (1972) cita Walt Whitman Rostow (1961) ao tratar da questão do desenvolvimento social que se caracteriza pela maneira como as comunidades utilizam os recursos econômicos, naturais ou criados, para mover-se de uma situação de relativa estagnação no sentido de uma situação de dinamismo.

As forças impulsionadoras do desenvolvimento contam com uma análise dinâmica, para além da caracterização abstrata de suas etapas, com o encontro de duas ordens de fatores: recursos naturais favoráveis à industrialização mais ciência moderna e objetivos sociais capazes de motivar a ação modificadora dos homens, criando pré-condições para o arranco econômico, entendido como a generalização do aumento da produtividade. Passados alguns anos do citado arranco, a economia atinge uma fase de maturidade.

Por isso, para a análise das etapas de desenvolvimento a elite dirigente aparece como fator importante, pois dela se espera a dinamização do sistema produtivo e da sociedade. Além disso, é preciso haver uma redistribuição de poder nos países subdesenvolvidos para que as velhas elites econômicas, que também detém o controle político, dêem lugar a uma nova elite.

4 O desenvolvimento econômico por meio da política nacional

Fernando Henrique Cardoso chama atenção para o processo de transformação na ação, na mentalidade e na ideologia dos empreendedores. Segundo o autor, a relação entre o desenvolvimento econômico e ação empresarial supõe a generalização da história dos países nos quais houve o “desenvolvimento originário” para os países subdesenvolvidos. Naqueles países, onde a rigor não houve subdesenvolvimento nos termos em que o autor o define, a invenção de um modelo de ação econômica racional e o primado da classe econômica por excelência – a burguesia – são a história do desenvolvimento. No caso do “desenvolvimento originário”, a expansão do capitalismo industrial explica, na dinâmica do circuito econômico de produção, como a burguesia se constituiu em grupo empresarial e camada dominante de cada sociedade local e, ao mesmo tempo, numa classe de conquistadores. Por isso,

[...] Política e economia com o surgimento do modo capitalista tornaram-se a mesma coisa. Sem dúvida a primeira ficava obscurecida na aparência cotidiana, pois dominação de classe e ação empresarial estavam tão solidamente ligadas que nos mecanismos do mercado a ação política, embora

realmente continuasse a existir, desaparecia da percepção social comum. E na produção capitalista as relações formalmente livres e contratuais entre capitalistas e assalariados escondiam a violência da dominação de classe. O Estado Burguês, por outro lado, enquanto Estado Nacional, fazia com que as classes antagônicas de cada sociedade industrializada existissem no mundo indiferenciadas na qualidade de “povo dominador”. (CARDOSO, 1972, p.79).

A história do capitalismo coincidia nas sociedades que realizaram o período clássico do desenvolvimento industrial com a história dos empreendedores e, no âmbito do mercado mundial, coincidia com a história das nações industrializadas sob a égide da burguesia conquistadora.

Ainda na discussão sobre desenvolvimento econômico e desenvolvimento político, Fernando Henrique Cardoso cita Hélio Jaguaribe (1962) considera que o Estado deve intervir para completar em proveito da iniciativa privada a obra iniciada pelos empreendedores brasileiros. Hélio Jaguaribe afirma que o impulso de industrialização do Brasil partiu exclusivamente da iniciativa privada, conforme explicita Fernando Henrique Cardoso na citação:

[...] Na inércia do Estado, que durante os quinze anos do primeiro governo de Vargas só teve a iniciativa de construir a Usina de Volta Redonda, foi a iniciativa privada brasileira que, empiricamente, sem plano nem deliberada assistência do Estado, enfrentou a crise econômica do país, desenvolvendo a indústria substitutiva das importações. (JAGUARIBE, 1962, p.176 apud CARDOSO, 1972, p.80).

Além disso, o autor aponta a necessidade para a correção das limitações que o crescimento espontâneo impõe ao desenvolvimento, fomentando-se planos estatais de estímulo direto e indireto à iniciativa privada. A explicação de Hélio Jaguaribe acerca do desenvolvimento coincide com a de Celso Furtado (1961) que considera que o processo de desenvolvimento passa a ser analisado como um esforço para a constituição do capitalismo industrial.

O desenvolvimento econômico do Brasil como processo político-econômico-social implica não apenas na formação de uma indústria de bens de capital e no automatismo do crescimento econômico, como na formação e dinamização de novas classes capazes de redefinir o equilíbrio tradicional de poder e de romper a estagnação econômica (que são duas formas de expressão da mesma situação de subdesenvolvimento) no plano interno e no plano externo [...] (CARDOSO, 1972, p.84).

Em outra direção, Fernando Henrique Cardoso pontua que Hélio Jaguaribe demonstrou os interesses antagônicos, ou seja, obstáculos, que se antepuseram ao impulso do desenvolvimento econômico brasileiro, como por exemplo, os planos coordenados pelo Estado no segundo governo de Getúlio Vargas que se viram frustrados pela recusa do governo de Dwight Eisenhower de reconhecer os compromissos assumidos pelo governo de Harry Truman. De forma análoga, os planos desenvolvimentistas da administração de Juscelino Kubitschek não tiveram o apoio das agências internacionais de desenvolvimento controladas pelos países capitalistas.

Conforme expõe Octávio Ianni (1989), os interesses e classes representados pelos que defendiam a tese de que o Estado deveria apenas estabelecer as regras, sem atuar, estavam sendo superados por outros interesses e outras classes. Já não é mais possível “[...] defender princípios liberais numa sociedade em que a burguesia industrial precisa ‘vencer’ a agrícola, redefinir as relações do país com o capital externo e quando o proletariado se tornou uma forma decisiva política [...]” (IANNI, 1989, p.90).

Sendo assim, o autor relata que em 1956, quando o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira quis programar e realizar a aceleração do desenvolvimento industrial, em especial na indústria de base, deixou de lado o Conselho Nacional de Economia, que representava a orientação liberal, e criou o Conselho do Desenvolvimento.

Com técnicos trabalhando em programas, projetos e técnicas destinadas a dinamizar e diversificar imediatamente a produção, o governo estimulava a expansão e criação de empresas privadas, ao mesmo tempo que realizava empreendimentos estatais e mistos. (IANNI, 1989, p.90).

Não por acaso Fernando Henrique Cardoso (1972) questiona como diante do peso dos interesses internos e externos contrários ao desenvolvimento, originou-se a diferenciação da economia brasileira e começaram a fazer-se sentir, concomitantemente, os efeitos da civilização industrial. Verificar o tipo de movimento social que deu lugar às aspirações e à formação da sociedade industrial moderna seria uma alternativa, mas Fernando Henrique Cardoso (1972) demonstra que também é preciso determinar o tipo de controle a que a nova sociedade está submetida, ou seja, saber a que grupos sociais cabem as decisões fundamentais quanto à produção e ao consumo, quais os suportes econômico-sociais da dominação instaurada e por que meios se processa o controle da sociedade industrial.

[...] o proletário e a burguesia industrial urbana, a crer na bibliografia existente, aparecem como os principais núcleos sociais dinâmicos do desenvolvimento, aos quais somam-se os setores intelectuais e militares da classe média urbana que correspondem ao outro extremo do radicalismo pequeno-burguês. Assim, na análise da maioria dos autores ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) – aos quais se deve a maior parte dos trabalhos sobre o desenvolvimento – a aliança entre estas duas classes parece ter possibilitado o impulso desenvolvimentista. (CARDOSO, 1972, p.87).

Octávio Ianni compartilha da percepção de Fernando Henrique Cardoso ao expor como a burguesia joga com as classes assalariadas, para vencer a burguesia agrária, elevar as poupanças e controlar o circuito do capital. Neste sentido, o proletário se apossou do nacionalismo e procurou dar-lhe outro sentido, ao acentuar-lhe um componente menor, incidental.

[...] no processo de envolvimento de todas as classes sociais, o desenvolvimentismo nacionalista também alcançou o proletariado, levando-o a dar cobertura política a uma classe que está jogando em duas frentes. Para ascender e assegurar o poder, em face da burguesia agrária e do proletariado, a burguesia industrial criou a ficção da burguesia nacional, como se o capital tivesse nacionalidade, no âmbito do capitalismo. (IANNI, 1989, p.104).

Entretanto, Fernando Henrique Cardoso revela que, por um lado, os quadros de referência da ação empresarial brasileira, mesmo em São Paulo, foram relativamente acanhados até meados da década de 1950. Não só a indústria concentrou-se nos ramos tradicionais como de tecelagem e alimentação, como as práticas empresariais eram rotineiras e os empreendedores, com poucas exceções, não chegaram a formular uma política nacional de industrialização, nem organizar grupos de pressão. Fernando Henrique Cardoso salienta que somente depois da inversão maciça do capital estrangeiro houve diferenciação acentuada no setor privado do parque manufatureiro e os grupos industriais passaram a adotar formas de ação empresarial mais agressivas tanto no plano da concorrência e da organização da produção como plano da sociedade global.

Por fim, a formulação das soluções e a condução do processo político coube a grupos sociais ligados às antigas classes médias e à pequena burguesia recém formada. “Expressiu-se através do nacionalismo como uma ideologia ‘desenvolvimentista’ e ‘estatizante’ que teve a defendê-la [...] as chamadas elites intelectuais.” (CARDOSO, 1972, p.94). Estas se propuseram transformar o

nacionalismo num movimento de inspiração intelectualista capaz de tornar-se aspiração de todo o povo. Assim, “[...] a vontade coletiva deveria exprimir-se pelo Estado que, acima das classes e orientado por planos racionais de base técnica, deveria conduzir o desenvolvimento econômico.” (CARDOSO, 1972, p.94).

Os grupos e setores dominantes, contudo, encaram a atividade governamental como básica, para a própria prosperidade do sistema privado de produção, conforme demonstra Octávio Ianni, a partir da citação de Raimar Richers et al. (1963) na obra *Impactos da ação do governo sobre as empresas brasileiras*.

Essa burguesia é francamente favorável a qualquer iniciativa governamental que vise ao desenvolvimento econômico, contanto que esta não interfira na esfera tradicionalmente reservada a iniciativa privada. E acredita no valor do planejamento como estímulo à iniciativa privada e ao desenvolvimento da nação, reconhece que o governo deva exercer determinadas funções e atividades econômicas, mas nega-lhe o direito de exercer controles diretos sobre a empresa privada e desconfia de sua capacidade de funcionar como empresário produtivo. (IANNI, 1989, p.91).

Prova disso são os resultados de uma investigação feita junto a empresários brasileiros, citados por Ianni, que demonstra que grande parte deles (76,4%) reconhece ter-se beneficiado com a simples divulgação de planos governamentais, muitos deles chegaram a adotar decisões especiais, ampliando ou reorientando a produção, às vezes até fundando novas empresas. Outros 72% também reconhecem que as atividades empresariais diretas do governo tem contribuído para o desenvolvimento econômico do país, além de 52% afirmar que a atividade empresarial do poder público veio preencher lacunas, agindo onde a atividade privada não podia fazê-lo, como no caso de atividades de base, além de economizar divisas e beneficiar as indústrias que dependem de certas matérias-primas. “[...] A política de criação de economias externas realiza os seus objetivos e é compreendida pela burguesia industrial [...]” (IANNI, 1989, p.92).

5 Considerações Finais

Observamos que a burguesia industrial tem desenvolvido, mais do que uma política, uma estratégia para responder aos desafios que o desenvolvimento e a formação da sociedade de massa colocam. Nas análises dos autores que nos respaldaram, fica explícito como os empresários se sentem subjetivamente

acuados, como define Fernando Henrique Cardoso, e como objetivamente, antes reagem, acomodando-se, do que conduzem o processo político. “[...] Apenas começam a perceber que seus interesses de classe, para se realizarem, precisam transformar-se nos interesses de toda a sociedade e que, por isto mesmo, a burguesia industrial precisa ter um projeto de dominação política.” (CARDOSO, 1972, p.186).

De acordo com as leituras realizadas observou-se que a burguesia industrial acabou apoiando a única política cabível, que era a de atrair capitais estrangeiros para setores que, mesmo sem ser de base, davam um impulso imediato ao mercado e supriam com custos altos, a falta de esforço da economia nacional. Não é a toa que os autores citam que a ação política da burguesia diz respeito ao processo de dominação política numa sociedade em que a industrialização se faz através do consumo amplo.

Entretanto, dado que nunca chegou a complementar-se no Brasil o que se poderia chamar de Revolução Burguesa, o ritmo de transformação das instituições políticas e de participação das forças populares nas decisões políticas é lento e instável. Assim, a burguesia industrial fica dividida, não sabendo o posicionamento das massas populares (organizações sindicais, grupos nacionalistas e frações políticas mais radicais), ao mesmo tempo temendo a revolução e o imobilismo. Tantas incertezas exprimem as dificuldades e contradições que condicionam a prática política da burguesia nacional. Prova disso é que a dominação burguesa, no Brasil, realiza-se através de uma sociedade que oscila entre o imobilismo ao reformismo, cujas grandes soluções vão dos golpes e contra-golpes ao populismo esclarecido.

Por isso, de acordo com o que deparamo-nos no decorrer do levantamento bibliográfico, a situação peculiar da burguesia industrial na sociedade de massas em formação e a situação em que se encontra no processo de industrialização, fazem-na temerosa e incapaz de romper os vínculos com a situação de interesse tradicionalmente constituídos com os grupos estrangeiros, com os grandes proprietários e com os comerciantes e banqueiros, a eles ligados. Não assumindo as responsabilidades políticas de classe economicamente dominante, a burguesia industrial torna-se em parte instrumento da dominação política dos grupos tradicionais. E como salienta Fernando Henrique Cardoso, criando assim a possibilidade mais temida: de perder as chances históricas de exercício plena da dominação de classe.

Para finalizar, estabelecemos uma ligação dessa discussão promovida por Fernando Henrique Cardoso, com o debate atual sobre a ação política da burguesia industrial no processo de desenvolvimento dos dias de hoje, para se pensar as relações entre classe e Estado, assim como a ação política desta fração de classe no momento histórico atual. O autor Luiz Carlos Bresser Pereira (2007) salienta que tanto os empresários industriais quanto a burocracia pública que dirigiram o Brasil entre 1930 e 1987 só voltarão a ter o prestígio e o poder quando forem capazes de ajudar a construir um novo projeto de nação. “[...] O Estado que hoje existe no Brasil é um Estado democrático mas que voltou a ser liberal e dependente, e, portanto, incompatível com a retomada do desenvolvimento econômico.” (PEREIRA, 2007, p.106). Além disso, o autor afirma que sua alta burocracia pública, refletindo o estado de ânimo da sociedade brasileira, está confusa e desorientada pela falta de uma estratégia nacional de desenvolvimento.

[...] Enquanto não voltar a existir um projeto de Nação no Brasil, enquanto a coalizão política dominante contar com empresas multinacionais e interesses estrangeiros no Brasil, não haverá desenvolvimento econômico. Só quando voltar a existir no país uma coalizão política ampla da qual façam parte das classes dirigentes a alta burguesia industrial e alta burocracia pública o Brasil poderá voltar a realmente se desenvolver. Enquanto isso não acontece, o país se manterá quase-estagnado – crescendo porque o capitalismo é dinâmico, mas vendo sua distância em relação aos países ricos aumentar ao invés de diminuir, como seria de se esperar. (PEREIRA, 2007, p.106-107).

REFERÊNCIAS

CARDOSO, F. H. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. 2.ed. São Paulo: DIFEL, 1972.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

IANNI, O. **Estado e capitalismo**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

JAGUARIBE, H. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

PEREIRA, L. C. B. Burocracia pública na construção do Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.28, p.9-30, 2007.

RICHERS, R. et al. **Impacto da ação do governo sobre as empresas brasileiras**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1963.

ROSTOW, W.W. Etapas do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

MOVIMENTOS CAMPONESES NA AMÉRICA LATINA E CRÍTICA DA MODERNIZAÇÃO DEPENDENTE NO CAMPO: AS FRONTEIRAS ABERTAS DO MST*

PEASANT MOVEMENTS IN LATIN AMERICA AND DERIVATION OF
MODERNIZATION DEPENDENT ON THE FIELD: THE MST OPEN BORDERS

Deni Ireneu Alfaro RUBBO

*Bolsista CNPq. Mestrando em Sociologia. USP –
Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas. Pós-Graduação em Sociologia. São
Paulo – SP – Brasil. 05508-080 – deni_out27@uol.com.br*

RESUMO: Na condição histórica de substrato necessário à estratégia mundial da acumulação capitalista, os assim chamados sistemas subnacionais periféricos – como o Brasil e a América Latina – notabilizaram-se por um processo histórico de modernização dependente no campo, o que sugere um forte apego às experiências políticas e econômicas atreladas à ideologia do progresso. O objetivo deste artigo é apresentar e problematizar, mesmo que de maneira preliminar, que os movimentos camponeses tem se mostrado um dos principais agentes de crítica da modernização do campo. A hipótese central é a de que o tema da internacionalização, especialmente no MST – manifestado concretamente na articulação com a CLOC e a Via Campesina – é o alicerce fundamental de um projeto político latino-americano que se liga a outros movimentos populares do campo. Tal projeto fundamenta uma compreensão das dimensões supranacionais da problemática agrária, incorporando, igualmente, outros tópicos – como a biodiversidade e o meio ambiente.

* Uma versão preliminar deste texto com o título “Internacionalização e crítica do progresso: as fronteiras abertas do MST” foi apresentada no I Seminário Internacional “Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente”, realizado no dia 11 e 12 de maio de 2011, pelo Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e no 38º Encontro de Estudos Rurais e Urbanos, realizado nos dias 16, 17 e 18 de maio de 2011, na Universidade de São Paulo (USP).

PALAVRAS CHAVES: América Latina. Modernização dependente no campo. Articulações internacionais. MST.

ABSTRACT: *In the historical condition of substrate necessary for the global strategy of capitalist accumulation, the so-called peripheral sub-systems – such as Brazil and Latin America – is notorious for a historical process of modernization depends on the field, which suggests a strong attachment to the political experiences and tied to economic ideology of progress. The aim of this paper is to present and discuss, even in a preliminary way, the movements peasants has proved a major critical agents of modernization of the countryside. The central hypothesis is that the theme of internationalisation, especially in the MST – expressed concretely in conjunction with the CLOC and Via Campesina – and the fundamental building block of a political project latin american that binds to other popular movements in the field. This project establishes an understanding of supranational dimensions of land problems, incorporating also other topics - such as biodiversity and the environment.*

KEYWORDS: *Latin America. Modernization depends on the field. The international groups. MST.*

O internacionalismo não é unicamente um ideal; é uma realidade histórica. Um grande ideal humano, uma grande aspiração humana não brota do cérebro nem emerge da imaginação humana mais ou menos genial. Brota da vida. Emerge da realidade histórica. É a realidade histórica presente.

José Carlos Mariátegui (1971, p.156).

1 O caráter da periferia especial: uma assim chamada modernização dependente do campo

Parece-nos muito mais estimulante olhar a história social do Brasil ao lado dos países de colonização espanhola, afinal, a história dos países da América Latina correm paralelas, atravessam situações sociais historicamente semelhantes, mesmo que nessa “difícil unidade” tenha, naturalmente, uma diversidade que pulsa constantemente nesse vasto continente. Da conquista, passando pelos tempos coloniais, à atualidade, talvez mais do que em outros lugares, a formação sócio-histórica do continente à qual muitos estudiosos se reportaram, ao que tudo indica, esteve – e está – em um caminho que sempre

foi decidido “a partir de fora”, o que o torna uma trajetória peculiar, **desviante**, principalmente quando se trata de compreender as antinomias inerentes ao processo nacional de modernização capitalista. Desde então, uma numerosa família de autores produziu textos tentando captar a singularidade dessa situação social e histórica, salientando que o desenvolvimento histórico do capitalismo nas nações periféricas não obedece a uma noção universalista do progresso.

Como não poderia deixar de ser, o tema agrário é um capítulo presente e indispensável da formação social brasileira e latino-americana. Não resta dúvida de que tal assunto ultrapassou o espaço nacional, podendo, desse modo, levantar questões e problemas novos. Contrariamente àquela compreensão evolucionista que assentava que os problemas sociais e econômicos no campo residiam, pois, em sua estrutura arcaica, marcada pelos restos feudais e pelo monopólio da terra, o capitalismo agrário brasileiro desenvolveu-se sempre em experiências políticas e econômicas atreladas a sua expansão capitalista e reprodução ampliada do capital. Assim, uma das chaves explicativas para os problemas circunscritos da questão agrária residem decididamente no caráter moderno do campo, que se relaciona organicamente ao contexto econômico internacional. Trata-se, então, de assinalar um processo de modernização (no campo) na periferia do capitalismo mundial que não segue um desenvolvimento igual, linear e homogêneo, mas, ao contrário, tem como ponto de partida um desenvolvimento **desigual e combinado** que rompe totalmente com as linhas evolutivas de uma perspectiva positivista.

Nessa toada, sem descurar as complexas relações existentes entre desenvolvimento econômico e político (inter)nacional, Florestan Fernandes (1975, p.127) assinala que a civilização que prevaleceu e que ofereceu alternativas históricas nas nações periféricas foi irredutivelmente a “moderna civilização ocidental”¹. O processo de desenvolvimento capitalista na agricultura, nessa medida, não passou incólume a esse caráter e “[...] sempre foi parte da economia brasileira estrutural e dinamicamente mais afetada pela condição apontada de heteronomia.” (FERNANDES, F., 2008, p.175). Ou seja, a economia agrária brasileira esteve sempre subordinada às economias centrais, absorvendo os padrões, as instituições e as técnicas dos países centrais, formando uma modernização *sui generis* – dependente – “[...] montada para gerar crescimento

¹ Localizada periodicamente no fim do século XVIII até as primeiras três ou quatro décadas do século XIX, quando se tem notícia de um impulso do mundo ocidental moderno. Nesse tempo, como assinala Florestan Fernandes (1975, p.15, grifo nosso), “[...] os ‘produtores’ de bens primários podiam absorver pelo menos parte do quantum que antes lhes era tirado através do antigo padrão de exploração colonial, e suas ‘economias coloniais’ recebiam o primeiro impulso para a internalização de um mercado capitalista moderno.”

econômico e desenvolvimento sociocultural externo.” (FERNANDES, F., 2008, p.177). Vistas as coisas por esse prisma, o desenvolvimento de um **capitalismo desviante** que se processa na periferia do sistema, no tocante à agricultura brasileira, forma-se e consolida-se na direção do capitalismo moderno dependente, nutrindo-se da reprodução das desigualdades abissais e, principalmente, de formas de superexploração do trabalhador do campo:

A extensa disseminação da peonagem, a escravidão por dívida, nas novas fazendas da fronteira, abertas com a onda de ocupação da Amazônia nas últimas décadas, mas não só nelas, nos fala de uma dificuldade estrutural na expansão do modo capitalista de reprodução do capital. E, portanto, naquilo que é o âmago do moderno. Aí as coisas se combinam de modo estranho. As fazendas em que tem sido encontrado o maior número de trabalhadores escravizados pertencem justamente a grandes conglomerados econômicos, não raro multinacionais. (MARTINS, 2008, p.30).

A modernização da economia agrária não é, em si e por si mesma, um fator de mudança estrutural da situação ou de superação efetiva das iniquidades socioeconômicas, culturais e políticas. Com frequência, ela se opera sem afetar profundamente a concentração social da renda e do poder. [...] Na verdade, as formas extremas de desigualdade socioeconômica, cultural e política, imperantes no mundo agrário brasileiro, constituem requisitos *sine qua non* para a reprodução do trabalho não-pago, semipago e pago de modo ultrapassado. (FERNANDES, F., 2008, p.188).

Ou seja, a desigualdade social brasileira no campo – tornando-se então secular a **questão** agrária no país – não estaria na chave explicativa do tema do moderno em oposição ao tradicional, ou ainda, na compreensão das concepções dualistas dos anos cinquenta e sessenta. A compreensão alternativa da singular construção de um capitalismo periférico marcado por processos sociais irregulares e desiguais está na verdade na modernidade que se abre às contradições e às tensões sociais na periferia.

Na história contemporânea do Brasil, os processos sociais rurais estão relacionados a um projeto de modernização capitalista no campo e que, a partir disso, recriam uma estrutura agrária capitalista periférica dependente marcada decisivamente por um forte apego à ideologia do progresso e pela dinâmica do capitalismo internacional. Embora o processo de internacionalização do capital seja uma característica permanente do capitalismo, o contexto político, econômico e social internacional que pode ser destacado por irromper uma

crescente mercantilização a nível mundial da agricultura nas nações latino-americanas data a partir de 1945, nos acordos monetários de Bretton Woods, quando os países capitalistas, tendo como principal liderança os E.U.A., estabelecem um processo ideológico e estratégico de unificação comercial. Inicia-se então no contexto latino-americano um processo acelerado de “modernização agrícola” – alta tecnologia de sementes, insumos químicos e equipamento agrícola – chamado de “revolução verde”:

A revolução verde gerou em alguns países da periferia o desenvolvimento de complexos agroindustriais competitivos internacionalmente, mas, mesmo nesses casos, as promessas de autossuficiência alimentar e de resolução dos problemas agrários não foram obtidas. Países como o Brasil e Índia, por exemplo, continuaram com altos índices de pobreza e de desnutrição, além de terem enfrentado a partir de então crescimento dos conflitos rurais em função da concentração e expropriação de terras, migrações em massa, aumento da criminalidade urbana e do desemprego. (VIEIRA, 2011, p.177).

Nos anos sessenta e setenta, mais especificamente no Brasil, esse processo de expansão capitalista e/ou de modernização no campo teve um novo capítulo acionado doravante pela política de desenvolvimento agropecuária implantada pela ditadura militar, o que, por sua vez, aceleraria enormemente as transformações no campo. De fato, nesse período, não faltaram incentivos financeiros para que as empresas capitalistas e os grupos econômicos – em sua maioria estrangeiros – ocupassem a agricultura e a pecuária, principalmente na região amazônica. Os impactos e as tensões sociais no campo aumentaram de maneira significativa, nessa época, e deram-se justamente por essa penetração do progresso capitalista concretizado através de despejos violentos para abrir espaço às novas empresas (mineração, hidrelétrica e rodovias), assassinatos de trabalhadores, queima de casas, destruição de roças e o esvaziamento de território como um instrumento para aniquilar os povos indígenas (MARTINS, 1988, 1985).

2 Neoliberalismo e a política dos movimentos camponeses na América Latina

Nas décadas posteriores, com os programas de ajuste estrutural no campo em escala planetária, inaugura-se e consolida-se uma política agrária neoliberal – baseada fortemente na ideologia do progresso – de intensa acumulação de capital

privado internacional na economia rural, entrando em pauta, com mais vigor, a discussão sobre o comércio de produtos agrícolas, os direitos de propriedade intelectual, a inovação científica e os recursos genéticos. Dessa vez, com o objetivo de integrar de uma vez por todas a agricultura aos mercados externos e ao complexo agroindustrial internacional. No Brasil, principalmente, a economia agrária moderna teve como expressão maior o agronegócio – **o mais sólido bastião interno do capitalismo dependente** (OLIVEIRA, 2003). Uma radical reestruturação produtiva no campo (CHONCHOL, 2005) entrava em marcha modificando os processos da vida social no mundo agrário. O sociólogo boliviano Álvaro García Linera registra essa metamorfose que se configurou na Bolívia:

[...] enquanto um dos eixos da estratégia neoliberal de reconfiguração da geração de excedente econômico é aquele que se refere à subsunção de valores de uso pela lógica do valor de troca – ou, o que dá no mesmo, da mercantilização das condições de reprodução social básica (água, terra, serviços), antes reguladas por lógicas de utilidade pública (local ou estatal) aquelas que possuíam uma função territorial, como a terra e a água, criando-se, assim, as condições de possibilidade material para a reativação prática das antigas estruturas sociais de agregação territorial e para a produção de novas estruturas de unificação emergentes de novos perfis. (LINERA, 2010, p.247).

Nesse contexto, ocorre um ressurgimento intempestivo de forças sociais na América Latina, acentuadamente no campo, e que a despeito de sua heterogeneidade constituem “[...] uma resposta aos efeitos nefastos da política neoliberal que vem sendo implantada.” (GALVÃO, 2008, p.9). Na história recente da América Latina, a importância crescente dos movimentos camponeses desautorizaria de uma vez por todas a hipótese na qual se sustentava o desaparecimento desse sujeito social. De maneira geral, os movimentos populares contemporâneos do campo têm denunciado as políticas neoliberais, como indica a Marcha Indígena pelo Território e a Dignidade, em 1990, o levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), no estado de Chiapas, em 1994, a rebelião indígena equatoriana, em 2000, e os ciclos de protestos, a “guerra da água” e a “guerra do gás”, em 2003 e 2005 na Bolívia. A crescente desnacionalização da economia dos países, os tratados de livre comércio, a interferência dos organismos multilaterais em aliança com as políticas governamentais – principalmente o Banco Mundial –, o aumento das tarifas dos serviços públicos, são exemplos de medidas com as quais os movimentos dos camponeses na América Latina têm se defrontado permanentemente.

Vale notar que os sujeitos sociais no campo se inserem em uma base social diferenciada, ocupando por isso múltiplas dimensões: as interseções entre gênero (questão da mulher), etnia (indígena) e classe (camponeses pobres) exprimem interesses diversos, mas unidos a um aspecto comum que permeia a sua própria prática social: uma crítica à política de modernização no campo. A resistência dos camponeses nos tempos atuais é, portanto, uma expressão das contradições do desenvolvimento desigual e combinado do capital, de suas relações e de seus antagonismos de gênero/etnia/classe.

3 O retorno das articulações internacionais: MST, CLOC e Via Campesina

Uma das formas históricas de atuação que permanecem atualmente como um horizonte de luta é a ação internacionalista. Ruy Mauro Marini (1998) depositava no caráter internacional das lutas a contribuição mais original da América Latina à luta do proletariado (no sentido amplo do termo) mundial. Como se sabe, o internacionalismo foi um elemento central da teoria e da prática da esquerda mundial durante os séculos XIX e XX. Todavia, essa forma histórica de articulação dos “de baixo” foi totalmente ignorada pela produção acadêmica contemporânea acerca dos “novos” movimentos sociais, assinalando uma absoluta novidade nas chamadas redes transnacionais. Como observa Flávia Braga Vieira (2011), ao apagar essa perspectiva histórica de articulação, as teorias que se debruçam sobre o fenômeno das ações coletivas globais revelam limites e, ademais, um forte componente ideológico que carregam: “Existe, portanto, uma grande lacuna analítica e teórica que precisa ser preenchida de forma a poder-se identificar o que há de novidade e o que há de permanência na situação contemporânea de articulações internacionais.” (VIEIRA, 2011, p.120).

Seja como for, essa prática internacionalista continua presente, como alcance e um **projeto político** e como capacidade de mobilização, mas agora levado adiante, ou melhor, protagonizado por um sujeito social diverso – o camponês – daquele que foi precípua nas articulações internacionais de outrora – o operário. De maneira sucinta, trata-se aqui de apontar que o processo de internacionalização do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) – manifestado concretamente na articulação com a CLOC e a Via Campesina – tem estimulado a formulação de um projeto político latino-americano cuja centralidade está na crítica da política neoliberal agrária.

O amplo leque de lutas sociais que marcaram a emergência do MST, desde a decomposição do regime militar até o tempo presente, permeia vários momentos do movimento. Bernardo Mançano Fernandes (2010) registra quatro momentos da formação do MST: gestação, consolidação, institucionalização e mundialização. Embora tais momentos possam ser periodizados, eles não foram superados e, desse modo, estão abertos, em vias de se fazerem. Contudo, o momento privilegiado neste trabalho é justamente a mundialização/internacionalização do MST:

O quarto momento na formação do MST inclui o processo de mundialização dos movimentos camponeses, com a criação e o fortalecimento da Via Campesina. A nova conotação internacional da luta pela reforma agrária, a partir da segunda metade da década de 1990, ganha força com o surgimento da Via Campesina e a disputa em torno da política da reforma agrária do mercado do Banco Mundial. (FERNANDES, B., 2010, p.164).

As lutas das organizações sociais adquiriram diversas expressões, incorporando novas reivindicações e, igualmente, convivendo com antigas pautas reivindicatórias. Nota-se particularmente o nascimento na década de noventa de uma articulação continental e internacional protagonizada a partir da organização e mobilização de forças sociais camponesas. Há, nesse sentido, a construção de uma nova percepção no interior do movimento que busca desenvolver no militante as dimensões supranacionais do problema da luta pela terra e pela reforma agrária. A ação exterior e transnacional do MST ocorre paralelamente à história de formação da *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo* (CLOC) e da Via Campesina, em escala continental e internacional, respectivamente. Breno Bringel e Alfredo Falero (2008, p.282, grifo nosso) acentuam que um dos pilares nos quais está plasmada a atuação exterior do MST é a relação e a articulação “[...] *duradoura* através de espaços e redes transnacionais de organizações e movimentos sociais camponeses (é o caso da CLOC, em âmbito regional, e da Via Campesina, em âmbito global).”

O processo de articulação das próprias organizações camponesas da América Latina tem sua raiz no final dos anos 1980 com a Campanha “500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular” que se desenvolveu nos anos de 1989 e 1992. O objetivo na ocasião era organizar um protesto contra as festividades político-culturais organizadas pelo Estado, Igreja e iniciativa privada para as comemorações do quinto centenário do “descobrimento” e da “conquista”.

Como nos informa Michael Löwy (2008, p.87), os movimentos se uniram em Bogotá em maio de 1989 por iniciativa do MST, no Encontro Latino-americano de Organizações Camponesas e Indígenas, com a participação de trinta organizações de 17 países do continente. Em uma das conclusões finais, os delegados do encontro proclamaram:

Los poderosos de hoy nos hablan del Encuentro de dos Mundos, y, bajo este mando, pretenden hacernos celebrar la usurpación y el genocidio. No, no vamos y de discriminación y hacer un espacio para la construcción de una sociedad nueva, democrática y respetuosa de la diversidad cultural, fundada en los intereses y las aspiraciones del pueblo. [...] Lhamamos a todos los explotados y oprimidos de América a participar en la Campaña de 500 años de resistencia indígena y popular [...], para recuperar nuestra identidad y nuestro pasado histórico, pues la memoria de los pueblos es una fuente de inspiración permanente para las luchas de emancipación y de liberación. (LÖWY, 2008, p.88).

Embora nesse momento as organizações camponesas como a CLOC e a Via Campesina não estivessem formadas, muitos dos que participavam naquela ocasião, fariam parte inclusive de sua formação. Todavia, como atesta João Pedro Stédile, membro da coordenação nacional do MST e da Via Campesina, existiria, a bem verdade, desde os primórdios do MST um “DNA internacionalista”:

Eu acho que houve uma vocação ideológica [internacionalista] das influências que nós sofremos da CPT [Comissão Pastoral da Terra]. A CPT sempre teve uma visão latino-americanista, provavelmente por influência de Dom Pedro Casaldáliga, e mesmo porque a Igreja, de certa forma, ela é mais universal, né? Então, eu acho que a CPT sempre influenciou positivamente o MST, para nós termos uma visão mais latino-americana. E eles ajudaram, por exemplo, no congresso de fundação do MST, vieram delegações praticamente de todos os países da América Latina. E quem passou o contato foi a CPT porque nós nem existíamos e nem tínhamos uma rede de contatos. E eu acho que uma outra influência foi a ideia das esquerdas, que já estavam mais latino-americanizadas, né? A teoria da dependência, tudo isso, eu acho que foi criando um contexto para que o MST já nascesse com um DNA internacionalista. (STÉDILE apud VIEIRA, 2011, p.182).

Mesmo que nessa época ainda não desfrutasse da circulação e do espaço (inter)nacional que se tem atualmente, o MST não estava voltado para o isolamento para com os outros movimentos sociais rurais que eclodiam na

cena política da América Latina. É certo que não havia um vínculo orgânico internacionalista, mas havia um acompanhamento relativamente suficiente, cuja mediação foi levada por algum tempo pela CPT.

Posteriormente, nos anos de 1990, a perspectiva se amplia, os eixos de luta se renovam, sobretudo naqueles que intercedem pela transformação social no subcontinente. A rota internacional do MST adquire sua força conforme foi se desenhando a formação e a consolidação com a CLOC e a Via Campesina². No 4º Congresso Nacional do MST, que ocorreu em 2000, cujo lema era “Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio”, um dos desafios que se colocava em pauta era justamente “[...] o fortalecimento e ampliação da nossa política [de] relações internacionais, priorizando os trabalhos de formação e organização da CLOC e da Via Campesina.” (MST, 2000).

Há um esforço, igualmente, em integrar com outros setores subalternos da sociedade, em construir alianças permanentes, já que há um consenso de que mesmo o fortalecimento internacional dos camponeses não basta para alcançar uma série de reivindicações.

Creo que se há desarrollado una conciencia cada vez más profunda de que las y los campesinos solos no pueden derrotar al neoliberalismo y las transnacionales. Ni siquiera es una cuestión ideológica, es una necesidad objetiva la construcción de una gran alianza de clase con las y los trabajadores de la ciudad de todos los sitios, pero podríamos empezar sobre todo con las y los trabajadores de las mismas empresas transnacionales en cuyas plantas producen los venenos, la maquinaria, los fertilizantes. (STÉDILE apud VIA CAMPESINA, 2009, p.31).

No final da década de 1990, aumenta de maneira significativa a participação do MST em vários outros agrupamentos de iniciativas de massa, protestos, campanhas e conferências conjuntas, que se denominaram na história recente da ação coletiva em nível internacional de movimentos “antiglobalização”³, que tiveram como ação concreta a intervenção em processos estratégicos como as organizações econômicas multilaterais – a Organização do Comércio Mundial (OMC), em Seattle (1999) e Cancun (2003).

² Para uma análise da formação da CLOC, cf. Zampier (2007); e para uma análise da formação da Via Campesina, cf. Desmaris (2007) e Vieira (2011, p.173-252).

³ O termo varia de acordo com analistas, movimentos e organizações que denominam às vezes como “por uma outra globalização”, ou “contraglobalização neoliberal”, ou ainda, “altermundialismo”.

4 (Crítica da) modernização dependente do campo e a resignificação da reforma agrária no MST

Como foi sublinhando, a retomada das lutas indígenas e camponesas no cenário latino-americano fez com que elas se organizassem e se articulassem para além de suas fronteiras. A Via Campesina tornou-se a principal interlocutora dos movimentos camponeses, desenvolvendo lutas conjuntas em escala mundial, e o processo de formação do MST não escapou à ampliação internacional da luta camponesa.

Então o capital globalizou as formas de exploração, e trouxe como contradição, que os movimentos camponeses, antes muito corporativos, localizados, agora também se internacionalizam, se conhecem, se globalizam. Agora, na Via Campesina descobrimos que os principais exploradores dos agricultores do Brasil são os mesmos que estão na Índia, nas Filipinas, na África do Sul, no México, na Europa, ou seja, a Monsanto, a Nestlé, etc. (STÉDILE, 2003).

Esse vínculo com a Via Campesina/CLOC tem amadurecido especialmente no MST uma compreensão que destaca de maneira decisiva a influência do contexto internacional no meio rural fazendo com o conceito de reforma agrária concatena-se com uma série de temas⁴. Vale citar uma passagem do claro desconforto que alguns dos membros do MST – nesse caso, Gilmar Mauro, membro da direção nacional – em relação a uma suposta restrição de alguns temas que o movimento teria tratar:

Quando se quer discutir política, economia etc., sempre somos impelidos a ficar restritos ao campo da reforma agrária. E, quando colocamos que a questão da reforma agrária é maior, que envolve necessariamente um debate sobre a economia e a sociedade, tratando de nos desqualificar, afirmando que sem-terra não deveria estar discutindo projeto de sociedade! E, quando discutimos politicamente transgênicos e ALCA, parece que se trata de

⁴ A **prática internacionalista** vem proporcionando, outrossim, ao MST uma autocrítica em relação ao papel fundamental que as mulheres desempenham em suas ações e eventos. Em pesquisa realizada por Peschanski (2007) sobre a organização do MST, o autor procurou a composição histórica da Direção Nacional (DN), instância decisória criada em 1988, traçando o perfil de suas lideranças, através da origem social (camponesa e não-camponesa) e do sexo (masculino e feminino). Descobriu-se, então, que a DN foi majoritariamente formada por lideranças com origem no campo e, ao mesmo tempo, em um espaço pouco aberto às mulheres até 2005. A partir de 2006, as mulheres teriam, nessa instância, uma participação numérica equivalente à dos homens. Para uma análise do protagonismo das mulheres nos movimentos sociais, especialmente no MST/Via Campesina, cf. Pinassi (2009).

questões que estão fora de nossa capacidade e possibilidade de análise. Sempre brincamos que parece estar escrito “nacionalidade: sem-terra” em nossa identidade, de tão limitado que é esse pensamento. (MAURO, 2004, p.354).

Conforme o MST foi estimulando a refletir a reforma agrária de um ponto de vista mais amplo devendo muito esse tipo de pensamento, vale ressaltar, ao se articular com as lutas camponesas internacionais, foi expandindo, em medidas crescentes, seus objetivos iniciais, colocando-se em um plano mais amplo⁵, uma série reivindicações em suas pautas e na qual a ideologia do progresso no campo, com base na ciência e da técnica, tem se tornado os motivos de maior crítica do movimento. Assim, os problemas que têm sido amplamente debatidos nos movimentos camponeses e que tem assumido centralidade no MST é a crítica ao incentivo da política neoliberal agrária que se traduz no chamado modelo do agronegócio⁶ – à produção de transgênicos em terras brasileiras por empresas transnacionais, à entrada massiva de capital estrangeiro nas zonas rurais, à produção ao monocultivo e à depredação do meio ambiente e da biodiversidade. No V Congresso Nacional do MST, em 2007, estavam, dentre outras, entre as linhas políticas do MST:

Lutar contra a derrubada e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio. Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao meio ambiente. Combater o uso dos agrotóxicos e [a] monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto, etc. (MST, 2007).

Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que continuem nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país. (MST, 2007).

⁵ Isso muito bem transborda para o âmbito organizativo do MST e, diga-se de passagem, um dos temas mais polêmicos em relação ao movimento. Enfocando as relações entre movimento social e sua organização política formal, na avaliação de Luciana de Aliaga (2008), o MST é fruto de uma construção de uma organização política no interior do movimento de massas que torna a luta política da reforma agrária um aspecto importante – *mas não único* – de um projeto político mais abrangente por incorporar os interesses das classes populares como um todo. Assim, “[...] não se pode dizer que o MST deixou de ser um movimento social, também não é possível afirmar que seja um partido político *strictu sensu*. A peculiaridade do MST consiste em sua capacidade de incorporar características de partido de movimento social, o que não faz dele um partido político, mas que lhe imprime na estrutura organizativa uma ‘forma partido’.” (ALIAGA, 2008, p.8).

⁶ Maria da Glória Gohn (2010, p.146), por seu turno, afiança que nos últimos anos houve um deslocamento do foco de luta do MST e da Via Campesina, “[...] por entenderem que a contradição principal no meio rural brasileiro hoje está entre o agronegócio exportador e os trabalhadores rurais sem-terra, e não entre a desapropriação e o crédito fundiário”.

Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno. (MST, 2007).

A defesa irredutível para uma mudança no sistema agrícola de forma a favorecer a pequena agricultura, do controle democrático dos recursos e do patrimônio genético, do incentivo à agroecologia como proposta alternativa de uma agricultura que respeite e não incentive a destruição do meio ambiente valoriza, pois, as práticas e os valores que resgatam a tradição e os saberes da cultura camponesa, principalmente em sua relação com a natureza e os alimentos. Além disso, “[...] o MST integrou cada vez mais a dimensão ecológica no combate por uma reforma agrária radical e um outro modelo de agricultura.” (LÖWY, 2010, p.41). Com isso, o MST não é um dos principais agentes de modernização do campo, como aponta José de Souza Martins (2008, p.49, nota 45); ele rompe com a ideologia produtivista do progresso e se opõe à expansão ao infinito de um modo de produção e consumo destruidor da natureza. Com efeito, o MST vem orientando os problemas do campo e do meio ambiente por uma compreensão que tem como pressuposto o efetivo processo de modernização de grandes proporções nos países periféricos latino-americanos.

REFERÊNCIAS

ALIAGA, L. de. **A forma política do MST**. 2008. 206f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

BRINGEL, B.; FALERO, A. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. **Cadernos do CRH**, Salvador, v.21, p.269-288, 2008.

CHONCHOL, J. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.19, n.45, p.33-48, 2005.

DESMARIAS, A. A. **La Vía Campesina**: globalization and power of peasants. Ann Harbor: Pluto Press, 2007.

FERNANDES, B. M. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: UNESP, 2010. p.161-198.

FERNANDES, F. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: _____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008. p.171-190.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GALVÃO, A. Os movimentos sociais da América Latina em questão. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.2, n.2, p.8-24, 2008.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

LINERA, A. G. **A potência plebeia**. São Paulo: Boitempo, 2010.

LÖWY, M. Crise ecológica, capitalismo altermundialismo: um ponto de vista ecosocialista. **Margem Esquerda**, São Paulo, n.14, p.36-42, 2010.

_____. El punto de vista de los vencidos en la historia de América Latina: reflexiones metodológicas a partir de Walter Benjamin. In: VEDDA, M. (Org.). **Walter Benjamín: constelaciones dialécticas**. Buenos Aires: Herramienta, 2008. p.81-90.

MARIÁTEGUI, J. M. **Historia de la crisis mundial**. Lima: Amauta, 1971.

MARINI, R. M. Subdesenvolvimento e revolução. In: BARSOTTI, P.; PERICÁS, L. B. (Org.). **América Latina: história, ideias e revolução**. São Paulo: Xamã, 1998. p.113-130

MARTINS, J. de S. As contradições do moderno e as contradições da modernidade no Brasil. In: _____. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Contexto, 2008. p.17-50.

_____. **Não há terra para plantar neste verão**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

MAURO, G. O significado da reforma agrária para os movimentos sociais. In: OLIVEIRA, A. U. de; MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela: Paz e Terra, 2004. p.353-364

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA [MST]. Carta. In: CONGRESSO NACIONAL DO MST, 5., 2007, Brasília. **Reforma agrária: por justiça social e soberania popular.** Brasília: MST, 2007. Disponível em: <<http://mst.org.br/book/export/html/88>>. Acesso em: 9 jun. 2010.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS DOS SEM TERRA [MST]. Carta. In: CONGRESSO NACIONAL DO MST, 4., 2000, Brasília. **Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio.** Brasília: MST, 2000. Disponível em: <<http://mst.org.br/book/export/html/88>> Acesso em: 9 jun. 2010.

OLIVEIRA, A. U. de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, v.2, ano 19, n.21, p.113-156, 2003.

PESCHANSKI, J. A. **A evolução organizacional do MST.** 2007. 147f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PINASSI, M. O. Uma ontologia dos movimentos sociais de massas e o protagonismo atual das mulheres. In: _____. **Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica.** São Paulo: Boitempo, 2009. p.73-82.

STEDILE, J. P. **Toda vez que um movimento social ficou dependente de partido, estado ou governo, acabou.** [jan. 2003]. Entrevistador: Larissa Magrisso. Disponível em: <http://www.rebellion.org/hemeroteca/brasil/stedile210103.htm>. Acesso em: 23 jun. 2010.

VIEIRA, F. B. **Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina.** São Paulo: Alameda, 2011.

VIA CAMPESINA. **Las luchas del campesinato em el mundo.** Ehne, 2009.

ZAMPIER, M. B. **Movimentos sociais, apropriação das tecnologias da informação e comunicação e a centralidade na rede da Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo.** 2007. 210f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2007.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

MARTINS, J. M. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST.** Petrópolis: Vozes, 1997. p.11-76

SCHERER-WARREN, I. A política dos movimentos sociais para o mundo rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.5-26, 2007.

REVOLUÇÃO INFORMACIONAL, NOVAS TECNOLOGIAS E CONSUMO IMEDIATISTA

INFORMATIONAL REVOLUTION, NEW TECHNOLOGIES
AND IMMEDIATE CONSUMPTION

Raimundo Nonato de Araujo SOARES NETO

Mestrando em Sociologia. UFG – Universidade Federal de Goiás. Faculdade de Ciências Sociais – Pós-graduação em Sociologia. Goiânia – GO – Brasil. 74001-970 – raimundosn@geap.com, raimundonsneto@gmail.com

RESUMO: O presente artigo faz uma discussão sobre o surgimento de comportamentos e tendências de consumo muito peculiares concomitantemente a um acelerado desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação. Destacamos como a inclinação à personalização dos produtos e dos serviços, desenvolveu-se em um momento econômico de proeminência da inovação da produção em virtude do contínuo desenvolvimento das tecnologias e da microeletrônica de base informática que surgiram com a chamada revolução tecnológica e informacional e que ainda se encontra em pleno avanço. Apresentamos ainda os principais fundamentos de Lipovetsky em relação às novas configurações da sociedade atual, sua opinião à respeito do avanço tecnológico na configuração desse cenário; e como este autor destaca as reações e modos de vida dos indivíduos, ou como ele mesmo chama: hiperindivíduos, ante as teias do consumo.

PALAVRAS-CHAVE: Produção. Consumo. Tecnologias. Informática.

ABSTRACT: *This paper is a discussion on the emergence of consumer behavior and trends very peculiar concurrently to an accelerated development of information technology and communication. We highlight how the tilt to customize products and services, developed in a time of economic prominence of innovation in production due to the continuous development of technology and microelectronics-based computer that came with the call and informational technology revolution and still is in full progress. We also present the main elements of*

Lipovetsky about new configurations of current society, their views on the technological progress in setting up this scenario, and as this author points out the reactions and ways of life of individuals, or as he calls it: hiperindivíduos, before the webs of consumption.

KEYWORDS: *Production. Consumption. Technology. Computer science.*

1 Introdução

O momento histórico que vivemos reflete uma sociedade ávida por novidades de produtos e serviços, configurando uma lógica que penetra e reestrutura a economia e a vida social. O avanço da indústria caminha em paralelo ao progressivo emprego das tecnologias da informação e comunicação na produção. Neste cenário de acelerado desenvolvimento das novas tecnologias, percebemos comportamentos e tendências de consumo muito peculiares.

Uma nova etapa de aprofundamento de descobertas técnicas e científicas contribui para dinamizar o capitalismo na medida em que a automação, a microeletrônica, a informática e as telecomunicações criaram oportunidades de rompimento com as situações tradicionais de produção e consumo da forma como se tinha no passado, levando os indivíduos a outros tipos de desejos e necessidades. A partir das transformações que ocorreram, especialmente após a metade do século XX, quando se deu o chamado processo de informatização, vários conceitos surgiram a fim de descrever a presente sociedade.

Sob o desenvolvimento destas novas relações entre homem, capital, informação e novas tecnologias, diversos autores passaram a pensar este momento de revolução informacional e tecnológica cada um ao seu modo; dentre as quais podemos destacar: sociedade informática e/ou da informação (LOJKINE, 1995; SCHAFF, 2001), sociedade em redes e da nova economia (CASTELLS, 2003a, 2003b, 2003c), sociedade do conhecimento (GORZ, 2005; METELLO, 1982), sociedade Global (IANNI, 1995), sociedade do espetáculo (DEBORD, 2008), dentre outros. No entanto, o que queremos destacar aqui, dada sua importância, são os conceitos apresentados pelo filósofo francês Lipovetsky, especialmente a forma como pensa a atualidade como uma nova face, um tempo de velocidade e de excessos, como aquilo que denomina de hipermodernidade.

Enquanto vários estudiosos da sociedade evidenciam principalmente aspectos relacionados à reestruturação produtiva, economia e trabalho, mercado,

lógica capital-informação, trabalho imaterial-informacional, revoluções técnico-científicas, convergência digital, redes sociais para caracterizar a atualidade, Lipovestisky destaca as reações e modos de vida dos indivíduos, ou como ele mesmo chama: hiperindivíduos, ante as teias do consumo. Ele aponta para uma nova realidade frente ao capitalismo recente chamando a atenção para o surgimento de uma nova cultura hedonista¹, para o destino da comunicação e do consumo de massa, o psicologismo, o culto do corpo, dentre outras características; configurando assim uma diferente maneira de pensar essa nova sociedade.

O avanço e o surgimento de novas tecnologias, neste período, em virtude da introdução da informática e das redes de comunicação de dados, proporcionaram a fabricação e o desenvolvimento de produtos e serviços antes inimagináveis empregados em grande velocidade, sofisticação, variedade, multiplicidade, dinamismo, renovo e sedução. Numa lógica de intensidade, passou-se por um aumento da oferta e da circulação de bens e serviços o que deu forma à chamada sociedade do consumo, ou do hiperconsumo²; uma vez que essa lógica econômica influenciou o social de uma maneira não antes vista.

O mercado generalizou-se de maneira que a lógica do consumo passou a ser a lógica do capital-informação, também como respostas às crises a que o modelo capitalista passou, proporcionando uma vasta gama de atividades fomentadoras de um novo ciclo de expansão e acumulação de capital. Ora, de acordo com Marx (1982), as coisas para o capital só tem sentido enquanto interesse capitalista. Dessa forma, com as tecnologias da informação e da comunicação, metodologias e técnicas de produção tiveram de se reinventar frente às potencialidades criativas que se colocaram em evidência.

Quando olhamos para os indivíduos, percebemos que estes passaram a se viver rodeados por objetos e situações de grande fascínio. Sempre em busca por novos produtos, novas experiências, por um consumo imediatista diante do atual panorama da sociedade e alimentados por uma economia pronta para saciá-los; os “hiperconsumidores” passaram a agir por uma espécie de lógica do excesso. A busca desenfreada por liquidações, lançamentos, datas festivas, sensações e emoções em contraponto a comportamentos não totalmente satisfeitos e sempre à espera de algo novo ou de um recomeço configura as condutas de diversos grupos sociais. Os modos de vida, os prazeres e os gostos mostraram-se cada vez mais sob a dependência desse sistema, de acordo com Lipovetsky (2008).

¹ Hedonismo – Prazer supremo, bem da vida humana. Concepção mais ampla do prazer entendida como felicidade. Busca egoísta por prazeres materiais. O termo pode ser utilizado de forma pejorativa como sinal de decadência.

² Hiperconsumo – A especificidade da relação social estabelecida pelo advento da velocidade em todas as coisas é interpretada por este autor através da expressão “hiper”.

Para atender todos os anseios desse neoconsumidor³, o mercado teve e tem as tecnologias da informação e da comunicação como grandes aliados e isso não pode ser negado. Com a capacidade de digitalizar e interpretar todo tipo de informação com velocidade e intensidade, essas tecnologias contribuíram para o avanço de inúmeras áreas da economia e da sociedade, para tanto, basta que olhemos para suas inúmeras aplicações na indústria, no setor de serviços, na pesquisa científica, na mídia, na moda, na medicina e biologia, na educação, na indústria bélica, no comércio, nas comunicações, no transportes, no setor têxtil, na alimentação, dentre outros.

2 Revolução produtiva e as três fases do capitalismo de consumo

São muitos os sinais de transformações radicais pelos quais vem passando a sociedade capitalista desde seus primórdios; seja com a superação do trabalho feito artesanalmente, com a produção manufatureira, com a automação a partir da introdução das máquinas, com o modelo de produção em massa do Fordismo, com o modelo Toyotista, a reestruturação produtiva, até as novas configurações adquiridas em fases posteriores da utilização de novas formas e técnicas de maximização da produção, especialmente a partir do amplo uso das tecnologias da informação e comunicação. Se até recentemente eram utilizados apenas os recursos provenientes da mecânica e da eletricidade, a partir dos anos de 1960 e 1970, a microeletrônica de base informática foi incorporada no processo de trabalho.

No Capitalismo Contemporâneo, por força do próprio desenvolvimento do processo de trabalho, alcançou-se um altíssimo grau de produtividade, onde com pouco de tempo de trabalho passou-se a produzir uma quantidade enorme de produtos. Este resultado foi possível em virtude de um progressivo emprego de conhecimentos científicos e informatizados na produção, os quais foram sendo incorporados nos sistemas de máquinas, nos processos de fabricação, na organização das empresas, nos próprios produtos dada a revolução informacional⁴ pela qual tem passado as sociedades mais complexas. Ao mesmo tempo em que essas mudanças ocorriam do ponto de vista da produtividade, o consumo também passava por transformações.

³ Neoconsumidor – Assim como o termo hiperconsumidor, este também é usado por Lipovetsky se referindo a consumidor da hipermodernidade.

⁴ O termo revolução informacional é associado ao momento em que a microeletrônica de base informática contribuiu para o avanço das tecnologias.

Vemos-nos rodeados por todos os lados pelas mais diversas manifestações de uma acelerada e dinâmica revolução da microeletrônica e microinformática na medida em que nos encontramos diante de uma mudança profunda não apenas no aspecto tecnológico, mas que abrange todas as esferas da sociedade e que permite pensá-la de várias maneiras, inclusive como a sociedade do hiperconsumo como defende Lipovetsky (2008). Ainda sobre isso, Schaff (2001) afirma que, “[...] qualquer pessoa habituada a refletir em termos das ciências sociais contemporâneas compreende que as transformações revolucionárias da ciência e da técnica, com as conseqüentes modificações na produção e nos serviços, devem necessariamente produzir mudanças também nas relações sociais.” (SCHAFF, 2001, p.21).

Ilustrando as extraordinárias potencialidades dessas transformações Lojkin⁵ (1995, p.14) define a revolução industrial como sendo aquela que: “[...] nasce da oposição entre a revolução máquina-ferramenta, fundada na objetivação das funções manuais, e a revolução da automação, baseada na objetivação de certas funções cerebrais desenvolvidas pelo maquinismo industrial.”

Se por um lado houve mudança significativa na produção e dinâmica do mercado ao longo do tempo, por outro lado mudanças também são percebidas nos consumidores. Ambos são inseparáveis, uma vez que, de acordo com Lipovetsky (2008), o capitalismo de consumo tomou o lugar das economias da produção através da estimulação perpétua da demanda, da mercantilização e da multiplicação indefinida das necessidades. A partir das idéias deste autor, podemos dizer que a chamada sociedade do consumo também passou por um desenvolvimento até adquirir a forma que conhecemos hoje, que, por sinal, encontra-se em transformação em virtude, dentre outros, do desenvolvimento tecnológico.

Para tornar inteligíveis essas mudanças, Lipovetsky (2008) aponta para três eras, ou fases do capitalismo de consumo. Este autor propõe um esquema fundamentado na distinção de três grandes momentos para explicar a história da civilização consumidora, dividindo o consumo em três grandes fases no processo econômico, histórico e social do capitalismo, como sendo: Fase I (de 1880 até a II grande guerra); a Fase II (de 1950 a 1970) e a fase III (anos 1970 até o presente). Esses recortes históricos ocorreram em paralelo às mudanças na cadeia produtiva da esfera econômica e ao desenvolvimento do processo de trabalho aliado à aplicação de conhecimentos científicos, eletrônicos e informatizados na produção através do avanço tecnológico.

⁵ Para Jean Lojkin (1995), A Revolução Tecnológica (informacional) tem a mesma magnitude daquela da máquina-ferramenta, ou ainda da descoberta, no neolítico do instrumento.

As principais características apontadas pelo autor na fase I são: a produção em grande escala, o lucro através do volume, o *marketing* de massa, marcas célebres e os grandes magazines. Na fase II são a continuação da produção em grande escala, a elevação da produtividade no trabalho, a progressão salarial, o *marketing* segmentado, maior investimento publicitário, política de preços baixos (descontos), culto ao bem estar e o consumo ordenado da família. Já na fase III destaca como características o hiperconsumo, a lógica não institucionalizada, subjetiva e emocional; as motivações privadas, bens mercantis a serviço da pessoa, a função identitária do consumo, *marketing* individualizado, sensorial, medicalização da vida, inovação exacerbada, consumo ordena pelo indivíduo, gozo privado, socialização pelo consumo, mudança da sociabilidade, principalmente com o advento da *internet*, provocando uma ampliação das relações reais e virtuais.

Do ponto de vista da produção podemos dizer que se partiu das máquinas de fiar, do tear mecânico, da máquina a vapor, da ferrovia, do descaroçador de algodão da fase I, para a eletricidade, o aço, a eletromecânica, o motor a explosão, o petróleo, a petroquímica da fase II até chegar à informática, máquinas CNC (Controle Numérico Computadorizado), robôs, sistemas integrados, redes de comunicação de longas distâncias, tecnologias móveis, biotecnologia, dentre outros fatores que caracterizaram a fase III. Nesta última, o código e a linguagem binária⁶ (de máquina) contribuíram para a redução dos erros humanos, aumentando a qualidade dos produtos e diminuindo o retrabalho e o desperdício, agilizando as linhas de montagens e tornando-as mais flexíveis.

Lipovetsky (2008) reafirma ainda que a fase I foi marcada pela constituição dos grandes mercados nacionais possíveis para a época devido à infra-estrutura moderna de transporte e de comunicação, pois com as estradas de ferro foi possível aumentar a regularidade, o volume e a velocidade dos produtos para as fábricas e para as cidades. Essa fase é contemporânea da elaboração de máquinas de fabricação continua que proporcionaram com que a produtividade aumentasse e, ao mesmo tempo, custos diminuíssem, caracterizando uma nova filosofia comercial, uma estratégia em ruptura com atividades do passado.

Já a fase II foi classificada, segundo Lipovetsky (2008), como “sociedade da abundância”. Percebe-se um excepcional crescimento econômico, pela elevação do nível de produtividade do trabalho e pela regulação fordista da economia,

⁶ A linguagem binária é um sistema que constitui o modo de representação, ou codificação, da informação utilizada internamente pelo computador. Sinais e regras convencionais que permitem ao programador especificar a atividade que deve ser desenvolvida pela máquina.

caracterizando assim, um modelo puro da “sociedade do consumo de massa”. Nessa fase houve uma progressão salarial, pois o poder de compra do salário aumentava em três ou quatro; a idéia do fordismo de que qualquer um é um consumidor em potencial. Se na primeira fase começou a democratização da compra dos bens duráveis este segundo recorte lipovestskyano pode ser visto como o aperfeiçoamento desse processo, pondo à disposição de todos, ou quase todos, os produtos emblemáticos da sociedade de afluência: automóvel, televisão, aparelhos eletrodomésticos, dentre outros; tudo isso aliado às revoluções tecnológicas que a economia industrial vinha passando.

A partir dos anos de 1970 tem-se o terceiro cenário das economias de consumo, a fase III, que se representa no palco das sociedades desenvolvidas. É nesse momento que os computadores ganharam fama. Nesse período, avanços tecnológicos e pesquisas científicas foram capazes de produzir circuitos elétricos cada vez mais aperfeiçoados, possibilitando miniaturizar o computador tornando-o mais barato e acessível. As tecnologias da informação e comunicação, juntamente com o desenvolvimento do capital financeiro contribuíram para o surgimento de setores de produção internamente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços e de intensificação de inovação comercial; garantindo aos novos consumidores ou hiperconsumidores uma gigantesca variedade de opções.

Na sociedade do hiperconsumo, termo de Lipovetsky (2008) para a fase III, os indivíduos passam a ser ávidos por realizações imediatas, que podem ser encontradas nos produtos e serviços vendidos pelo mercado. Essa nova configuração teve a contribuição da disseminação dos multiequipamentos, por novos objetos eletrônicos, pela oferta dos mais variados tipos de serviços; algo que contribui para que os indivíduos construíssem seus próprios conceitos de espaço-tempo e ditassem suas rotinas. Em face disso, o consumo adquiriu um perfil não de fornecedor apenas de status, mas de estilo de vida. Os indivíduos estabelecem uma lógica emotiva e subjetiva com as coisas produzidas por esse mercado, desejando objetos para viverem e não apenas por sua utilidade ou necessidade.

Segundo Harvey, “São abundantes os sinais e marcas de modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas.” (HARVEY, 1999, p.115). Nesse novo ambiente, cada vez mais a sociedade é sustentada por setores com uso intensivo de conhecimento, associados às tecnologias da informação e comunicação e o impacto dessas tecnologias passam a atuar em vários setores da sociedade; sejam atividades

sociais, econômicas, culturais e administrativas, contribuindo assim para o surgimento de novos produtos e serviços capazes de atrair investimentos.

A fase III é a economia da variedade, ela surge em momento em que os princípios fordistas que organizam a produção das séries repetitivas apresentam sinais de perda de fôlego e vêem-se questionados, de acordo com Lipovetsky (2008). Houve um momento em o sistema de produção de massa da fase II cedeu lugar a uma lógica de proliferação de variedades. Com o objetivo de responder às crises decorrentes da estrutura de produção em larga escala e conseqüente desaceleração do consumo em virtude da saturação dos mercados domésticos; e na tentativa de responder de forma mais precisa às necessidades individualistas de diferenças, as indústrias passaram a empregar novos modos de estimulação de procura baseados na segmentação dos mercados e na multiplicação das referências. Assim para Lipovetsky (2008, p.79), “A dinâmica de individualização dos produtos só pôde efetuar-se graças à alta tecnologia baseada na microeletrônica e na informática. As novas tecnologias indústrias permitiram o desenvolvimento de uma “produção personalizada de massa”.”

A partir desta mudança no modo de produzir e de atender às necessidades de um público cada vez mais exigente às suas subjetividades, as fábricas passaram a oferecer produtos personalizados ao mesmo custo dos padronizados em virtudes da tecnologia empregada. Nesta fase, “o inovacionismo suplantou o produtivismo repetitivo do fordismo” (LIPOVETSKY, 2008, p.86). Ao contrário dos outros períodos, que focavam os produtos, a centralidade do mercado passa a ser o consumidor. Pois, a tendência à personalização dos produtos e dos serviços desenvolveu-se em momento econômico de proeminência da inovação da produção graças continuo desenvolvimento das tecnologias e da microeletrônica de base informática que surgiram com a chamada revolução tecnológica e informacional e que ainda encontra-se em pleno avanço.

3 Novas tecnologias na hipermodernidade

Para Lipovetsky (2007a) hoje estamos na hipermodernidade. Ele usa esse conceito para dizer que não estamos na pós-modernidade, mas em outra modernidade, em outra face, onde tudo é “hiper”, desde o hipercapitalismo à hiperindividualização. Nesse contexto, segundo este autor, as práticas de consumo passam a obedecer uma personalização desmesurada do espaço tempo para atender ao imediatismo dos prazeres, maior bem estar, mais qualidade de vida; além de está associado a algo intimizado, emocional, voltado para satisfações privadas.

Nesta fase de mercantilização moderna das necessidades, de funções subjetivas do consumo, a informática aliada às novas tecnologias e o mercado associado à cultura midiática, contribuíram de certa forma para certa exacerbação do individualismo⁷. Em um mundo repleto de facilidades, segundo Lipovetsky (2007a, p.04),

[...] graças às novas tecnologias, os indivíduos passaram a ter um uso do seu tempo de forma diferenciada, inclusive contribuindo para a dispersão dentro da própria família. Antigamente se tinha apenas um telefone e um aparelho de TV em uma residência, o que atualmente já é bem diferente. As pessoas têm o uso do seu tempo com práticas muito mais individualizadas também. A *internet* permite estabelecer contato com pessoas no momento em que se quiser. Por toda parte há uma sociedade dos livres serviços que se acentuou, e eu insisto mais uma vez, devido à sociedade de consumo e agora mais ainda pelas novas tecnologias.

Sobre isso, Lojkine (1995) afirma que, “[...] um computador, realmente, não é uma pura tecnologia intelectual, um simples instrumento de representação do mundo, [...]; antes, ele é um instrumento de transformação do mundo, material e humano.”, (LOJKINE, 1995, p.49). No mundo desse novo consumidor, o emprego da informática está presente em quase tudo que nos cerca, desde a programação do tempo de aquecimento em um forno microondas, até a programação utilizada em um controle remoto de uma televisão, por exemplo. Algo que também deve ser evidenciado, é que concomitantemente à revolução da indústria e do consumo, aconteceu uma revolução técnica avassaladora no campo da comunicação, das quais incluo também as baseadas na informática; na medida em que, segundo Lipovetsky (2002, p.01),

[...] a comunicação, através de seus novos objetos, como computador, acesso à internet, telefones celulares, [...]; o bem-estar está associado à mobilidade, ao acesso à informação e à rapidez. O que seduz na comunicação passa, cada vez mais, por tudo que acelera as coisas, pela possibilidade de estar conectado com o externo, com os outros.

Seguramente a informática, de certa forma, existe para servir nesse novo cenário, seja no envio de uma mensagem instantânea, no aumento da certeza

⁷ Individualismo é um conceito **político, moral e social** que exprime a afirmação e a **liberdade** do **indivíduo** frente a um grupo, à **sociedade** e ao **Estado**.

de nossos cálculos, na diminuição do consumo de energia nessas operações, na diminuição do preço das coisas e serviços, ou no acesso a uma enorme e diversificada quantidade de informação. É válido dizer também que essa tecnologia contribui para a constituição de inauditas maneiras de interação, organização e atividades sociais, proporcionando novas formas de socialização, onde as relações virtuais passaram a completar as relações pessoais através dos *chats, blogs e redes sociais*⁸ como o *twitter, Orkut, facebook*, dentre outros.

Diariamente o que se vê são mais inovações tecnológicas, um campo do conhecimento humano que parece não ter limites. A todo o momento surgem *hardwares (equipamentos)* mais avançado tecnologicamente falando e *softwares (sistemas)* que englobam todos os setores da vida em sociedade tanto em ambiente de trabalho, como em ambiente doméstico e até mesmo no que se refere ao lazer das pessoas. Nessa lógica, segundo Schaff (2001, p.49), “[...] quando falamos de sociedade informática referimo-nos a uma sociedade em que todas as esferas da vida pública estarão cobertas por processos informatizados e por algum tipo de inteligência artificial, que terá relação com computadores de gerações subseqüentes.”

Na sua obra *A Era do Vazio*, Lipovetsky (1989) já apontava para profusão que os produtos, imagens e serviços atingiriam no mundo do consumo, chamando a atenção para evidente amplitude das estratégias de sedução do mercado e da possibilidade cada vez maior de escolhas. Já naquele momento, ele próprio apontava para o poder das tecnologias na configuração dessa nova interface da sociedade que se apresentava. Assim, naquela época dizia: “E estamos apenas no começo, esta lógica alarga-se-á inelutavelmente à medida que as tecnologias e o mercado puserem à disposição do público uma diversificação cada vez mais vasta de bens e de serviços.” (LIPOVETSKY, 1989, p.18).

Hoje se instala cada vez mais o livre arbítrio na escolha daquilo a ser consumido, estamos sob o império da oferta comercial, uma vez que o mercado com o auxílio das novas tecnologias da informação e da comunicação exercem um poder sem precedentes, o que teria levado à felicidade se tornar algo efêmero, passageiro. Para Lipovetsky (2008), no rastro da extrema diversificação da oferta, da democratização do conforto e dos lazers, o acesso às novidades mercantis banalizou-se, as regulações de classe se desagregaram, fazendo com que novas aspirações e novos comportamentos viessem à luz.

⁸ Rede social é uma **estrutura social** composta por **pessoas** ou **organizações**, conectadas por um ou vários tipos de relações, que partilham valores e objetivos comuns.

As motivações privadas passaram a superar em muito as finalidades distintas onde os indivíduos querem objetos mais para viver do que para se exibir, uma vez que, agora, de acordo com este autor, é a busca das felicidades privadas, a otimização de novos recursos corporais e relacionais, a saúde ilimitada, o hedonismo, o prazer narcísico⁹, a conquista de espaço-tempos personalizados é que servem de base à dinâmica consumista. Não são mais os desejos de representação social que impulsionam a espiral consumidora, mas os desejos de governo de si próprio. A mercantilização dos “modos de vida” e exacerbação dos gostos pelas novidades.

Nesse contexto, para Lipovetsky (2007b, p.54),

As esferas mais diversas são o *locus* de uma escalada aos extremos, entregues a uma dinâmica ilimitada, a uma espiral hiperbólica. Assim, testemunha-se um enorme inchaço das atividades nas finanças e nas bolsas; uma aceleração do ritmo das operações econômicas, doravante funcionando em tempo real; uma explosão fenomenal dos volumes de capital em circulação no planeta. Já faz tempo que a sociedade de consumo se exhibe sob o signo do excesso da profusão de mercadorias; pois agora isso se exacerbou com os hipermercados e *shoppings centers*, cada vez mais gigantesco que oferecem uma plethora de produtos, marcas e serviços; cada domínio apresenta uma vertente excrescente, desmesurada, “sem limites”. Prova disso é a tecnologia e suas transformações vertiginosas [...]

Lipovetsky (2007b) utiliza o conceito de hipermodernidade para demonstrar a situação paradoxal da sociedade em virtude de um excesso de modernidade, no sentido da oferta e a moderação de uma espécie de reequilíbrio. Para chegar a esse conceito, ele argumenta que hoje estamos imersos em uma dinâmica de velocidade espantosa que passou a interferir diretamente em nossos comportamentos e modos de vida em virtude do avanço brutal da globalização e das novas tecnologias de comunicação.

Marcos Dantas (2002) destaca que a mais importante batalha pela democracia se trava em torno do controle do complexo da informação e das comunicações. Para Dantas, do ponto de vista tecnológico, hoje é bem mais fácil a manipulação das consciências e a produção de espíritos medíocres, colocando as pessoas, ainda mais, à serviço do consumo de coisas, e à serviço da acumulação de capital.

⁹ Narcisismo – Excesso de admiração e amor pela própria imagem e por si próprio.

Diferentemente de Lipovetsky (2008), que acredita que apesar de algumas configurações maléficas, mesmo apontando que na sociedade de hiperconsumo a felicidade é paradoxal, não se pode assimilar a cultura de hiperconsumo ao grau zero dos valores e dos comportamentos; e que atitudes como retomar a consciência de que economizar energia, eliminar desperdícios, preservar o planeta, reposicionar-se frente os efeitos negativos do nosso comportamento é o caminho; Dantas (2002), afirma que a Era da Informatização, de que tantos se orgulham, poderá vir a ser conhecida no futuro como a Era da Incultura, ou Era da Vulgaridade.

Apesar dessas discussões, não se pode negar que estruturalmente o mercado e o consumo alteraram-se frente ao conjunto de mudanças técnico-econômicas que ocorreram nos últimos anos, em virtude do desenvolvimento da microeletrônica, de base informática empregada nas novas tecnologias. Apesar do seu caráter inovador e revolucionário, o papel desempenhado por essas novas forças produtivas, não causa a mudança por si só; antes, é mais um instrumento no jogo de práticas capitalistas.

4 Considerações finais

O capital possui a capacidade de se realocar para onde haja maiores possibilidades de lucro seguro e esse movimento se deu na medida em que foi possível a subversão dos velhos mecanismos de funcionamento da economia frente às novas tecnologias de informação e comunicação. É obvio que o foco de Lipovetsky não estava centrado na discussão sobre as transformações ou revolução do ponto de vista da reestruturação produtiva e econômica; contudo ele não ignora as configurações adquiridas pelos indivíduos frente à essas mudanças.

Se antes o consumo era devido ao ritmo da produção, com o avanço das tecnologias da informação e comunicação novas maneiras de produzir, de vender, de comunicar-se, de distribuir e todo um sistema de oferta mudou de caráter. As novas tecnologias indústrias (microeletrônica e informática) permitiram o desenvolvimento de uma “produção personalizada de massa”, na medida em que foi possível a oferta de produtos e serviços cada vez mais dirigidos a um certo público, explorando nichos específicos e micromercados – uma hiperseguimentação dos mercados.

Inevitavelmente as novas tecnologias invadiram a vida cotidiana em todos os aspectos da sociedade; contudo, não podemos enxergá-las como fatores

determinantes para as novas configurações assumidas na atualidade, pois, antes de mais nada, houve uma ampliação na mentalidade de consumo por fatores que antes não existiam. Configurou-se um momento em que as motivações privadas superam em muito as finalidades distintas orquestrada por uma lógica desinstitucionalizada, subjetiva e emocional.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. A cidade na Nova Economia. In: MACHADO, J. A. **Trabalho, economia e tecnologia: novas perspectivas para a Sociedade Global**. São Paulo: Praxis, 2003a. p.15-29.

_____. **A Sociedade em Rede**. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003b.

_____. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003c.

DANTAS, M. Economia da informação. In: _____. **A lógica do capital-informação: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais**. 2.ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002. p.137-160.

DEBORD, G. **A Sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GORZ, A. **O Imaterial – Conhecimento, Valor e Capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: _____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 8.ed. São Paulo: Loyola, 1999. p.115-184.

IANNI, O. **A Sociedade global**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

LIPOVETSKY, G. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Somos hipermodernos**. [jul., 2007]. Entrevistador: César Fraga, com tradução simultânea de Vanise Dresch. Extra Classe. 2007a. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/cibercidades/lipovetsky.pdf>>. Acesso em: 22 dez.2010.

_____. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Ed. Barcarolla, 2007b.

_____. **Beleza para todos.** [set., 2002]. Entrevistador: Silvia Rogar. Veja, São Paulo, n.1770, 25 set. 2002. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/250902/entrevista.html>>. Acesso em: 19 dez. 2010.

_____. **A Era do vazio.** Lisboa: Relógio d'Água, 1989.

LOJKINE, J. **A revolução informacional.** São Paulo: Cortez, 1995.

MARX, K. **O Capital:** crítica da economia política: o processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 7.ed. São Paulo: DIFEL, 1982, v.1.

METELLO, J. de M. **A Sociedade do conhecimento.** Brasília: Ed. da UnB, 1982.

SCHAFF, A. **A Sociedade informática.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

NORMAS PARA AUTORES

Formatação

Os trabalhos devem ser digitados em Word for Windows, ou programa compatível, fonte Times New Roman, tamanho 12 (com exceção das citações e das notas), espaço 1,5 entre linhas e parágrafos.

As páginas devem ser configuradas no formato A4, sem numeração, com 3 cm nas margens superior e esquerda e 2 cm nas margens inferior e direita.

Extensão: O artigo, configurado no formato acima, deve ter 12 páginas, no máximo.

Organização: A organização dos trabalhos deve obedecer à seguinte seqüência:

TÍTULO (alinhado à direita, em caixa alta);

TÍTULO EM INGLÊS (alinhado à direita, em caixa alta e após o título em português);

APÓS O TÍTULO EM INGLÊS (alinhado à direita e em itálico):

- Nome do autor(es);
- Instituição que pertence e titulação;
- E-mail para contato

RESUMO (com máximo de 150 palavras, na 3ª linha após o(s) nome(s) do(s) autor(es))

PALAVRAS-CHAVE (até 7 palavras, uma linha abaixo do resumo), escritos no idioma do artigo;

ABSTRACT e KEYWORDS (versão para o inglês do Resumo e das Palavras-chave, sendo que o abstract deve vir duas linhas abaixo do título em inglês e as keywords uma linha abaixo do abstract), exceto para os textos escritos em inglês.

AGRADECIMENTOS;

REFERÊNCIAS (apenas trabalhos citados no texto). Recurso tipográfico: O recurso tipográfico Negrito deve ser utilizado para ênfases ou destaques no texto, enquanto o recurso Itálico deve ser reservado para palavras em língua estrangeira e para títulos de obras citados no corpo do texto. Por sua vez, capítulos, contos, ou partes de uma obra devem ser apresentados entre aspas.

NOTAS DE RODAPÉ: As notas devem ser reduzidas ao mínimo e apresentadas no pé da página, utilizando-se os recursos do Word, em corpo 10, com a numeração acompanhando a ordem de aparecimento.

Citações dentro do texto: Nas citações diretas feitas dentro do texto, de até três linhas, o autor deve ser citado entre parênteses pelo sobrenome, em maiúsculas, separado por vírgula da data de publicação e página (SILVA, 2000, p. 12). Se o nome do autor estiver citado no texto, indica-se apenas a data, entre parênteses: “Silva (2000) assinala...”. Nas citações diretas, é necessária a especificação da(s) página(s) que deverá(ão) seguir a data, separada por vírgula e precedida de “p.” (SILVA, 2000, p.100). As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento (SILVA, 2000a). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos devem ser indicados, separados por ponto e vírgula (SILVA; SOUZA; SANTOS, 2000); quando houver mais de 3 autores, indica-se o primeiro seguido de et al. (SILVA et al., 2000). Citações destacadas do texto: As citações diretas, com mais de três linhas, deverão ser destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, em corpo 11 e sem aspas (NBR 10520 da ABNT, de agosto de 2002).

Referências: Todas as referências que foram citadas no texto serão indicadas de forma completa ao final do artigo, em ordem alfabética pelo sobrenome do primeiro autor, alinhadas à margem esquerda, em espaço simples e separadas entre si por espaço 1,5 cm entrelinhas. Não colocar asterisco, traço, ponto ou qualquer marca no início da referência. Não fazer referência de obra de apoio.

STAEPE – Seção Técnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
Laboratório Editorial
Rodovia Araraquara-Jaú, km 01
14800-901 – Araraquara
Fone: (16) 3334-6275 ou 3334-6234
e-mail: laboratorioeditorial@fclar.unesp.br
<http://www.fclar.unesp.br/laboratorioeditorial>

Produção Editorial:



Impressão:

